

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

ROGÉRIO LUIZ SOUTO CAVALCANTI

CHEIROS, CORES E SONS... É DIA DE FEIRA!



**A GESTÃO PÚBLICA URBANA NA FEIRA
LIVRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO



ROGÉRIO LUIZ SOUTO CAVALCANTI

CHEIROS, CORES E SONS... É DIA DE FEIRA!
A GESTÃO PÚBLICA URBANA NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Profa. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes (Orientadora)

Prof. Dr. Fabiano Rocha Diniz (Co-orientador)

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

C377c Cavalcanti, Rogério Luiz Souto
Cheiros, cores e sons... é dia de feira!: a gestão pública urbana na
feira livre de Casa Amarela / Rogério Luiz Souto Cavalcanti. – Recife: O
Autor, 2015.
170 f.: il., fig.

Orientador: Edvânia Torres Aguiar Gomes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2015.

Inclui referências e apêndice.

1. Planejamento urbano. 2. Paisagens fragmentadas. 3. Feiras livres.
4. Comunidades - desenvolvimento. 5. Subúrbios. I. Gomes, Edvânia
Torres Aguiar (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-115)

Ata da quarta defesa de Dissertação de Mestrado, do Programa De Pós-Graduação
em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação da Universidade
Federal de Pernambuco, no dia
09 de março 2015.

Aos nove dias do mês de março de dois mil e quinze (2015), às 10 horas, na sala de aula do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da dissertação intitulada "CHEIROS, CORES E SONS... É DIA DE FEIRA! EXISTE GESTÃO URBANA PARA AS FEIRAS LIVRES NO RECIFE/PE?" do aluno Rogério Luiz Souto Cavalcanti, na área de concentração Desenvolvimento Urbano, sob a orientação da Professora Edvânia Torres Aguiar Gomes. O mestrando cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Urbano. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação Em 09 de dezembro de 2015, na sua 9ª Reunião ordinária e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.010053/2015-45 em **09/03/2015** composta pelos Professores: Fabiano Rocha Diniz, DAU/UFPE; Heleniza Ávila Campos, UFRGS/ Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional; e Tomás de Albuquerque Lapa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/UFPE. Após cumpridas as formalidades, o candidato foi convidado a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a explanação, o candidato foi arguido pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder ao mesmo a menção APROVADO da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretário de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 09 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Edvânia Torres Aguiar Gomes

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa

Prof. Fabiano Rocha Diniz

Profa. Heleniza Ávila Campos

Rogério Luiz Souto Cavalcanti

Renata de Albuquerque Silva (Secretária)

Dedico este trabalho aos feirantes, sobretudo aos que
contribuem para a manutenção da Feira Livre de Casa
Amarela; aos meus pais e minha avó materna, Dona
Lourdes (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Quando finalizamos um trabalho é inevitável agradecermos todas as contribuições para que os resultados obtidos tenham sido, no mínimo, satisfatórios para os envolvidos nesse processo.

Dessa forma, sou extremamente grato a Deus e a todas as Forças Espirituais que nos iluminam e nos protegem, permitindo que suas bênçãos sejam instrumentos para o nosso crescimento espiritual.

Agradeço também a todos aqueles que me apoiaram nessa jornada: a minha família (minha mãe Maria Ivone e meu pai George Guilherme pelo apoio incondicional e por me apresentar a esse universo fantástico que são as feiras livres quando ainda era uma criança; meu irmão Rodrigo Henrique; ao meu tio Eleno Souto e ao meu sobrinho João Henrique), a Eugênia Lima (pelo companheirismo, apoio e incentivo), a Maria Antônia (criança iluminada, que nos momentos de estresse e de tristeza, me mostrou belos sentimentos de carinho) e aos amigos, especialmente Artur Onyaiê, Fernando Cavalcanti, Raul Garcia e Rodrigo Tavares, pela força que sempre me passaram, seja pessoalmente ou virtualmente.

É imensurável a minha gratidão a todos os feirantes de Casa Amarela pelas conversas, choros, abraços, risos, flores, cafezinhos e frutas compartilhadas, em todas as manhãs em que estive, muitas vezes atrapalhando e ajudando em seus ofícios. Agradeço sobretudo pelas histórias e pelo aprendizado que tive nas felizes visitas à Feira de Casa Amarela.

Sou grato a minha orientadora, Edvânia Torres Aguiar Gomes, pelas as orientações pontuais, pela confiança, pela dedicação e pela amizade construída ao longo desse trabalho e fortalecida em seu processo final. Também sou grato ao meu co-orientador, Fabiano Diniz, pelas intensas contribuições acadêmicas no processo de formulação das ideias desta dissertação e por aceitar mais um desafio como este.

Aos professores Tomás Lapa e Heleniza Campos, banca examinadora do processo de avaliação da dissertação em questão, pelas contribuições teóricas.

Agradeço aos Professores e aos funcionários que compõem o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), em especial as professoras Suely

Leal e Norma Lacerda pelos riquíssimos conhecimentos e pelos sorrisos compartilhados ao longo do mestrado. A Renata e a Élide que não mediram esforços em todas as solicitações e auxílios, que não foram poucas, prestados a mim nesses dois anos de mestrado.

Aos amigos de turma, Hanna Melo e Nilson Rocha, pelas conversas, pelos risos, pelos choros, pelos desesperos e, principalmente, pela amizade e pelo carinho construído nesse mestrado.

Como não esquecer de agradecer ao amigo e Professor Cláudio Castilho, que compartilha seus conhecimentos e sua experiência profissional e pessoal, desde o final da graduação em Bacharelado em Geografia, com conselhos e diversas discussões teóricas sobre as questões urbanas. Sou extremamente grato por suas contribuições e pela amizade construída e fortalecida!

Ao Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) pelas grandes discussões que envolvem as questões urbanas e os movimentos sociais. Agradeço especialmente aos membros: Diana Gomez, Milena Gomes (pela imensurável ajuda na catalogação de informações sobre as feiras livres no Recife) e Manuela Nascimento (pelo enorme auxílio na confecção dos mapas presentes na dissertação), muito obrigado!

Aos amigos e geógrafo/geógrafas: Marcelo Allgayer, Mariana Valença e Gilvanice Marques, pelas contribuições, conversas, incentivos profissionais, confiança e pontos de vista sobre temáticas acadêmicas e pessoais. À professora Cláudia Zoraya, pela paciência e pela colaboração nas correções ortográficas deste trabalho.

Aos (novos) amigos do Museu da Cidade do Recife, Sandro Vasconcellos, Jadson Barros e Yuri, pela paciência e, principalmente, pelos auxílios e conversas nos momentos das pesquisas sobre as questões históricas e iconográficas desta dissertação. Meus sinceros agradecimentos!

A pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Maria do Socorro Pedrosa de Araújo, pela grande contribuição ao compartilhar sua experiência diante dos comerciantes informais e por elucidar várias dúvidas que me rondavam no contexto metodológico.

Aos técnicos da Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB), que me receberam de braços abertos e por ceder importantes informações que contribuíram para a formatação desta pesquisa.

Agradeço a FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco), pelo apoio financeiro, sob a forma de bolsa de mestrado.

A todos aqui expostos nessas linhas, meus agradecimentos de coração.

Enquanto alguns poucos trabalhadores chegam em casa e os playboys saem perfumadinhos para a balada, discretos fruteiros estacionam com seus enormes caminhões naquele ponto da rua que se tornará o epicentro nervoso do meio da feira e descarregam caixas de frutas, barracas de madeira e lonas, quase que silenciosamente, para não perturbar o justo sono daqueles que trabalham em horário dito mais comercial. Até porque não deve brigar com a freguesia, especialmente se ela for composta na maioria de vizinhos. Embora o circo ainda não tenha tomado corpo, o agito na rua já começou, num movimento que só crescerá

Julio Bernardo, 2014

RESUMO

O multicolorido, o cheiro dos hortifrútis e os sons – nem tão harmoniosos –, entoados pelos feirantes, principalmente no momento da “xepa¹”, como estratégia para buscar as melhores vendas, são elementos particulares encontrados em inúmeras ocasiões, nesses confusos *teatros*, distribuídos no território brasileiro. Nesta pesquisa analisamos a Feira Livre de Casa Amarela, zona Norte da cidade do Recife/Pernambuco, almejando, sob a perspectiva do planejamento urbano, elucidar os processos da gestão urbana nestes ambientes. Nesse sentido, ao lançarmos um olhar sobre os referenciais teóricos acerca das feiras, privilegiamos os debates sobre o desenvolvimento urbano, enfatizando a relação: Feira Livre x Gestão Pública Urbana, com enfoque no recorte territorial selecionado. Fundamenta-se na Análise de Conteúdo contextualizada por Bardin (2004), empregando uma metodologia com abordagem qualitativa contextualizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A investigação tem em paralelo, no contexto metodológico, os direcionamentos realizados por Mott (2000) para a realização dos trabalhos de campo envolvendo as feiras livres. Assim, partimos do pressuposto de que, na contemporaneidade, as questões referentes à Feira Livre de Casa Amarela revelam uma lacuna entre a Gestão Pública Urbana e a vida cotidiana no ambiente retratado.

PALAVRAS-CHAVE: Feira Livre de Casa Amarela, Gestão Pública Urbana, Recife/PE

¹ É o momento de baixar os preços! Período final dos hortifrútis nas feiras livres, em que os feirantes colocam as mercadorias que sobraram em liquidação. Em outras palavras, as piores mercadorias são vendidas pelos preços mais baixos possíveis.

ABSTRACT

The multicolored, the smell of fruits and vegetables and the sounds - not so harmonious - sung by merchants, especially at the moment of "*xepa*"¹ as a strategy to get the best sales, are particular elements found on numerous occasions, in these confused "theaters" spread around Brazil. In this study it will be analyzed the Free Market of Casa Amarela, north zone of the city of Recife/Pernambuco, targeting, from the perspective of urban planning, to elucidate the processes of urban management in these environments. Hereby, to launch a look at the theoretical framework about the fairs, we focus on the debates on urban development, emphasizing the relationship: Free markets x Urban Public Management, focusing on the selected territorial clipping. It is based on the contextualized Analysis of Content by Bardin (2004), using a qualitative approach methodology contextualized in three steps: pre-analysis, material exploration and treatment of results. The research has, in parallel, in the methodological context, the guidelines made by Mott (2000) for the realization of the fieldwork involving the free fairs. Thus, it is assumed that, in contemporary times, the issues of the Free Fair of Casa Amarela reveal a gap between the Urban Public Management and the daily lives in the portrayed environment.

KEYWORDS: Free markets of Casa Amarela, Urban Public Management, Recife/PE

¹ It is time to reduce the prices! End Period of fruits and vegetables in the street markets, where the vendors put the goods left over on sale. In other words, the worst goods are sold by the lowest possible prices

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIG. 1 – A REPRESENTAÇÃO DAS TONALIDADES ENCONTRADAS NA FEIRA LIVRE DO BAIRRO DO CORDEIRO, ZONA OESTE DA CIDADE DO RECIFE/PE	45
FIG. 2 – A REPRESENTAÇÃO DAS TONALIDADES ENCONTRADAS NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, ZONA NORTE DA CIDADE DO RECIFE/PE	46
FIG. 3 – REPRESENTAÇÃO DE UMA FEIRA LIVRE NA IDADE MÉDIA NO CONTINENTE EUROPEU	53
FIG. 4 – COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NA FEIRA LIVRE	55
FIG. 5 – FUNÇÃO ECONÔMICA DA FEIRA LIVRE	56
FIG. 6 – PRODUTOS ARTESANAIS, EVIDÊNCIA DA CULTURA NORDESTINA NA FEIRA LIVRE	58
FIG. 7 – A FEIRA DE CASA AMARELA, ZONA NORTE DO RECIFE/PE COMO PALCO PARA A DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE GOVERNO DA CANDIDATA À PRESIDÊNCIA E DO CANDIDATO AO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO NAS ELEIÇÕES DE 2014	59
FIG. 8 – A FEIRA DE CASA AMARELA, ZONA NORTE DO RECIFE/PE COMO PALCO PARA A DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE GOVERNO DO CANDIDATO AO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO ARMANDO MONTEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2014	60
FIG. 9 – A COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO CAIS DA REGENERAÇÃO, ATUAL RUA MARTINS DE BARROS	68
FIG. 10 – A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE COMERCIAL, PROVAVELMENTE UMA FEIRA, NO PÁTIO DA PENHA, ÁREA CENTRAL DO RECIFE	69
FIG.11 – PRIMEIRA LOJA DA REDE BOMPREÇO, NO BAIRRO DE CASA AMARELA, RECIFE NA DÉCADA DE 1966	71
FIG.12 – VISTA FRONTAL DO MERCADO PÚBLICO DE CASA AMARELA, ZONA NORTE DA CIDADE DO RECIFE	79
FIG. 13 – VISTA FRONTAL DA ANTIGA EDIFICAÇÃO QUE DEU ORIGEM AO NOME DO BAIRRO (CASA AMARELA), ZONA NORTE DA CIDADE DO RECIFE	79
FIG. 14 – FOLHA ORIGINAL DO DECRETO MUNICIPAL Nº 6.754	87
FIG. 15 – REPORTAGEM DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO DE MARÇO DE 1964 SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES NA CIDADE DO RECIFE/PE	88
FIG. 16 – INAUGURAÇÃO DA FEIRA DE CASA AMARELA EM 1980	95
FIG. 17 – INAUGURAÇÃO DA FEIRA DE CASA AMARELA EM 1980	96
FIG. 18 – SECRETÁRIO DE ABASTECIMENTO, ROMILDO GOMES, INAUGURA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, 1984	96
FIG. 19 – SECRETÁRIO DE ABASTECIMENTO, ROMILDO GOMES, INAUGURA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, 1984	97

FIG. 20 – REPORTAGEM DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO VEICULADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1980	98
FIG. 21 – FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA NO ATUAL PÁTIO (11.01.1980)	100
FIG. 22 – FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA E AO FUNDO O MERCADO DE CASA AMARELA (11.01.1980)	101
FIG. 23 – VISTA PARCIAL DA FEIRA DE CASA AMARELA	102
FIG. 24 – VISTA PARCIAL DA FEIRA DE CASA	102
FIG. 25 – VISTA PARCIAL DA FEIRA DE CASA AMARELA	103
FIG. 26 – VISTA PARCIAL DA CONTRADIÇÃO URBANA NA CIDADE DO RECIFE/ PE	111
FIG. 27 – LAVATÓRIO DO PÁTIO DA FEIRA DE CASA AMARELA (16.12.1982)	117
FIG. 28 – LIMPEZA DOS RESTOS DOS HORTIFRÚTIS DESCARTADOS PELOS FEIRANTES DE CASA AMARELA	119
FIG. 29 – ECOPONTO DISPONIBILIZADO PELA PCR NA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	119
FIG. 30 – CONSTRUÇÃO DOS SANITÁRIOS NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA (1982)	120
FIG. 31 – CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO SANITÁRIO MASCULINO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	120
FIG. 32 – CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO SANITÁRIO MASCULINO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	121
FIG. 33 – CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	121
FIG. 34 – CONDIÇÕES DOS SANITÁRIOS MASCULINO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	122
FIG. 35 – BARRACAS DE LANCHES INSTALADAS NA PARTE EXTERNA DO PÁTIO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	123
FIG. 36 – VISTA PARCIAL DAS LONAS PLÁSTICAS COLOCADAS SOBRE AS BANCAS DE FEIRA PARA PROTEGER OS HORTIFRÚTIS E AS PESSOAS DOS RAIOS SOLARES NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	124
FIG. 37 – VISTA PARCIAL DAS LONAS PLÁSTICAS COLOCADAS SOBRE AS BANCAS DE FEIRA PARA PROTEGER OS HORTIFRÚTIS E AS PESSOAS DOS RAIOS SOLARES NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	124
FIG. 38 – VISTA FRONTAL DA ESTRUTURA SOBRE AS BANCAS DE FEIRA PARA PROTEGER OS HORTIFRÚTIS E AS PESSOAS DOS RAIOS SOLARES NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE DE PIUM/RN	125
FIG. 39 – VISTA PARCIAL DA ESTRUTURA SOBRE AS BANCAS DE FEIRA PARA PROTEGER OS HORTIFRÚTIS E AS PESSOAS DOS RAIOS SOLARES NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE DE PIUM/RN	126

FIG. 40 – VISTA PARCIAL DA ESTRUTURA DE UMA BANCA DE FEIRA, CASA AMARELA, RECIFE/PE	127
FIG. 41 – VISTA PARCIAL DA ESTRUTURA DE UMA BANCA DE FEIRA, CASA AMARELA, RECIFE/PE	127
FIG. 42 – VISTA PARCIAL DA ESTRUTURA DE UMA BANCA DE FEIRA, PIUM, PARNAMIRIM/RN	128
FIG. 43 – VISTA PARCIAL DA ESTRUTURA DE UMA BANCA DE FEIRA, PIUM, PARNAMIRIM/RN	129
FIG. 44 – VISTA PARCIAL DO ARMAZENAMENTO DAS MERCADORIAS DOS FEIRANTES EM CASA AMARELA	130
FIG. 45 – VISTA DA FAIXA DE DEMARCAÇÃO DAS BANCAS NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA	132
FIG. 46 – VISTA PARCIAL DA FAIXA DE DEMARCAÇÃO DAS BANCAS NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA	132
FIG. 47 – CORROSÃO DA GRADE DE PROTEÇÃO NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	133
FIG. 48 – VISTA PARCIAL DA GRADE DE PROTEÇÃO DANIFICADA NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	133
FIG. 49 – VEGETAÇÃO E SUJEIRA NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	134
FIG. 50 – VISTA PARCIAL DO LOCAL DA VENDA DE ANIMAIS NO PÁTIO DA FEIRA LIVRE CASA AMARELA	135
FIG. 51 – REPORTAGEM SOBRE A MANIFESTAÇÃO REALIZADA PELOS FEIRANTES DE CASA AMARELA	137
FIG. 52 – REPORTAGEM SOBRE A MANIFESTAÇÃO REALIZADA PELOS FEIRANTES DE CASA AMARELA	138
FIG. 53 – REPORTAGEM SOBRE A MANIFESTAÇÃO REALIZADA PELOS AMBULANTES NA SEDE DA CSURB	139
FIG. 54 – ÁREA ANEXA DA COBAL, NO BAIRRO DE CASA AMARELA, RECIFE/PE	140
FIG. 55 – OCUPAÇÃO DOS FEIRANTES NAS CALÇADAS DA RUA PADRE LEMOS, BAIRRO DE CASA AMARELA	143
FIG. 56 – DIVULGAÇÃO DA PCR SOBRE REORDENAMENTO DO ENTORNO DO MERCADO PÚBLICO DE CASA AMARELA	144
FIG. 57 – RECOLHIMENTO DOS MATERIAIS DOS FEIRANTES QUE TENTARAM COMERCIALIZAR SEUS PRODUTOS NO MOMENTO DA INTERVENÇÃO DA PCR NA RUA PADRE LEMOS, BAIRRO DE CASA AMARELA	146

FIG.58 – RECORTE DA REPORTAGEM VEICULADA PELO JORNAL DO COMMERCIO UM DIA (8 DE ABRIL DE 2013) APÓS A TRANSFERÊNCIA DOS FEIRANTES	147
FIG. 59 – VENDEDORA AMBULANTE DE HORTALIÇAS NA RUA PADRE LEMOS, CASA AMARELA, RECIFE/PE	148
FIG. 60 – FISCAL DA PCR NA RUA PADRE LEMOS, CASA AMARELA, RECIFE/PE, PARA NÃO PERMITIR A COLOCAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS AMBULANTES NAS CALÇADAS	149
FIG. 61 – DIVULGAÇÃO DA PCR SOBRE REORDENAMENTO DO ENTORNO DO MERCADO PÚBLICO DE CASA AMARELA	150
FIG. 62 – FOLDER DE DIVULGAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IMÓVEIS NA CIDADE DO RECIFE, COM DESTAQUE PARA TRÊS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LOCALIZADOS NO BAIRRO DE CASA AMARELA	151
FIG. 63 – VISTA PARCIAL DOS EDIFÍCIOS QUE COMPÕEM A PAISAGEM DO BAIRRO DE CASA AMARELA, RECIFE/PE	151

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS	33
TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS SEGUNDO OS OBJETIVOS DA PESQUISA	35
TABELA 3 – DADOS COMPARATIVOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BAIRRO DE CASA AMARELA NOS ANOS DE 2000-2010	76
TABELA 4 – A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS PRINCIPAIS FEIRAS NO RECIFE	91

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE.....	26
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS DO RECIFE, DE SANTO ANTÔNIO E DE SÃO JOSÉ, ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RECIFE/PE	66
MAPA 3 – LOCALIZAÇÃO DO SUPERMERCADO BOMPREGO NO BAIRRO DE CASA AMARELA, RECIFE/PE	72
MAPA 4 – LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS DE CASA AMARELA, ÁGUA FRIA E BEBERIBE, ZONA NORTE DA CIDADE DO RECIFE	75
MAPA 5 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE	77
MAPA 6 – LARGO DE CASA AMARELA, ZONA NORTE DA CIDADE DO RECIFE/PE	78
MAPA 7 – LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS DESMEMBRADOS DE CASA AMARELA, ZONA NORTE DA CIDADE DO RECIFE/PE	83
MAPA 8 – ZONEAMENTO PARCIAL DO BAIRRO DE CASA AMARELA, RECIFE/PE	85
MAPA 9 – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA 1, RECIFE/PE	90
MAPA 10 – LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES NO RECIFE/PE	93
MAPA 11 – LOCALIZAÇÃO E PERÍODO DAS FEIRAS LIVRES NO RECIFE/PE	94
MAPA 12 – ANTIGO LOCAL DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA	99
MAPA 13 – DEMARCAÇÃO DAS RUAS NA ÁREA INTERNA DO PÁTIO DA FEIRA DE CASA AMARELA, BAIRRO DE CASA AMARELA, RECIFE/PE	131
MAPA 14 – LOCALIZAÇÃO DOS FEIRANTES NA RUA PADRE LEMOS ANTES DA TRANSFERÊNCIA DE ALGUNS FEIRANTES PARA O PÁTIO DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA	141
MAPA 15 – LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS DE AFOGADOS, ÁGUA FRIA, BEBERIBE E CASA AMARELA EM RECIFE/PE	142
MAPA 16 – LOCALIZAÇÃO DA COBAL NO BAIRRO DE CASA AMARELA, RECIFE/PE	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMI/PE – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO DE PERNAMBUCO

AEIS – ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

BA – BAHIA

CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

COBAL – COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

CSURB - COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DO RECIFE

EMLURB – EMPRESA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA

FACEPE – FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDAJ – FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

LOUS – LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

MDU – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

PA – PARÁ

PB – PARAÍBA

PCR – PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

PE – PERNAMBUCO

RN – RIO GRANDE DO NORTE

RJ – RIO DE JANEIRO

RPA-1 – REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO RECIFE 1

RPA-3 – REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO RECIFE 3

RPA-5 – REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO RECIFE 5

S.A.C - SECRETARIA DE ABASTECIMENTO E CONCESSÕES

SINDUSCON/PE – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SINTRACI – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO INFORMAIS DO RECIFE

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ZAC – ZONAS DE AMBIENTE CONSTRUÍDO

ZEIS – ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO18

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS29

CAPÍTULO II

O OLHAR SOBRE AS FEIRAS LIVRES: UMA ABORDAGEM TEÓRICA36

2.1 AFINAL, O QUE SÃO FEIRAS LIVRES?39

2.2 OS MÚLTIPLOS PAPEIS DAS FEIRAS LIVRES NO URBANO: A FEIRA LIVRE SOB UM OLHAR GEOGRÁFICO48

CAPÍTULO III

CHEIROS, CORES E SONS DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA61

3.1 A CIDADE X O COMÉRCIO – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A CIDADE DO RECIFE/PE64

3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO QUE CARACTERIZA O BAIRRO DE CASA AMARELA76

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA86

CAPÍTULO IV

GESTÃO PÚBLICA URBANA NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE104

4.1 GESTÃO PÚBLICA URBANA: PARÂMETRO CONCEITUAL107

4.2 A GESTÃO PÚBLICA URBANA NA FEIRA DE CASA AMARELA115

4.3 A “CARA NOVA” DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA141

CONSIDERAÇÕES FINAIS154

REFERÊNCIA159

APÊNDICES168

CAPÍTULO I |

INTRODUÇÃO



FONTE: ROGÉRIO CAVALCANTI, 2014

1. INTRODUÇÃO

O multicolorido, o cheiro dos hortifrúteis e os sons – nem tão harmoniosos –, entoados pelos feirantes, principalmente no momento da “xepa²”, como estratégia para realizar as melhores vendas, são elementos particulares encontrados em inúmeras ocasiões, nesses confusos *teatros*, distribuídos no território brasileiro. Desse modo, apresentar as múltiplas dimensões das feiras livres, aqui tratadas pelas possibilidades de decifrar sua trajetória e seu cotidiano em cada gesto de permanência em meio às transformações históricas e socioeconômicas ocorridas nos espaços urbanos, ao longo destes anos, constituem como um dos focos desta pesquisa.

Portanto, é oportuno que neste espaço de reflexão, onde presente e passado se conectam e se misturam, encontremos nosso cenário de discussão, e que, esperemos, por um lado estimular novas formas de pensar e, por outro, além do óbvio, gerar dúvidas a respeito das feiras livres e como são geridas nos espaços urbanos.

Sendo assim, em meio à efervescência de discussões sobre os espaços urbanos³ no Brasil e, em particular, na cidade do Recife/Pernambuco (PE), diversas temáticas a respeito do direito à cidade e aos modelos de intervenções urbanas pautados em projetos de interesse público ou privado, bem como seus possíveis impactos, irregularidades e soluções (socioeconômicos, paisagísticos, ambientais, afetivos, históricos, entre outros) são promovidos por diversos grupos sociais.

Porém, a busca por diálogos e respostas plurais e consensuais torna-se uma tarefa difícil, em virtude das múltiplas demandas e interesses dos agentes

² É o momento de baixar os preços! Período final dos hortifrúteis nas feiras livres, em que os feirantes colocam as mercadorias que sobraram em liquidação. Em outras palavras, a piores mercadorias são vendidas pelos preços mais baixos possíveis.

³ Não é nossa intenção fazer uma enfadonha lista de intervenções urbanas no Brasil que intensificam os debates políticos sobre a cidade, mas é importante frisar os recentes acontecimentos na cidade do Recife quando a presente dissertação estava sendo construída: *Projeto Novo Recife*, *Preservação do Edifício Caiçara*, *Ampliação do Terminal Integrado de Passageiros Joana Bezerra*, *Polo Jurídico* (bairro do Coque), *Via Mangue*, *Shopping Rio Mar*, *Projeto da Avenida Beira Rio* (bairro das Graças), *Arena Sport Clube*, *Templo de Assembleia de Deus* etc. que chamam atenção pelo processo homogêneo de atuação dos empreendedores e, em alguns casos, a omissão do poder público de como as intervenções destacadas foram ou serão conduzidas.

socioespaciais que atuam nos espaços urbanos onde tais intervenções são operacionalizadas.

Diante da expansão da cidade, que se encontra marcada e materializada por intervenções subordinadas aos encantos do capital (imobiliário, industrial, financeiro etc.), a multiplicação dessas experiências urbanas evidencia as estratégias, os interesses, as expectativas e as tendências de transformações dos espaços intraurbanos, que, muitas vezes, difundem a (re)produção das formas urbanas, verticalizadas e segregadoras, revelando os problemas intraurbanos. Como se refere Seixas (2013), as transformações decorrentes, a partir da segunda década do século XX, tornaram-se fascinantes e perturbadoras em virtude das formas e dos impactos diretos nas vidas dos indivíduos e das cidades.

Mumford (1998), em *A Cidade na História*, relata que o preço da expansão urbana e das transformações decorrentes, ditadas pela economia capitalista, resultou em significativas destruições das características naturais e das antigas formas arquitetônicas em favor da mobilidade urbana, no final do século XIX, nos Estados Unidos. Expansão, por sua vez, capitaneada pelo processo de industrialização na época. Nessa perspectiva, a cidade, desde o início do século XIX, foi tratada como um objeto, um produto, uma mercadoria em que o preço da expansão urbana sempre foi regido pela economia capitalista. Com isso, as características naturais, históricas, sociais e culturais dos espaços urbanos são dissolvidas na promoção da imagem sedutora de modernidade.

De acordo com Lefebvre (2008, p. 104), “forças muito poderosas tendem a destruir a cidade. Um certo urbanismo, a nossa frente, projeta para a realidade a ideologia de uma prática que visa à morte da cidade”. No entanto, a cidade torna-se bastante viva quando os motores das transformações urbanas estão conjugados à estética e ao consumo dos espaços da cidade pela minoria.

Atualmente, os motores das transformações urbanas, sob as perspectivas econômicas e financeiras, estão traduzidos nos mercados imobiliários e na atração de investimentos, em especial os megaeventos⁴ (esportivos, políticos, econômicos,

⁴ Para Seixas (2010, p.6), os megaeventos são: “eventos culturais ou desportivos de âmbito internacional ou mesmo planetário, ações coletivas e efêmeras que comportam status simbólicos e escalas espaciais e temporais muito significativas.”

culturais etc.), que, de certa forma, produzem ‘novos’ desafios competitivos às cidades contemporâneas. Para Vainer (2014, p. 75), “nossas cidades emergem dos megaeventos, portanto, mais dependentes e subordinadas aos grandes capitais internacionais, feudalizadas por grandes empreiteiras nacionais.”

Assim, a competição por aqueles eventos de maior prestígio, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo, exposições internacionais ou grandes festivais tornou-se tão importante quanto a competição pela atração de empresas ou investimentos substanciais. Esses eventos produzem um incremento do turismo local e trazem cobertura extensiva da mídia, como também têm efeito a longo prazo na promoção de projetos de renovação urbana. (SANCHEZ, 2007)

Sendo assim, Ribeiro (2000a) relata que muitas cidades utilizam a justificativa da noção de competitividade para solucionar os problemas diagnosticados. Dessa forma, o que podemos afirmar é que a atração e a promoção de investimentos públicos e privados nos espaços intraurbanos, mediante as operações e as intervenções urbanas em curso, são, de forma geral, condicionantes para a (re)produção da imagem da *cidade mercado* (LEAL, 1994), *cidade do capital* (ABRAMO, 1995) ou como Carlos Vainer (2010) denomina: *cidade-mercadoria*.

Como observado por alguns estudiosos, a exemplo de Ribeiro (2000b), relatam que estas experiências de intervenções urbanas são baseadas no processo de embelezamento das paisagens urbanas, a partir do crescimento econômico das cidades. Nessa conjuntura, para se inserirem no mercado global, as cidades são ‘contempladas’ por receitas (entre elas: parcerias entre o setor público e a iniciativa privada; implementação de novos instrumentos e instituições voltados para o planejamento e gestão urbanos; e realização de projetos arquitetônicos-urbanísticos de grande impacto) prescritas para alcançarem os modelos de reestruturação urbana e aos padrões urbanísticos ideais (SANCHEZ, 2007).

Para Rolnik (2003),

Boa parte da produção contemporânea do urbanismo tem sido mobilizada para criar uma cenografia de tal forma que a cidade se transforme numa espécie de produto à venda num stand, fazendo parte de uma mega exposição global de cidade à procura de empresários transnacionais que decidam nela investir. (ROLNIK, 2003, p. 3)

Além disso, Sanchez (2007) aponta que:

Por trás destes novos conjuntos urbanísticos apresentados como capazes de recuperar a identidade local e contribuir para o *renascimento das cidades* assiste-se o surgimento de espaços urbanos com resultados repetitivos que, paradoxalmente, provocam a sensação de descolagem com a identidade do lugar, muito embora sua justificativa projetual se dê em nome de um diálogo com a cidade existente. (SANCHEZ, 2007, p. 30 – grifos do autor)

As resoluções aos componentes desafiadores que o Estado propõe, muitas vezes formulados por pressões dos agentes privados, são ‘novas’ fórmulas para promover as ‘velhas’ ações transformadoras recheadas de *re’s* (renovação, reestruturação, reabilitação, rejuvenescimento, reciclagem, requalificação etc.). Enquanto outros desafios urbanos, como os direcionados às ações de bem-estar social, são relegados a segundo plano com a justificativa de que as grandes intervenções urbanas podem fortalecer e acelerar o desenvolvimento (urbano, econômico, social e cultural).

Dentro desse contexto, Arantes (2012) expõe que:

[...] quando, nos dias de hoje, se fala de cidade (pensando estar “fazendo cidade”...), fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor etc., e cada vez mais em *requalificação*, mas em termos tais que a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano – como queriam os modernos – para cair no vasto domínio *passe-partout* do assim chamado “cultural” e sua imensa gama de produtos derivados. (ARANTES, 2012, p. 15 – grifos da autora)

Segundo Fernandes (2014), a promoção de investimentos, voltados especialmente à atração de eventos esportivos, pode ser considerada como uma janela de oportunidades, pois, em diversas dimensões (urbana, econômica, social, ambiental, sociocultural etc.), visa “acelerar a montagem da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do país, além de propiciar o fortalecimento e a expansão de políticas públicas garantidoras de direitos de cidadania e alavancar cadeias produtivas e inovadoras, em âmbito nacional e regional.” (FERNANDES, 2014, p. 58)

Vainer (2014), no entanto, aponta que a geração e o resultado destes investimentos, traduzidos em operações e intervenções urbanas, contribuem e contribuirão para potencializar cidades desiguais e segregadas. Assim, ao mesmo tempo em que as operações e as intervenções urbanas promovem a ‘harmonização’

dos ambientes urbanos, também produzem o processo de segregação socioespacial. Este retrato impresso, nos cenários urbanos, é visualizado especialmente sobre as questões habitacionais e, em tese, pode recair para as formas comerciais.

Desse modo, Seixas (2010) nos aponta que:

Eventos e projetos sim, mas não apenas nos círculos fechados de alguns, nem somente nos espaços restritos dos investimentos, nem nos tempos limitados da festa; mas muito mais nos círculos amplos da democracia, nos espaços vastos da cidade e nos tempos longos da sociedade – e do seu futuro. (SEIXAS, 2010, p. 8)

Essas considerações são importantes para entendermos os modos de (re)pensar a cidade que demonstra, inicialmente, a ausência de planejamento e gestão urbanos⁵ articulados com toda a cidade. Ferreira (2012), por exemplo, afirma que,

Não se pode dizer que não haja, no Brasil, planejamento urbano. Muito pelo contrário, temos leis e planos em abundância. Mas é fácil constatar que o planejamento foi feito privilegiando alguns grupos sociais. (FERREIRA, 2012, p. 28)

Ao passo que, Souza (2008a) contextualiza que as intervenções protagonizadas pelo Estado ou pelos agentes privados fecundadas a partir do planejamento urbano e gerenciadas pelos modelos de gestão que, muitas vezes, servem para atender a ambição e aos interesses de alguns. É nesse sentido que Gehl (2014), ao contextualizar a dimensão humana *versus* a ideologia do planejamento, argumenta que:

Não é surpresa que progresso e melhorias sejam vistos principalmente nas áreas economicamente mais avançadas do mundo. Em muitos casos, entretanto, prósperos enclaves também adotaram a ideologia do modernismo como ponto de partida para novas áreas urbanas e para localizar torres autossuficientes nos centros das cidades. Nessas admiráveis novas cidades, a dimensão humana nunca esteve na ordem do dia, nem agora nem antes. (GEHL, 2014, p. 5)

⁵ De acordo com Souza (2008a), planejamento e gestão urbanos são aspectos distintos e complementares que configuram as seguintes ações: “O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir.” (SOUZA, 2008a, p. 46).

Esses fatos, relacionados, deixam claro que, ao final, as intervenções realizadas na cidade mostram-se, em tese, como verdadeiras peças articuladas neste imenso quebra-cabeça urbano. Dentro dessa lógica, alguns debates privilegiam a construção das cidades como uma mercadoria a ser vendida por intermédio de peças simbólicas articuladas com os melhores espaços da cidade.

Portanto, se, por um lado, o foco das reflexões sobre as formas de condução e de construção da cidade (como objeto-mercadoria, por exemplo), com ênfase nas intervenções urbanas operacionalizadas pelo Estado e por interesses particulares, são temáticas que entram na pauta dos diversos debates. Por outro, isso não significa, a nosso ver, que outros temas envolvendo as áreas urbanas não sejam estimulados.

Dessa forma, temáticas que abarcam as relações entre a cidade x o comércio é pouco significativo, pois na opinião da professora Heliana Vargas⁶ os estudos sobre este processo de interação ainda são visualizados sob a perspectiva econômica e não como uma análise referente às questões urbanas. Dessa forma, as investigações sobre as atividades comerciais, que envolvem desde as formações dos núcleos urbanos até os impactos (socioeconômicos, ambientais, culturais e arquitetônicos) na qualidade de vida das pessoas, são decorrentes, sobretudo, da expansão ou da retração de atividades comerciais, a exemplo dos supermercados, hipermercados, *shopping centers*, comércio informal, feiras livres⁷.

Nesse âmbito, as atividades comerciais⁸, tema motivador desta pesquisa, a partir de sua relação com as cidades, assume um papel de protagonista na evolução e nas transformações históricas dos espaços urbanos. Por sua vez, essa interação pode ser visualizada nas áreas urbanas, conforme Nóbrega (2008), em modificações

⁶ Em reportagem publicada em 16 de junho de 2014 no portal de notícias da Universidade de São Paulo < <http://www5.usp.br/44558/pesquisas-da-fau-analisam-a-intima-relacao-entre-comercio-e-cidade/>>. Acesso em 15 dez. 2014

⁷ Temos no próprio Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) dissertações e teses publicadas e defendidas que tratam sobre estas questões. A saber: *Calçadão dos Mascates: promessas e desilusões de uma intervenção urbana: o olhar dos comerciantes informais* (Ana Maria da Costa – 2004); *A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB)* (Gustavo Magalhães Silva Miranda – 2009); *A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a Cidade do Recife entre 1820 a 1875* (Maria C. Lacerda de Melo – 2011) etc.

⁸ Retrutada nesta pesquisa pelas feiras livres.

simples, como alterações nas fachadas e até em alterações nos espaços públicos, a exemplo de (re)desenhos de calçadas pautados em atender às necessidades do empreendimento comercial.

Dessa maneira, Vargas (2000) aponta que,

[...], pouca atenção foi demonstrada, por parte dos cientistas sociais e dos governos locais, em estudar esta relação e compreendê-la, principalmente no Brasil. Parte deste descaso é decorrente de uma série de preconceitos que remontam à antiguidade clássica e que, felizmente, parecem estar sendo rompidos face a novos desafios que se apresentam. (VARGAS, 2000, p. 01)

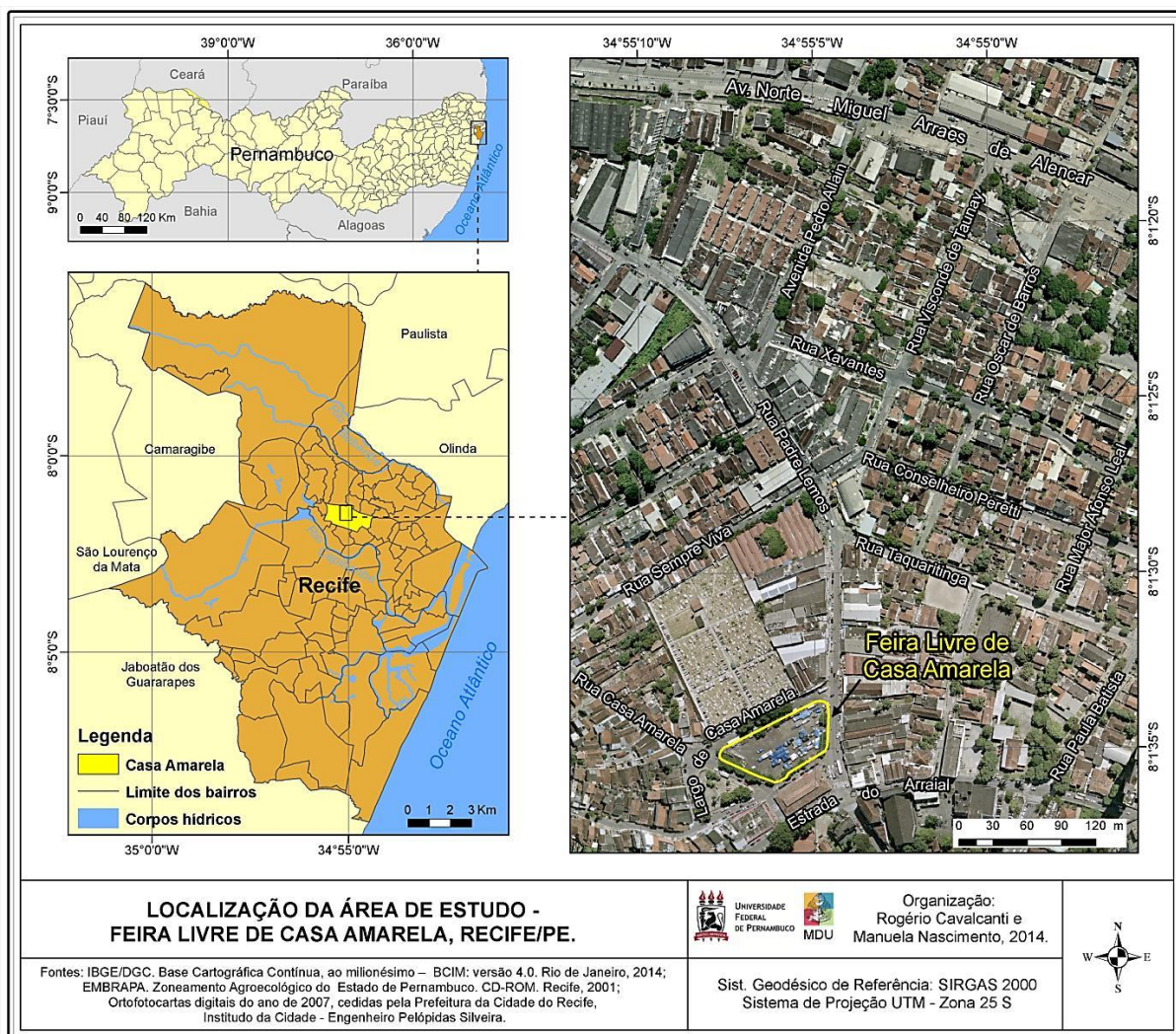
Portanto, ainda de acordo com Vargas (2000), as atenções direcionadas às atividades comerciais, bem como sua diversidade e as suas formas de manifestação, apresentam reflexos diretos não apenas traduzidos como problemas, mas como busca por soluções para o desenvolvimento urbano.

Do mesmo modo, o resultado deste raciocínio é, muitas vezes, a ocultação de outros olhares (culturais, sociais e territoriais) sobre as atividades comerciais, em especial as consideradas “tradicionais”. Aliás, se prestarmos mais atenção, essa ocultação, aliada a pouca importância dada às áreas comerciais “tradicionais”, a exemplo das feiras livres, torna-se algo banal, uma vez que os interesses da (re)produção do capital seja para amplificar os espaços privados de consumo, a exemplo dos *shoppings centers*.

Com isso, o objetivo central dessa dissertação, portanto, é analisar como ocorre a gestão pública urbana na Feira Livre de Casa Amarela, zona Norte da cidade do Recife/PE (mapa 1), sob a perspectiva do planejamento urbano nos espaços públicos das feiras livres. Nesse sentido, ao lançarmos um olhar sobre os referenciais teóricos sobre as feiras livres, privilegiamos os debates sobre o desenvolvimento urbano, enfatizando a relação: Feira Livre x Gestão Pública Urbana.

É, portanto, nesta relação entre feira livre e gestão pública urbana que formulamos, por sua vez, algumas questões que condizem nossa pesquisa. Nesse sentido, como esta relação acontece e em que medida ocorre na Feira Livre de Casa Amarela? De que forma a participação dos feirantes acontece no processo de gestão pública urbana na Feira de Casa Amarela? Quais os comportamentos dos

feirantes após a ação da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no entorno da Feira Livre de Casa Amarela?



Mapa 1 – Localização da área de estudo: Feira Livre de Casa Amarela, Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014

Essas questões orientam a análise proposta por esta pesquisa, que se ocupa a estudar a Feira Livre de Casa Amarela, que buscamos, então, como objetivos específicos a serem almejados, compreender a participação dos feirantes nas intervenções realizadas na PCR na Feira Livre de Casa Amarela; refletir sobre as modificações ocorridas na Feira Livre de Casa Amarela, atentando para a ação de reordenamento dos ambulantes e dos feirantes localizados na Rua Padre Lemos no espaço temporal de 2013-2015; e, interpretar os múltiplos papéis que as feiras

livres apresentam no contexto urbano, em especial como absorvedoras de mão de obra⁹.

Notadamente, um estudo dessa magnitude condiciona a pensarmos, como hipótese, sobre a existência de um modelo de gestão consensual para as feiras livres, que articule os modelos de gestão aplicados nas áreas externas dos espaços públicos em questão. Além disso, a forma de gestão pública urbana realizada no entorno da Feira Livre de Casa Amarela é compatível com os interesses imobiliários ou a gestão pública urbana direcionada a Feira Livre de Casa Amarela leva em consideração seu contexto histórico e sua identidade para a cidade do Recife/PE e para o bairro de Casa Amarela.

Optamos em estruturar a dissertação em quatro capítulos. O primeiro capítulo oferece uma perspectiva geral da pesquisa, apontando as considerações teóricas e os procedimentos metodológicos necessários para alcançar os objetivos destacados. No segundo capítulo, **“O olhar sobre as feiras livres: uma abordagem teórica”**, discute-se a partir de uma visão conceitual as feiras livres, apontando suas diferentes formas de serem visualizadas, bem como os múltiplos papéis que as feiras apresentam, mostrando suas relações a partir de uma abordagem geográfica na segunda parte deste capítulo.

No terceiro capítulo, intitulado **“Cheiros, cores e sons da Feira Livre de Casa Amarela”**, realizamos uma breve contextualização da relação cidade x comércio para, a partir daí, analisar os antecedentes históricos do bairro de Casa Amarela. Em seguida, abordamos a Feira Livre de Casa Amarela na composição da cidade e do bairro, com base em seus elementos históricos de formação e de consolidação como um dos principais bairros da cidade do Recife/PE.

No quarto e último capítulo, **“Gestão Pública Urbana na Feira Livre de Casa Amarela, Recife/PE”**, nos dedicamos à análise da gestão pública urbana sobre a Feira Livre de Casa Amarela, com ênfase na maneira como a PCR, na figura da CSURB, administra o ambiente e quais os principais problemas relatados pelos entrevistados (feirantes e gestores municipais), além disso, a realização da análise sobre o processo de intervenção realizado pela PCR em 2013, que transferiu

⁹ Apesar de alguns estudos tratarem as feiras livres como pontos cristalizados no tempo e de não ser enxergadas diante das políticas públicas adversas (JESUS e DOLZANI, 2008).

feirantes e comerciantes localizados na Rua Padre Lemos para locais específicos, como o pátio da feira e a COBAL¹⁰.

Concluimos com uma síntese das principais considerações levantadas, na tentativa de fundamentar as contribuições que esta dissertação poderá trazer para a compreensão sobre a gestão pública urbana nas feiras livres do Recife/PE e, sobretudo, na Feira de Casa Amarela.

¹⁰ Companhia Brasileira de Alimentos

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A relação de proximidade entre pesquisador e objeto, nesse caso a Feira Livre de Casa Amarela, no momento da pesquisa, é bastante delicado e, muitas vezes, torna-se um impasse ético diante dos objetivos que queremos alcançar. Dessa forma, foi necessário praticar o distanciamento para construir um outro olhar sobre o ambiente e possibilitar a visualização de detalhes, às vezes invisíveis diante da nossa familiaridade perceptiva com o universo da feira. Além disso, esta relação de proximidade foi fundamental para obter muitas das informações contidas nessa dissertação o que tornaram as conversas agradáveis.

Nesse sentido, inicialmente utilizamos a fenomenologia como base perceptiva do recorte especial analisado. Como resultado disso, intencionalmente mudamos nosso foco sobre a Feira Livre de Casa Amarela ao introduzirmos uma intenção de captarmos outros olhares sobre o nosso objeto e suas relações. Nas palavras de Sokolowski (2004, p. 87), “introduzimos novas intencionalidades baseadas nas percepções”. Na concepção do autor, percebemos todas as movimentações, as marcas e os elementos que compõem nosso objeto, mas o projetamos de um novo modo.

Ao passo que, nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados foram voltados para uma abordagem de natureza qualitativa que teve como fonte principal os relatos obtidos por intermédio de entrevistas realizadas com os feirantes estabelecidos na Feira Livre de Casa Amarela, recorte geográfico da pesquisa, bem como, de técnicos da Companhia de Serviços Urbanos (CSURB), vinculada à Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) responsáveis pela gestão pública urbana dos ambientes das feiras livres na cidade.

Assim sendo, para compreendermos os processos de gestão pública urbana na Feira Livre de Casa Amarela e em que medida ela acontece, optamos em estruturar nossa pesquisa em três eixos de investigação:

1. Resgate conceitual e histórico sobre as feiras livres, com ênfase na que ocorre no bairro de Casa Amarela;

2. Análise da gestão pública urbana para Feira de Casa Amarela, com enfoque na forma de atuação e em que medida ela acontece no território analisado;
3. Observação da forma de participação dos feirantes na gestão pública urbana da Feira Livre de Casa Amarela.

O primeiro eixo de investigação compreende uma extensa pesquisa bibliográfica sobre o referencial teórico-conceitual relacionado ao contexto histórico das feiras livres, especialmente no Brasil. A análise de artigos, dissertações e teses sobre feiras livres em diferentes períodos históricos. Dessa maneira, são abordados nesse primeiro eixo de investigação temas ligados à formação das feiras livres, na Europa e no Brasil, e as visões conceituais dos diversos autores, bem como, dos feirantes sobre a temática em questão. Dessa maneira, o levantamento documental e iconográfico sobre o bairro e a Feira Livre de Casa Amarela foi realizado nos acervos do Museu da Cidade do Recife, que forneceu alguns elementos históricos para elucidar dúvidas sobre a formação do bairro de Casa Amarela e, respectivamente, a sua feira livre.

No segundo eixo de investigação, direcionamos a análise sobre o nosso objeto empírico de pesquisa com o referencial teórico a respeito da gestão urbana. Contudo, antes de iniciar a pesquisa de campo, considerou-se relevante realizar uma pesquisa bibliográfica sobre os procedimentos metodológicos iniciais. Para isso, a contribuição de Mott (2000) para a pesquisa foi fundamental, visto que o autor direciona o pesquisador a realizar alguns passos básicos:

A primeira coisa que se tem a fazer é descobrir qual é o órgão público encarregado especificamente da fiscalização e da organização da feira. [...]. Essa é a primeira fase da investigação, que sugiro seja realizada antes mesmo da pesquisa de campo propriamente dita, pois permitirá conhecer o que já foi registrado sobre esta realidade. [...] Após esses primeiros contatos, o passo seguinte será realizar o mapeamento da feira, reconstruindo cuidadosamente a distribuição das barracas ao longo do espaço por ela ocupado, salientando todas as áreas ou setores e sua localização nas ruas e artérias onde funciona este comércio. [...]. Pesquisas nos jornais locais e livros de postura municipais podem fornecer informações importantes no caso de se desejar fazer uma retrospectiva sobre a evolução desta instituição. [...]. O visual da feira deve ser cuidadosamente reconstituído pelo pesquisador, a começar pelas instalações materiais onde as mercadorias são expostas à venda. [...]. Havendo a possibilidade de fotografar ou filmar a feira, obviamente que tal recurso facilitará grandemente a reconstituição destes aspectos materiais. Tirar fotografias de desconhecidos,

contudo, implica via de regra em certas questões éticas que merecem ser discutidas. Um dos principais problemas de quem pesquisa feira é a desconfiança por parte do vendedor em relação ao pesquisador. O vendedor via de regra vê o pesquisador como um fiscal, preposto da Prefeitura. [...]. O pesquisador deve ter a delicadeza e sensibilidade sobretudo para não interferir nem prejudicar no trabalho dos feirantes, evitando entrevista-los durante o período de vendas, pois para quem depende de poucas horas para ganhar seu pão, [...]. O pesquisador deve previamente definir qual a melhor técnica de pesquisa para obter as informações dos feirantes e compradores: questionário, formulário ou fichas específicas com roteiro de entrevista. (MOTT, 2000, p. 25-26-27-28-29-30)

É nesse sentido que o autor explica passos básicos e fundamentais para a realização de pesquisas direcionadas às feiras livres. Dessa maneira, se faz presente neste trabalho a proposta em questão justamente por permitir caracterizar os sujeitos, o órgão público e os feirantes, que foram fundamentais para a coleta das informações necessárias para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

Após a realização das etapas propostas Luiz Mott, realizamos diálogos, compostos por questões-chave (apêndice), já que segundo Araújo (2014) uma entrevista é um processo de interação entre dois parceiros, o entrevistador e o entrevistado, em que as questões ou as reações de ambos estão condicionadas à medida que as respostas forem dadas. Em outras palavras, entendemos que nesse jogo de palavras, as entrevistas permitem ter uma organização dos questionamentos, ao mesmo tempo que as perguntas podem ser ampliadas à medida em que as informações são fornecidas. Segundo BARDIN (2004, p. 89), “lidamos então com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa – o entrevistado – orchestra mais ou menos à sua vontade”. Trilhando esse caminho, cujo o ponto de partida centra-se em questionamentos semiestruturados e outras perguntas que surgiram ao longo da conversa, tanto com os feirantes quando com os técnicos, com a finalidade de possibilitar aos entrevistados discorrer de forma livre sobre os temas propostos e, com isso, utilizar os elementos essenciais para compor a pesquisa em questão.

Neste sentido, para a escolha dos entrevistados seguimos critérios distintos. No caso dos técnicos da CSURB, o principal critério estabelecido foi a função desempenhada pelos agentes socioespaciais na instituição pública, além disso consideramos suas respectivas experiências em gestão de feiras livres. Enquanto que no caso dos feirantes de Casa Amarela seguimos os critérios de tempo de

atividade desempenhada e as possíveis lideranças no respectivo território analisado, por entender que suas visões sobre as diferentes gestões são fundamentais para o alcance do objetivo proposto pela pesquisa. Aliás, cumpre-nos esclarecer aqui que os fregueses, mais uma peça nessa engrenasse que chamamos de Feiras, não foram entrevistados devido algumas dificuldades encontradas. Isto é, muitas vezes os fregueses por pressa em finalizar suas compras, carregando sacolas ou no sol tornaram inviáveis as pesquisas com esse grupo.

Foram escolhidos, no universo da Feira Livre de Casa Amarela (composta por aproximadamente 100 feirantes) 9 feirantes¹¹ (tabela 1) que foram categorizados segundo o tempo de atividade desempenhada na feira. Portanto, é importante ressaltar que a escolha de 9 feirantes ocorreu devido ao destaque dos mesmos dentro da feira, ou seja, poderíamos realizar nossa pesquisa com um quantitativo maior de feirantes, no entanto as informações que pretendíamos poderiam caria numa repetição desnecessária de dados ao levarmos em consideração os grupos definidos na pesquisa. Sendo assim, classificamos os feirantes em três grupos: o primeiro composto por feirantes que atuam na Feira Livre de Casa Amarela há menos de 10 anos; feirantes que atuam entre 10 a 20 anos; e feirantes que exercem suas atividades na feira livre em questão há mais de 20 anos, independente do artigo comercializado. Todavia, notamos em nossas incursões na feira livre a ausência de feirantes com menos de 10 anos de atuação, o que, em tese, possa justificar a falta de uma liderança jovem.

¹¹ Os feirantes entrevistados serão identificados por numeração (I. / II. / III. / IV / V. / VI. / VII. / VIII. / IX.). Infelizmente, em nossa pesquisa de campo, não foi possível identificar feirantes com menos de 10 anos de atuação na Feira de Casa Amarela. Contudo, realizamos as três últimas entrevistas de forma aleatoriamente e por intermédio de indicação dos próprios feirantes.

Categoria		Função	
Agentes Públicos 2	Órgão Municipal	Gestor Municipal de Mercados e Feiras Livres Agente administrativo (responsável pelo cadastramento dos feirantes)	
		Tempo de atuação na Feira Livre de Casa Amarela	
Feirantes Menos que 10 anos = 0 Entre 10 a 20 anos = 5 Acima de 20 anos = 4		I. 13 anos	VI. 10 anos
		II. 27 anos	VII. 12 anos
		III. 31 anos	VIII. 25 anos
		IV. 53 anos	IX. 15 anos
		V. 15 anos	

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

No caso dos técnicos, foram entrevistados o gestor de mercados e feiras livres e o funcionário responsável pelo cadastramento dos feirantes¹² na cidade do Recife/PE vinculados a CSURB/PCR, que forneceram informações necessárias para analisar como a gestão pública urbana atua nos ambientes das feiras livres. É importante frisar que a estrutura de entrevista posta aos feirantes e aos técnicos da CSURB, em muitos momentos, tiveram questionamentos semelhantes. Nesse sentido, julgamos relevante procurar o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informais do Recife (SINTRACI), cujo teve seu surgimento em 2012 como uma resposta às arbitrariedades da gestão pública urbana aos processos de ordenamento e higienização do centro da cidade do Recife/PE. Entretanto, o sindicato ainda estava se aproximando dos feirantes da cidade do Recife e não tinha nenhuma informação sobre as questões relativas ao processo de gestão pública urbana das áreas em questão.

Após a realização das entrevistas com os sujeitos descritos, outra questão surgiu: como analisar os materiais obtidos nas entrevistas? Nesse terreno, utilizamos a contextualização realizada por Bardin (2004) sobre a análise do conteúdo, configurada em seu livro *A análise do conteúdo* – publicado inicialmente em 1977. Conforme BARDIN (2004, p. 20), ao citar a definição de Berelson, “a análise de

¹² Em ambos os casos, os técnicos exerciam suas funções há 1 e 4 anos, respectivamente. Esse fato não prejudicou a coleta de informações.

conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Sendo assim:

Qualquer comunicação que vincule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode, em princípio, ser traduzida pelas técnicas de análise de conteúdo. Parte do pressuposto que por trás do discurso aparente esconde-se um outro sentido que convém descobrir. (SILVA et al., 2005, p. 74)

Entretanto, BARDIN (2004, p. 90 – grifo do autor) argumenta que, “a análise de conteúdo de entrevistas é muito delicada. Este material verbal exige uma *perícia* muito mais dominada do que a análise de respostas a questões abertas ou à análise de imprensa”. Com efeito, conforme aponta o autor, três etapas são fundamentais para a utilização da análise de conteúdo, entre elas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Dessa forma, cada etapa corresponde à:

Pré-análise: a organização do material, quer dizer de todos os materiais que serão utilizados para a coleta dos dados, assim como também outros materiais que podem ajudar a entender melhor o fenômeno e fixar o que o autor define como *corpus* da investigação, que seria a especificação do campo que o pesquisador deve centrar a atenção. **Descrição analítica:** nesta etapa o material reunido que constitui o *corpus* da pesquisa é mais bem aprofundado, sendo orientado em princípio pelas hipóteses e pelo referencial teórico, surgindo desta análise quadros de referências, buscando sínteses coincidentes e divergentes de ideias. **Interpretação referencial:** é a fase de análise propriamente dita. A reflexão, a intuição, com embasamento em materiais empíricos, estabelecem relações com a realidade aprofundando as conexões das ideias, chegando se possível à proposta básica de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais. (SILVA et al., 2005, p. 75 – grifos das autoras)

No terceiro eixo de investigação, que privilegiou as formas de participação dos feirantes na gestão pública urbana da Feira de Casa Amarela, direcionamos a análise recorrendo inicialmente aos referenciais que abordam as diferentes formas de participação dos sujeitos em relação às ações propostas nos espaços urbanos. Em seguida, as entrevistas realizadas para os sujeitos descritos serviram para obter o nível de participação dos feirantes nas diversas ações propostas pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) na Feira Livre de Casa Amarela.

Em resumo, na tabela a seguir (tabela 2), esquematizamos as técnicas e os instrumentos de investigação segundo os objetivos específicos propostos pela pesquisa.

ITENS	TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS SEGUNDO OS OBJETIVOS DA PESQUISA		
	OBJETIVO 1: analisar em que medida ocorrem os processos de gestão pública urbana na Feira de Casa Amarela	OBJETIVO 2: resgate conceitual e histórico das feiras livres	OBJETIVO 3: analisar as formas de participação dos feirantes de Casa Amarela na gestão pública urbana da feira
Técnica da investigação	Análise de conteúdo em uma perspectiva crítica	Análise de conteúdo em uma perspectiva crítica	Análise de conteúdo em uma perspectiva crítica
Instrumento da Investigação	Aplicação de entrevista semiestruturada	Aplicação de entrevista semiestruturada. Análise de documentos históricos (textos e iconográficos)	Aplicação de entrevista semiestruturada

Por fim, as informações levantadas durante os trabalhos de campo, bem como, na análise dos acervos bibliográficos e iconográficos, fundamentaram a discussão, o desenvolvimento e a análise dos resultados adquiridos no decorrer da pesquisa. Portanto, partimos do pressuposto que a pesquisa em questão irá abranger questões sob a perspectiva do planejamento urbano, com ênfase na gestão pública urbana da Feira Livre de Casa Amarela.

CAPÍTULO II |

O OLHAR SOBRE AS FEIRAS LIVRES: UMA ABORDAGEM TEÓRICA



FONTE: ROGÉRIO CAVALCANTI, 2014

2. O OLHAR SOBRE AS FEIRAS LIVRES: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Não são raras as abordagens e as reflexões sobre as feiras livres e suas implicações na dinâmica urbana. Como objeto de pesquisa, as feiras livres têm sido foco de atenções de historiadores, geógrafos, antropólogos e de outros cientistas sociais. Diante disso, alguns pesquisadores discutem e analisam as diferentes formas acerca desses mercados periódicos na contemporaneidade.

Autores como: Dantas (2007) pontuou as modificações na dinâmica socioespacial da feira livre em Macaíba, Rio Grande do Norte (RN), entre os períodos de 1960-2006, analisando a evolução comercial do município de Macaíba e o resgate histórico de sua feira. O trabalho de Jesus (1992) sobre as feiras no Rio de Janeiro merece destaque pelas suas visões a respeito da manutenção e das estratégias dos feirantes diante dos espaços de consumo “moderno”. Sá (2011) que abordou os feirantes, em especial na Feira de Caruaru/PE, sobre a perspectiva sociológica ao questionar quem são e como administram seus negócios. Sato (2012), ao analisar uma feira livre na cidade de São Paulo/SP, apresenta a complexa organização da feira, com seus diversos arranjos, por meio da Psicologia Social. Ferretti (2000), que destaca a importância econômica e social das feiras livres, a partir de estudos antropológicos e de proposta de análises dos impactos de políticas públicas, em especial para a feira urbana no bairro de Alecrim, Natal/RN.

A breve visualização das abordagens descritas sobre as feiras livres envolve as múltiplas perspectivas, que procuram destacar suas potencialidades, seus problemas, seus crescimentos, suas retrações, suas semelhanças, suas contradições etc.

Dessa maneira, este capítulo é dedicado a olhar as feiras livres a partir de abordagens teóricas e conceituais encontradas nas diversas literaturas. Pois, acreditamos ser fundamental a definição do termo, feira livre, que iremos tratar ao longo da dissertação. Essa análise de caráter mais amplo é considerada em nossa pesquisa como embasamento para futuras discussões conceituais realizadas por outros pesquisadores sobre as feiras livres. Devo enfatizar que, antes de fazer um mapeamento exaustivo das obras produzidas, o objetivo deste balanço é conceituar

as feiras livres por meio de ações levadas adiante pelas camadas populares e que têm por objetivo a questão da terra, habitação e bens de consumo coletivos

Para a construção dessa parte da pesquisa, partiu-se de um referencial teórico baseado na interligação de duas abordagens a respeito das feiras livres. A primeira busca conceituar as feiras livres baseada em conversas com feirantes e fregueses e em estudos publicados em livros, artigos, dissertações e teses dentro da temática, que aparece contextualizada em diversas áreas. Foram priorizados os trabalhos relativos às áreas de Ciências Sociais e Humanas (como Geografia, Sociologia, Antropologia, Economia etc.), que tratam de múltiplas experiências sobre as feiras livres nas áreas intraurbanas, o que forneceu subsídios para compreender muitos conceitos e expressões a respeito do tema abordado.

Na segunda abordagem, destacamos os múltiplos papéis das feiras livres no espaço urbano a partir da contextualização geográfica. Dessa forma, tratando-se de feiras livres, vários pontos de vista (econômico, social, cultural, antropológico, geográfico etc.) e suas relações devem ser considerados para alcançar o objetivo central desta seção. Contudo, como pretendemos realizar uma abordagem geográfica sobre suas funcionalidades, passamos a destacar os estudos do geógrafo Milton Santos, mais especificamente as categorias de análise (forma, função, processo e estrutura), na tentativa de nortear a análise do espaço em questão, a partir da junção entre teoria e método, ao longo do espaço e do tempo. Dessa forma, a necessidade de conhecermos melhor a forma econômica e sociocultural que permeia as feiras livres dentro do contexto histórico da cidade é fundamental, pois nos permite compreender que não estamos lidando com um fenômeno recente.

Assim, entendemos que as feiras livres, aparentemente inertes, nas áreas urbanas e rurais, configuram-se como objetos preponderantes na produção e reprodução do espaço comercial varejista, considerando a integração entre sua representatividade e sua funcionalidade nas dinâmicas intraurbanas atuais.

2.1 AFINAL, O QUE SÃO FEIRAS LIVRES?

Todos os dias, em algum lugar da cidade, pessoas acordam cedo para comprar frutas, verduras e carnes. Estariam elas indo ao supermercado?

A resposta é não. Preferem ir à feira mais próxima de casa. Em um mundo, cada vez mais on-line, onde praticamente tudo, inclusive frutas e legumes, podem ser comprados sem sair de casa ou dentro de um supermercado com ar-condicionado, o que faz com que muitas pessoas ainda prefiram ir a uma feira livre?
(Nagel, et. al., 2007, 52)

Segundo Milton Santos (2012a), ao pensar no espaço humano, seja ele geográfico, arquitetônico, físico, entre outros, é inevitável que seja realizada a sua definição de acordo com as particularidades que se deseje. Sendo assim, tratar de um determinado espaço sem buscar a sua definição é simplesmente falar ou descrever o espaço.

Nesse contexto Santos (2012a) argumenta que,

Não há grande dificuldade em definir um vaso de flores, um arranha-céu, um planeta ou uma constelação. O espírito humano rapidamente se satisfaz com tais definições. Mas, quando a nossa curiosidade se transfere para o espaço humano, enormes dificuldades se levantam porque ele é a morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho. (SANTOS, 2012a, p. 151)

E como espaço humano, as feiras livres também apresentam dificuldades de serem definidas. Entretanto, antes de nos questionarmos sobre sua definição, talvez seja importante nos questionar se é possível encontrar uma definição para as feiras livres¹³.

Portanto, não é nossa intenção reproduzir uma lista de definições sobre feiras livres. Mas, o que pretendemos realizar são observações a respeito dos vários pontos de vista colocados por alguns pesquisadores da área para, a partir daí, chegar a uma definição do objeto analisado.

Nesse sentido, elucidar as feiras livres, seja nas áreas urbanas ou nas áreas rurais, não é uma tarefa fácil aos pesquisadores que *arriscam* compreender este particular universo. Pois, estes mercados periódicos, compostos por dinamicidades,

¹³ É importante ressaltar que não pretendemos realizar uma definição fechada e verdadeira sobre as feiras livres.

apresentam distintas características, de acordo com os ambientes em que estão inseridos. Quem passeia nas nossas cidades sente, em alguns lugares, que há algo de inquietante no cenário urbano.

A pergunta que denomina esta seção da dissertação surgiu em meio a várias conversas informais e discussões acadêmicas. Inicialmente fiquei bastante surpreso pela pergunta (*afinal, o que são feiras livres?*), pois imaginava que as pessoas com quem conversava sobre a temática do presente escrito sabiam do que estávamos tratando.

Numa espécie de análise etnográfica¹⁴ e em meio a conversas, vários adjetivos para as feiras livres se destacaram, como: ‘confuso’, ‘bagunçado’, ‘sujo’, ‘desorganizado’, ‘alegre’, ‘inseguro’, ‘vivo’, ‘movimentado’, ‘cultural’ e ‘relações de amizade’. Os tratamentos descritos, por sua vez, variam de acordo com os pontos de vista de cada observador. Assim, podemos observar descrições que variam entre pontos positivos e pontos negativos, o que demonstra, em tese, a complexidade que este ambiente apresenta diante, por exemplo, dos supermercados e dos hipermercados.

De acordo com Jesus e Dolzani (2008),

No plano do imaginário, recriam-se as feiras livres como territórios do desconforto, do informal, do transtorno, do atraso, do barulho e das sujeiras das ruas, enquanto os supermercados são massivamente apresentados como portadores do novo, do belo, do conforto, do “american way of life”. (JESUS e DOLZANI, 2008, p. 79 – grifo dos autores)

Entendido sob diferentes olhares, as feiras livres são tratadas ora como locais agradáveis, ora como locais desinteressantes aos indivíduos. Esse conjunto de adjetivações nos fazem refletir sobre os principais aspectos que condicionam as pessoas a pensarem dessa maneira sobre as feiras livres.

É inevitável não os comparar com os objetos de consumo ‘modernos’, isto é, os super e hipermercados. A facilidade, a comodidade, a ideia de segurança e a diversidade de produtos (industrializados ou não) são alguns dos elementos que

¹⁴ Demonstra a realidade social aprendida, a partir do olhar, com a finalidade de interpretar os diversos elementos que compõem o objeto analisado.

combinados ao *marketing* na produção da imagem (interna e externa) são vendidos com a finalidade de atender aos desejos da clientela.

Segundo Jesus (1992, p. 107), “a produção da imagem do supermercado não se esgota na esfera publicitária”. Para o autor, esse mecanismo (re)cria nos espaços dos supermercados ambientes agradáveis, que faça o consumidor esquecer, por alguns momentos, a miséria, os perigos e a poluição (visual, sonora e atmosférica) existente nos cenários urbanos. Portanto, as ‘facilidades’ e as ‘vantagens exclusivas’ oferecidas pelas redes varejistas ‘modernas’ ao consumidor são ‘vendidas’ constantemente, pois as mudanças nos hábitos sociais dos indivíduos têm condicionado a incessante busca pelas ‘facilidades’ e pelas ‘vantagens exclusivas’.

Sob a ótica dos múltiplos olhares, as feiras livres estão associadas tanto a sua estrutura econômica, quanto ao seu modo de atuação e organização nos espaços urbanos. Decorrente desse dilema, talvez, não seja uma tarefa fácil definir as feiras livres. Por isso, nos questionamentos: como definir um espaço que apresenta tantos significados diferentes?

Buscando responder tal inquietação, faz-se necessário recordar que as estruturas dos significados estão, fundamentalmente, nas relações e as interações com a localidade a qual pertence demonstra a identidade da feira como uma modalidade antiga e resistente do comércio varejista. Nesse sentido, Boechat e Santos (2011), consideram as feiras como manifestações socioeconômicas e culturais munidas de particularidades locais e de trocas de saberes rurais e urbanos.

Para reforçar a ideia levantada, Sato (2007) coloca, por exemplo, que,

Feiras diferentes em diferentes bairros exibirão feições também diferentes, pois elas se fazem com as características do lugar, adjetivando seus processos organizativos; porém suas feições substantivas podem ser apreendidas em qualquer uma delas [...].
(SATO, 2007, p.97)

Sá (2011) argumenta que, as feiras livres são locais de atuação econômica, cultural e social para os descendentes e os remanescentes do meio rural, bem como aos desempregados dos centros urbanos. Na visão colocada pelo autor, pressupõe que as feiras livres representam uma alternativa ou uma janela de oportunidade, especialmente econômica, na absorção de mão de obra aos indivíduos que por

algum motivo, seja pela mecanização ou concentração fundiária, não estão empregados.

Pelo olhar etnográfico, Minnaert (2008) contextualiza e interpreta as feiras livres de acordo com suas relações sociais apreendidas pelos valores e pelas percepções incorporadas pela observação. Assim, para a autora, as feiras livres, locais ricos culturalmente, representam a dinâmica da produção local e da circulação de mercadorias em um determinado momento da sociedade, que atualmente fornecem produtos necessários à subsistência local. Por este ponto de vista, as feiras tornam-se espaços de encontro e de conversas pela participação ativa dos agentes (feirantes e fregueses).

Queiroz e Azevedo (2012), em trabalho realizado nas feiras livres de Natal (RN), que buscam analisar a geograficidade da dialética entre o arranjo espacial¹⁵ e a dinâmica socioeconômica¹⁶ das feiras. Conforme apontam os pesquisadores, as feiras livres,

[...], são pequenas ou grandes reuniões socioeconômicas, realizadas ao ar livre, em ruas, praças ou terrenos baldios, com produtos expostos em barracas ou no chão, intercaladas geralmente no intervalo de uma semana, e que poder ter uma área de influência local ou regional. (QUEIROZ e AZEVEDO, 2012, p. 116)

É interessante perceber que a definição proposta pelos autores descritos se aproxima do conceito de feiras livres proposto por Ferretti (2000), a qual refere-se a *“reuniões comerciais periodicamente realizadas em local descoberto (rua, praça etc.), frequentemente próximo ao mercado.”* (FERRETTI, 2000, p. 41). Enquanto isso, Santos et al. (2011) caracterizam a feira livre *“como uma atividade do mercado varejista em espaços públicos, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pelos municípios.”* (SANTOS, et al., 2011, p. 3-4)

Fica claro, portanto, que os autores indicam dois sentidos bastante comuns e que são atribuídas às feiras livres: um relacionado ao uso dos espaços públicos; e outro, mais frequente, em que elas são entendidas pelo setor econômico, em especial associadas aos circuitos da economia urbana (inferior e superior) proposto

¹⁵ Compreendida como a configuração territorial, a distribuição, a localização e a especialização das feiras livres.

¹⁶ Conjunto de variáveis econômicas, políticas e culturais.

por Milton Santos¹⁷. Este último significado, propagado por várias abordagens geográficas a respeito das feiras livres, demonstra, pelo viés econômico, que este ambiente se encaixa no circuito econômico inferior.

Jesus e Dolzani (2008), por exemplo, contextualiza a feira livre no Brasil como uma,

[...] modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. (JESUS e DOLZANI, 2008, p. 75)

Medeiros (2009 e 2010), ao analisar as feiras livres em Belém (PA), considerando seus aspectos geográficos e sua expressão cotidiana na grande cidade, define as feiras livres como:

[...] espaços caracterizados pela rica e complexidade cotidiana estruturada ao longo do tempo, são verdadeiros celeiros de vozes, olhares, sons, cores e cheiros que animam o lado 'simples' da cidade, o lado daqueles que fazem desse espaço, um espaço de vida e, ao mesmo tempo, de possibilidades múltiplas de viver, aprender, construir, solidarizar e re(ex)sistir. (MEDEIROS, 2010, p. 39)

Nota-se que as feiras livres são interpretadas pelo autor como locais únicos e importantes para os espaços intraurbanos, pois foram configuradas, no contexto amazônico, em pontos estratégicos da cidade (à margem do rio), e no dinamismo social e espacial da cidade. Mott (2010), no entanto, coloca, a partir da visão sociológica, que as feiras livres são consideradas instituições inseridas no sistema econômico que se baseia na produção, distribuição e consumo dos bens e mercadorias. Dessa forma, Mott, citado por Ferretti (2000), compreende as feiras como:

Um conjunto de interações sociais que têm lugar num local e durante um período determinado, norteadas por um complexo de ideias, que envolve notadamente dois grupos sociais, o dos feirantes e o dos compradores, tendo como móvel, a concentração de certos interesses sociais específicos, isto é, vender e comprar. (MOTT *apud* FERRETTI, 2000, p. 54-55)

¹⁷ Milton Santos (2008a), em *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, afirmou que existem dois circuitos espaciais da economia urbana ("*circuito inferior*" e "*circuito superior*"), assimétricos, no entanto, interdependentes e que surgem como respostas a relações sociais desiguais no tempo e no espaço das cidades. Contudo, tais circuitos refletem as formas de organização da produção e do consumo dentro das cidades.

É interessante perceber o caráter econômico dado às feiras livres, pois para o autor os agentes socioespaciais ocupam estes espaços com a finalidade, especialmente, de vender e comprar. Corroborando com este pensamento, temos a expressão “*fazer a feira*”, bastante utilizada pela população, em especial a brasileira, que significa realizar compras para a casa. O que fica, pois, evidente nas perspectivas teóricas expostas pelos autores, é de que a feira é definida a partir das questões econômicas, contudo é possível analisar o evento por outros olhares.

É o que faz Lelis (2008) ao compreender a feira além das relações comerciais e econômicas. Dessa maneira, a ampliação dessa relação condiciona o foco para as relações de identidade e de pertencimento ao lugar, em outras palavras, a feira é compreendida como um local simbólico e recoberto por sentimentos¹⁸. Na mesma linha de raciocínio, Guimarães (2010), ao fazer uma relação entre a feira livre, a cultura popular e as festas, afirma que, mesmo apresentando como caráter principal o econômico, os ambientes das feiras livres não perdem o significado lúdico, isto é, um ambiente festivo, alegre por meio da interação social.

Segundo Sousa (2000), a feira, instituição social, a partir da análise dos diversos significados em algumas línguas, traduz a sua dimensão abstrata como local de encontro entre indivíduos que fazem a feira (fregueses e feirantes). Por sua vez, sobre este aspecto, podemos entender que essa situação resulta das múltiplas definições que estão associadas as feiras livres numa espécie de polissemia teórica.

A respeito disso, Santos et al. (2011, p.13) corroboram o pensamento descrito ao afirmar que “a feira parece um teatro cheio de personagem, cada um com sua história”. Conformem os autores, as feiras livres exibem cores, cheiros e sons particulares, momentos, muitas vezes, explorados e registrados.

Portanto, descontadas as diferentes definições sobre as feiras livres, a partir dos horizontes conceituais traçados pelos autores descritos ao longo desta seção, podemos compreender as feiras livres como *locais ricos e complexos, recheados de vida, de histórias e de relações sociais sem roteiro a ser seguido como um teatro, em que, aparentemente, é composto por uma trama confusa de cheiros, cores e*

¹⁸ É importante destacar que iremos abordar as diferentes formas de visualizar as feiras e seus papéis no tópico seguinte.

sons peculiares. Desse modo, ao interpretar o conceito proposto, o mesmo transmite as identidades e as características marcantes das feiras livres, pois elementos como *cores* (representadas pelas tonalidades encontradas nos produtos expostos, figuras 1 e 2), *cheiros* (representados pelo odor, agradáveis e desagradáveis, dos produtos e do ambiente) e *sons* (a barganha, a propaganda, os jargões, as conversas, os burburinhos, jogos de palavras, expressões orais que utilizadas como estratégias) são sentidos a todos os momentos neste palco da vida.



Figura 1 – A representação das tonalidades encontradas na feira livre do bairro do Cordeiro, zona Oeste da cidade do Recife/PE
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2013



Figura 2 – A representação das tonalidades encontradas na feira livre de Casa Amarela, zona Norte da cidade do Recife/PE

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

As imagens acima ilustram as cores encontradas nas feiras livres. Todavia, essa característica é apenas uma quando nos referenciamos as feiras livres. Somam-se a isso, as relações do rural com a cidade, a periodicidade, as diferenças entre as feiras livres nos diversos bairros, as vivências, as experiências, entre outras características.

Os distintos significados que permeiam as feiras livres condicionam os frequentadores a perceber os diferentes sentidos atribuídos a estes espaços, como nos relatos expostos inicialmente nesta seção. O pequeno retrato do que tratamos é posto em cena de maneira poética por Barbosa (2011) ao estudar a feira livre na cidade de Poções, Bahia (BA):

As manhãs de sábado acordam com um ar peculiar que altera os ritmos da pequena cidade do interior da Bahia. Pessoas gritam, andam por todos os lados apressadas ou vagarosas, comem, negociam coisas, conversam, riem. Sons, cores, cheiros, sabores e temperaturas se alastram pelas ruas extremamente povoadas. Corpos se misturam em meio aos corredores estreitos que estendem uma arquitetura quase labiríntica. O contraste produzido por bancas

meio desordenadas e lonas estendidas ao chão, frutas e verduras, temperos, multidão em movimento, carrinhos de compras, sons indecifráveis que surgem de todos os lados, entre muitas outras coisas, compõe uma paisagem incrivelmente magnética que arrasta a atenção com força. (BARBOSA, 2011)

Essa imagem nos remete ao cotidiano de várias feiras livres distribuídas pelo território nacional, pois os acontecimentos nesse local público imprimem marcas no espaço e tornam-se experiências urbanas singulares e inéditas. O pressuposto é que a visibilidade destas marcas se torna, de tal forma, encoberta pela ampliação das novas formas comerciais (hipermercados, shopping centers, grandes lojas de departamento etc.) que irão redefinir suas ações e seus papéis diante das normas do processo de globalização, pois, “*vivemos num mundo confuso e confusamente percebido*” (SANTOS, 2006, p. 17).

Diante disso tudo, talvez os traços mais marcantes das feiras livres estejam justamente na resistência, como afirma Julio Bernardo (2014), que seu livro conta as histórias e os bastidores da feira livre:

Porque quando uma grande rede de supermercados começa a dominar a periferia, tomando o lugar de pequenos comerciantes, que pedem falência para trabalhar como quase escravos para seus senhores, isso não deixa de ser uma forma nojenta de colonização econômica. Quem abre falência não é o açougueiro, mas sim todo um ecossistema. Desaparecem açougues, mercadinhos, secos e molhados (ainda existe isso?), entre outros negócios. Mas a feira, não. O feirante é a resistência. *A feira é livre*. (BERNARDO, 2014, p. 23-24 - grifo nosso)

Fica claro, portanto, que as diversas vivências e estudos acerca das feiras livres demonstram as variadas formas de pensar sobre elas. Surgem, assim, nesses espaços, histori(cidades) locais que entram em conexão, em muitos casos, com as histórias das cidades e, sobretudo, de seus frequentadores.

Assim, como podemos pensar e definir as feiras livres? Acredito que sua definição vai além dos conceitos vindos dos mais diversos pesquisadores, mas é escrita pelo imaginário dos fregueses e, principalmente, dos feirantes, que confundem suas histórias de vida com estes lugares, às vezes não tão fascinantes e recheadas de magia como nos são apresentados. A seguir, tentamos traçar as funções que as feiras apresentam/apresentavam, sob o olhar geográfico, e que, de maneira geral, complementam ou até mesmo relevam as múltiplas dinâmicas deste organismo com características rurais no urbano.

2.2 OS MÚLTIPLOS PAPÉIS DAS FEIRAS LIVRES NO URBANO: A FEIRA LIVRE SOB UM OLHAR GEOGRÁFICO

A multiplicação de um conjunto de medidas capitaneadas pelas regras do processo de globalização, que se caracteriza pela internacionalização da produção e pela universalização da informação, resultou em importantes transformações políticas, econômicas, culturais e tecnológicas que são observadas nas últimas décadas. Em consequência de tais processos, alteram-se hábitos, costumes, gostos e preferências dos indivíduos, em outras palavras, as sociedades modificam seus estilos de vida e suas visões de mundo. Santos (2006), ao tratar do processo em questão, afirma que a globalização contemporânea é considerada perversa, que via de regra, está manifestado na competitividade, na tirania do dinheiro, na redução do papel do Estado para as políticas sociais.

Com isso, pensar nos múltiplos papéis das feiras livres, nas áreas urbanas, significa ampliar o leque de interpretações sobre este objeto, já que as mudanças condicionadas pelo processo de globalização transformaram estes espaços considerados obsoletos diante das formas comerciais modernas. E, por sua vez, as feiras, como espaços “tradicionais”, são afetadas (in)diretamente pela expansão e pela presença das novas e modernas modalidades comerciais. Isto é, estes novos centros de consumo promovem mudanças marcantes nas grandes cidades, que estão condicionadas pelos processos da verticalidade e da horizontalidade, expostos por Santos (2008b).

Santos (2008b, p. 286), explicita seus pressupostos sobre as verticalidades e as horizontalidades da seguinte forma:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Dessa maneira, as verticalidades são compreendidas como processos que acontecem em escala mundial, que atendem aos interesses de empresas que interferem de forma decisiva na (de)formação dos diferentes espaços. Ao passo que as horizontalidades são entendidas como os processos que acontecem no espaço cotidiano, a partir das relações de solidariedade e de resistência dos agentes socioespaciais.

Por um lado, podemos observar o processo de horizontalidade, nas feiras livres, a partir das relações dos principais agentes dentro desse palco (fregueses e feirantes), que conduzem a várias possibilidades de (re)criar novas estratégias de (sobre)vivência nos ambientes das feiras e na cidade. Isso significa dizer que essa vida cotidiana, o “outro lado” da cidade, parece não estar centrada na “simples” satisfação das necessidades materiais, mas, sim, na condição e meio para a busca de novas possibilidades de interação social. Por outro, o processo de verticalidade nas feiras livres é visualizado a partir da inserção de sua atividade na economia mundial, mesmo sendo considerada uma forma comercial “tradicional”.

A propósito, Sá (2011, p. 33) afirma que, “[...] é preciso olhar para a feira e para seus feirantes como também sendo membros da ordem mundial contemporânea e não apenas como representações folclóricas [...]”. Conforme o autor, diante das relações desse complexo jogo do mercado financeiro, as feiras também estão inseridas na dinâmica capitalista¹⁹, pois, por mais que esta economia seja contextualizada como “tradicional”, elas respiram a atmosfera da inovação e da modernidade por estarem, muitas vezes, incorporadas na dinâmica urbana.

Sobre isso, Santos (2008b) argumenta que,

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializaram. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas

¹⁹ Denominada por Harvey (2011) como “esferas da atividade”. Conforme o autor, este termo “*diz respeito à produção de novas formas tecnológicas e organizacionais. Alterações nessa esfera têm efeitos profundos nas relações sociais, bem como na relação com a natureza. Mas também sabemos que tanto as relações sociais quanto a relação com a natureza estão mudando de maneira que não são determinadas pelas tecnologias e formas organizacionais. Além disso, há situações em que a escassez da oferta de trabalho ou natureza coloca pressões fortes para que sejam encontradas novas tecnologias e formas organizacionais*” (HARVEY, 2011, p.103).

se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas, e formas de organização podem ir se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. (SANTOS, 2008b, p. 332)

Para tecer as reflexões acerca propostas, partiremos da interpretação sumária de cada categoria de análise espacial para, com isso, conjugá-las a feira livre. Para tanto, de acordo com Santos (2012c) as categorias de análise espacial podem ser interpretadas da seguinte maneira: a *forma* é considerada a dimensão do visível do objeto, isto é, podemos afirmar que essa categoria assume o aspecto perceptível que o objeto assume ao visualizá-lo. A *estrutura* encontra-se condicionada pelo modo de organização ou construção das partes sobre um todo. O *processo* refere-se ao tempo e a mudança, em outras palavras, as mutações que o objeto herda a partir das ações contínuas do tempo. E, por fim, a *função* compreendida como o papel que o objeto apresenta dentro da estrutura, forma e processo a que está inserida.

Isso significa dizer, para o autor, que ao empregarmos as categorias de análise de maneira isolada demonstra uma fragmentação dos fatos no objeto de estudo. Portanto, a questão central que nos ronda, neste momento, é: como podemos analisar o espaço Feira Livre de Casa Amarela, localizada na zona Norte da cidade do Recife/PE, a partir da utilização das categorias de análise? A tarefa é árdua, mas necessária para conseguirmos compreender as funcionalidades que a feira livre em questão detém no estágio atual, isto é, na globalização, já que com o *processo* de modificação da sociedade, em tese, as estruturas, as formas e as funções dos objetos geográficos assumem novos papéis.

Na tentativa de sintetizar as categorias descritas, Lustosa (2011) afirma que:

Tentando sintetizar, embora correndo o risco de até mesmo simplificar as categorias que têm que ser consideradas na análise do **espaço**, de acordo com Santos (1997), tem-se: *forma*, *função*, *processo* e *estrutura*. As formas são os elementos sensíveis, localizados em determinados lugares, como uma fábrica, uma casa, uma estrada, uma área agrícola etc. Milton Santos não está satisfeito, por exemplo, com uma simples descrição da paisagem, separando as áreas agrícolas das industriais, entre outras. Mas ele acredita ser necessário entender a *função* [o papel] de cada uma dessas *formas*. Ou seja, ele entende que as *formas* são criadas para

atender a determinados objetivos (há um interesse, uma finalidade nelas). Logo, Santos verifica que as *formas* devem ser **datadas**, pois elas não têm a mesma idade; são criadas em diferentes épocas, por conseguinte, o espaço tem uma história (ou como ele próprio prefere dizer: o espaço tem uma vida). Portanto, existe um *processo* de **formação** e **transformação** do espaço. (LUSTOSA, 2011, p. 52 - grifos do autor)

Em face ao proposto e tratando-se historicamente do *processo* de formação ou da expansão das feiras livres (ou comumente chamadas de *mercados* nas literaturas sobre o assunto), normalmente, é atribuído à Europa e, em especial, à Idade Média ligadas, sobretudo, às festividades religiosas²⁰ da época, como afirma o historiador pernambucano Souto Maior (1978). Conforme Cleps (2004), as feiras livres detinham, no período feudal, a centralidade do processo de distribuição e foco, muitas vezes, do interesse dos senhores feudais pela geração de riqueza, cujo o cerne estava concentrado na comercialização de produtos e nas transações financeiras que nelas se realizavam.

Em contrapartida, Dantas (2008) afirma que, inicialmente na economia feudal, o baixo desenvolvimento do comércio era notório, pois a economia na época era essencialmente agrícola e intra-feudo, isto é, sem o objetivo de produzir excedentes em grandes proporções e, dessa maneira, sem a pretensão de comercializá-los. Na perspectiva de Rucquoi (1995, p. 284),

O comércio interno, como em toda a Europa medieval, tinha por fim primordial o abastecimento em matérias-primas e em produtos acabados, e articulava-se em torno de uma rede de caminhos e desfiladeiros, de mercados e feiras.

Na visão da historiadora portuguesa Rau (1983), “as feiras são um dos aspectos mais importantes da organização económica da Idade Média²¹”. Segundo Rucquoi (1995), a criação das feiras anuais ou bianuais, Europa ibérica, a partir do século XIV, ocorreu devido os privilégios régios²² que os seus Estados. Dessa maneira, a autora cita que se multiplicou no século XIII e, depois, século XV, sob o impulso da alta nobreza, contabilizando a existência de cento e vinte e oito cidades, grande e pequenas, do reino de Castela com feiras.

²⁰ É válido destacar que a palavra feira, em latim (“feria”), significa “dia santo” ou “feriado”, o que, em tese, comprova a relação direta que este ambiente tinha com as questões religiosas.

²¹ “Referir-me-ei no meu estudo apenas às feiras que datam do renascimento do comércio europeu e que aparecem a partir do século XI.” (RAU, 1983, p. 33).

²² Que vem do rei ou nele tem sua origem.

Dessa forma, ainda no período em questão, as feiras livres detinham um caráter fundamental no desenvolvimento das cidades, mesmo não existindo uma atividade comercial permanente na maioria dos burgos²³ (núcleos populacionais que surgiram nos arredores dos castelos). Dantas (2008, p. 89), por sua vez, ao citar Lefebvre, expõe que “as cidades se estruturaram em torno das praças e de mercados”. Nesse contexto, as trocas comerciais, considerada como a principal *função* urbana, condicionaram a existência das *formas* arquitetônicas e da (re)formulação de novas *estruturas* no espaço urbano.

Essa primazia das feiras na Europa persistiu, em tese, por um longo período, destacando-se como *função* principal a de suprir as necessidades de cada indivíduo pelo estabelecimento de trocas de mercadorias nos burgos. É certo que, as áreas centrais das cidades, na época, as feiras transformaram-se em lugares de encontro, de festas, de liberdade, de acordos, de contratos e de negócios.

²³ Especialmente nas regiões de Champanha, na França, na Itália (Pisa, Ferrara, Pavia, Modena, Milão, Gênova e Veneza) e em Flanders (atual Bélgica). Nessa última região, Rau (1983, p. 37-38) contextualiza que: “Na Flandres, onde se observa com mais alguma nitidez a revolução económica de que resultou a transformação de uma civilização de carácter rural numa civilização de carácter urbano, temos as feiras de Thourout – que serviram de modelo a todas as outras da região –, de Ipres, Bruges, Lila, e já no século XV a de Gante e a de Antuérpia.”



Figura 3 – **Representação de uma feira livre na Idade Média no continente europeu**
 Fonte: <http://colegioativoliterativo.blogspot.com.br/2014/05/te-conteinao-vida-na-idade-media.html>
 <acessado em 20 de out. de 2014>

Com isso, podemos perceber, a partir da análise da imagem anterior (figura 3), que a *estrutura* das feiras livres, na Idade Média, apresentava-se, geralmente, organizada de acordo com os gêneros comercializados na época. É certo que, as áreas centrais das cidades, na época, as feiras transformaram-se em lugares de encontro, de festas, de liberdade, de acordos, de contratos e de negócios.

Passada a Idade Média, nos séculos XV e XVI – período conhecido como a Era das Grandes Navegações –, as principais potências europeias, da época, em especial Portugal e Espanha, passaram a ampliar seus mercados em direção aos continentes asiático, africano e americano. Nesse sentido, as feiras, em suas respectivas colônias, tornam-se fundamentais modelos comerciais no início do século XVI com a finalidade de abastecer a população local.

Em tal conjuntura, para a realidade brasileira, segundo Dantas (2008) não há registros da localização das primeiras feiras no Brasil colônia, mas que, provavelmente, a Região Nordeste, entre os séculos XVI e XVII, teve a instalação

das primeiras feiras. Pode-se dizer assim, de forma sintética, que esse componente comercial estava assentado na comercialização de duas mercadorias básicas: o gado bovino e a farinha produzidos na região. Santos (2013) observa que no Nordeste brasileiro, o modelo comercial em questão teve êxito devido, entre outros fatores, à formação econômica e socioespacial da região.

Sob a ótica de Santos (2013),

Nessa região, a feira livre desempenhou e desempenha uma grande importância, pode ser uma das principais formas de comercialização da produção agrícola e principal comércio varejista de abastecimento para uma parcela considerável da população [...]. (SANTOS, 2013, p. 43)

Logo, a comercialização do gado bovino e da farinha pode ser compreendida como os principais fatores de fixação da população nas áreas do Agreste e do Sertão nordestino e, a partir daí, ter contribuído para a formação dos primeiros núcleos de povoamento, que, em consequência, contribuíram para a evolução das feiras livres. Para Santos (2013), a justificativa da origem das feiras na região, nos séculos XVIII e XIX, acontece devido ao afastamento do gado das regiões canavieiras, na Zona da Mata, que fixou o homem no Agreste e no Sertão.

Sobre isto, mais uma vez recorremos a Dantas (2008) ao contextualizar que:

Onde se originam as feiras livres tal e qual as conhecemos hoje? O percurso feito até aqui não foi à toa, pois, na medida que o fluxo gerado pelas tropas de gado, no interior nordestino, permitiu a formação de pequenos aglomerados populacionais para onde convergiam os pequenos agricultores com suas produções, a fim de trocarem por outros produtos e mesmo comercializarem, bem como prestadores de serviços, o que terminou por estabelecer em cada um desses locais, uma praça de mercado. E são dessas praças comerciais formadas, *a partir do comércio do gado, que surgem as feiras livres*, as quais foram *importantes elementos para o desenvolvimento das cidades*. (DANTAS, 2008, p. 94 - grifos nosso)

É possível notar, na descrição anterior, que, assim como no período medieval, na Europa, os núcleos urbanos nordestinos desenvolveram-se a partir das feiras livres localizadas nas praças de mercados. Com isso, a importância das feiras na época estava associada ao abastecimento para uma parcela da população local e como uma das principais formas de comercialização de parte da produção agrícola

Sendo assim, Dantas (2008) destaca que as feiras livres, em particular as localizadas na Região Nordeste do Brasil, são instituições de caráter essencialmente

econômicas, por realizar o intercâmbio entre a produção agrícola regional e o meio urbano, ou seja, as feiras estavam associadas ao abastecimento da população local (figura 4), assim como na Idade Média europeia. Outro aspecto importante, refere-se ao desenvolvimento, muitas vezes, dos núcleos urbanos nordestinos.



Figura 4 – **Comercialização de produtos agrícolas na Feira Livre**

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2013.

Nota: Registro realizado na Feira central em Campina Grande/PB

Como observa Mota (1946), certamente a expansão das feiras e dos mercados trouxe uma função até o momento não assinalada para a Geografia, “o de fazedores de becos, arruados, praças, vilas e até cidades, o de agentes de concentrações demográficas fixas (MOTA, 1946, p. 103). Se por um lado, todas as posturas em relação as feiras livres são visualizadas, principalmente, por suas funcionalidades econômicas (figura 5) para o abastecimento da população local e, eventualmente, condicionantes para a formação de alguns núcleos urbanos. Por outro lado, e os outros papéis das feiras livres? As outras funções abordadas, muitas

vezes, de maneira tímida, ocupam (i)materialmente os espaços de consumo das feiras livres no contexto urbano.



Figura 5 – Função econômica da Feira Livre

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2013.

Nota: Registro realizado na Feira central em Campina Grande/PB

Afinal, as noções culturais, políticas e sociais que constituem as feiras livres, de maneira geral, perdem sua importância à medida que os (novos) valores simbólicos. Os (novos) modos de vida da sociedade contemporânea ganham força pela rápida difusão dos produtos industrializados, pela facilidade das compras via crédito e, com isso, a expansão dos empreendimentos comerciais ditos “modernos”, a partir da década de 1960, promovendo, em tese, a diminuição das noções descritas. Essa expansão acompanhou modificações fundamentais no processo de urbanização das principais cidades brasileiras.

No entanto, na lógica inversa, as questões culturais das feiras livres, que apresentam elementos de valorização do folclore e das tradições locais são ainda

visualizadas em algumas feiras das áreas urbanas. Valverde (2010), ao estudar a feira de São Cristóvão/RJ, afirma que os elementos culturais nordestinos resistem ao tempo e fixam a imagem e a memória dos imigrantes nordestinos que chegaram a *Cidade Maravilhosa* em meados da década de 1960 e 1970. Nesse sentido, a identidade do Nordeste brasileiro permanece viva.

O escritor pernambucano, Gilberto Freyre (2007), em seu livro *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, fala ao turista sobre as algumas características encontradas nas feiras do Recife, que:

numa feira dessas, o turista poderá ouvir, ser afiar o ouvido, muito pernambucanismo brabo: “O cabra é colhudo²⁴ mesmo!” “Te meto a peixeira no fiofó” “Uma chimarra²⁵!” “O amarelinho tem sulipa²⁶ de macho” “Ele que soque o dinheiro no fundo!” “Basta de tanta bufa!” “Não catuca que eu sou muito cosquenta²⁷!” “Que frango mais cheio de tarrabufado²⁸!” “É danado para xumbregar²⁹!” (FREYRE, 2007, p. 53)

Evidentemente que quando Gilberto Freyre escreve sobre as peculiaridades linguísticas, nas feiras livres urbanas, faz menção à presença da cultura do “matuto”, do indivíduo do interior, do meio rural na capital. Os sons ecoados nas feiras, com seus traços humorísticos, estão recheados de estratégias orais para chamar a atenção e atrair os fregueses como as cantadas feitas pelos feirantes e relatadas por Julio Bernardo (2014):

Mercadoria na feira fica exposta de maneira muito precária, essa é hora limite que aconselho a fazer suas compras. As bancas ainda estão bonitonas. É quando também costumam pintar menininhas carentes, desfilando com roupas pouco católicas, para suprir sua carência com cantadas de alto nível, como “Deus é justo, mas sua calça, hein?”. Os feirantes é que originalmente formaram a nada veneranda linhagem dos famigerados “tiozões do pavê” (você sabe: “É pavê ou pa comê?”). E o engraçado é que às vezes o galanteio até cola. Há gosto para tudo nessa vida. (BERNARDO, 2014, p. 20)

²⁴ Indivíduo valentão.

²⁵ Coisa sem valor ou importância.

²⁶ Que não é digno; que não merece.

²⁷ Muito sensível a cócegas.

²⁸ Palavreado enfático.

²⁹ Bolinar, procurar contatos libidinosos.

Portanto, para o autor, as suas palavras condicionam os leitores a decifrarem as relações entre o campo e a cidade, por meio dos elementos culturais, a partir de uma leitura geográfica, propriamente da Geografia Cultural. Assim, o lugar – a feira livre – vem, nos últimos anos, ganhando significância, principalmente no que se refere aos embates ao mercado, com a permanência e a resistência da cultura popular. Em outras palavras, um local de relações sociais e um espaço de trocas de saberes e de hábitos culturais, que poderiam ser explorados como pontos turísticos com a comercialização de artesanatos, literatura de cordel, comidas típicas e diversas manifestações culturais (figura 6).



Figura 6 – **Produtos artesanais, evidência da cultura nordestina na feira livre**

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Dantas (2008) retrata o lado cultural das feiras ao afirmar que nelas:

[...] se sabem as últimas notícias e boatos, são feitos os anúncios de utilidade pública, onde são realizadas as manifestações populares, em épocas de campanha eleitoral, como os comícios. Na feira também se realizam espetáculos artísticos, ou, ainda se apresentam

alguns tipos de produtos, como é o caso dos remédios, além dos cantadores que evocam os trovadores medievais. *É na feira que se divulga, também, a literatura de cordel.* (DANTAS, 2008, p. 97 - grifos nosso)

Além de sua significativa importância nas esferas econômica e cultural – ampliadas à medida que o núcleo urbano for menor –, uma vez que a feira livre é elemento estruturador das relações de trocas e de sociabilidade faz da feira livre um espaço de manifestações político-eleitorais são visualizados. Partindo dessa compreensão de que o quadro político-eleitoral nas feiras livres apresenta um papel fundamental, sobretudo quando estamos nos referindo a municípios de pequeno porte, pois na oportunidade alguns políticos ouvem a população local sobre as possibilidades de melhorias dos espaços urbanos e rurais, ao demonstrarem suas propostas compostas nos programas de governo (figuras 7 e 8).



Figura 7 – A feira de Casa Amarela, zona Norte do Recife/PE como palco para a divulgação das propostas de governo da candidata à presidência e do candidato ao governo do estado de Pernambuco nas eleições de 2014

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 8 – A feira de Casa Amarela, zona Norte do Recife/PE como palco para a divulgação das propostas de governo do candidato ao governo do estado de Pernambuco Armando Monteiro nas eleições de 2014

Fonte: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/07/12/em-campanha-pelo-senado-joao-paulo-critica-feira-e-mercado-publico-de-casa-amarela/> <acessado em 13 jul. de 2014>

Assim, compreendendo e (re)descobrimdo os múltiplos papéis que as feiras livres apresentam nas áreas urbanas contemporâneas. As colocações, presentes em inúmeras dinamicidades são criadas, apropriadas e partilhadas nos espaços públicos das feiras como um sentido de resistência às demais formas comerciais ditas “modernas”. A leitura que temos sobre as feiras livres, a partir dos seus múltiplos papéis, nos conduz a pensar a importância que esses espaços desempenham nas dinâmicas (socioeconômica, cultural e política) das cidades.

CAPÍTULO III |

CHEIROS, CORES E SONS DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA



ROGÉRIO CAVALCANTI, 2014

3. CHEIROS, CORES E SONS DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA

O movimento na rua começa ainda na madrugada,
e o resultado final, com as barracas todas montadas,
descortina um espetáculo lindo de ver, numa espécie de
circo de aromas, cores, sabores e sons.
Se já é bonito acompanhar a vida de um único comércio
pequeno, imagine só a riqueza e a quantidade de histórias por
trás de dezenas de barracas, em centenas de feiras, compostas de
milhares de pessoas itinerantes, tudo isso diariamente?
(Julio Bernardo, 2014)

Julio Bernardo, em seus escritos, relata o espetáculo da montagem das feiras livres nas áreas urbanas composto pelos seus aromas, suas cores e seus sons particulares que despertam a curiosidade das pessoas que frequentam ou, que simplesmente, passam por este ambiente. Entretanto, a sua trajetória de existência e de manutenção, ou como podemos afirmar: de sobrevivência, bem como as suas múltiplas funcionalidades demonstram que as feiras livres não desempenham a exclusiva atribuição de abastecer de gêneros alimentícios as áreas urbanas, bem como o papel socioeconômico, cultural e político, como abordado no capítulo anterior.

A partir de então, é com esse entendimento sobre o que são as feiras livres e as suas múltiplas funcionalidades que podemos, nesta parte da pesquisa, caracterizar o nosso objeto de estudo, a Feira Livre de Casa Amarela. Nessa direção, a proposta inicial deste capítulo é realizar uma relação entre a cidade e o comércio para, a partir daí, caracterizar o bairro de Casa Amarela dentro da cidade do Recife, com base em sua contextualização histórica de processo de formação e, dessa forma, focar em nosso objeto empírico: a Feira Livre de Casa Amarela.

É oportuno ressaltar que, apesar de relevantes estudos sobre o bairro e sua feira livre, a existência de lacunas documentais encontradas sobre os temas, especialmente em bibliografias especializadas sobre as feiras livres no Recife, limitam-nos a alçar maiores voos. Dessa forma, acreditamos que a presente pesquisa deva lançar breves olhares sobre as áreas até então pouco iluminadas nas pesquisas acadêmicas.

Contudo, esperamos que os relatos descritos neste capítulo possam contribuir de alguma maneira sobre a trajetória de existência da Feira Livre de Casa Amarela e sua importância no cenário urbano recifense.

3.1 A CIDADE X O COMÉRCIO – UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A CIDADE DO RECIFE/PE

Olhar do urbanismo sobre a ótica da relação cidade x comércio, possibilita compreender e elucidar, de maneira geral, os impactos, as contradições e, principalmente, as transformações decorrentes do capitalismo na história das cidades e das atividades comerciais. Nesse contexto, a perspectiva de compreender esta relação inclui os diversos agentes socioespaciais varejistas (ambulantes a *shopping centers*), bem como suas localizações e a visualização das atividades comerciais enquanto lógica do desenvolvimento econômico e social.

Desse modo, nas palavras de Vargas (2000, p. 2):

A observação e o estudo do comércio oferecem a possibilidade de compreender as sociedades que o praticam; seu modo de vida; os produtos que fabricam e consomem; habilidades contábeis; capacidade inventiva e criativa; preferências por cores, sabores, odores; capacidade de organização e objetividade; tecnologias envolvidas; enfim, suas bases culturais.

Portanto, nessa condição, diversas abordagens são possíveis para a análise do tema em questão. Nesse sentido, Nóbrega (2002) aponta três abordagens viáveis em relação ao território urbano e o comércio:

a) abordagens econômicas, relacionando as atividades comerciais urbanas às diversas teorias econômicas, b) estudos socioculturais, nos quais as diversas questões de sociabilidade envolvendo o comerciante e o consumidor são analisadas, c) estudos semióticos que tratam da imagem e representação do comércio no espaço urbano [...]. (NÓBREGA, 2002, p. 5-6)

Dentre as abordagens descritas, notadamente a aproximação com os contextos econômico e sociocultural ganham evidência na maioria dos estudos relacionados as atividades comerciais. Nesse sentido, para Vargas (2000) as atividades comerciais surgem, historicamente, a partir da origem das relações humanas, que inicialmente estiveram associadas à ideia de troca – saberes, palavras, experiências e sensações.

É partindo desta lógica econômica, como cenário de destaque, que apontamos a contribuição das atividades comerciais para a formação dos espaços

urbanos, mesmo considerando suas especificidades no momento de abordá-las. Nesse sentido, Weber (1999), define as cidades, do ponto de vista sociológico, a partir de sua natureza econômica. Para ele, as cidades estão baseadas em dois fundamentos, na primeira perspectiva relacionado à existência de uma sede-territorial, que apresenta, muitas vezes, uma produção industrial e comercial na qual é fonte de renda para a população; enquanto a segunda centra-se na troca de bens para satisfazer as necessidades dos moradores. Este último componente encontra-se essencialmente associado à existência de um mercado, no entanto conforme Weber (1999, p. 409 – grifos do autor) “nem todo ‘mercado’ transforma o lugar em que realiza em uma ‘cidade’.

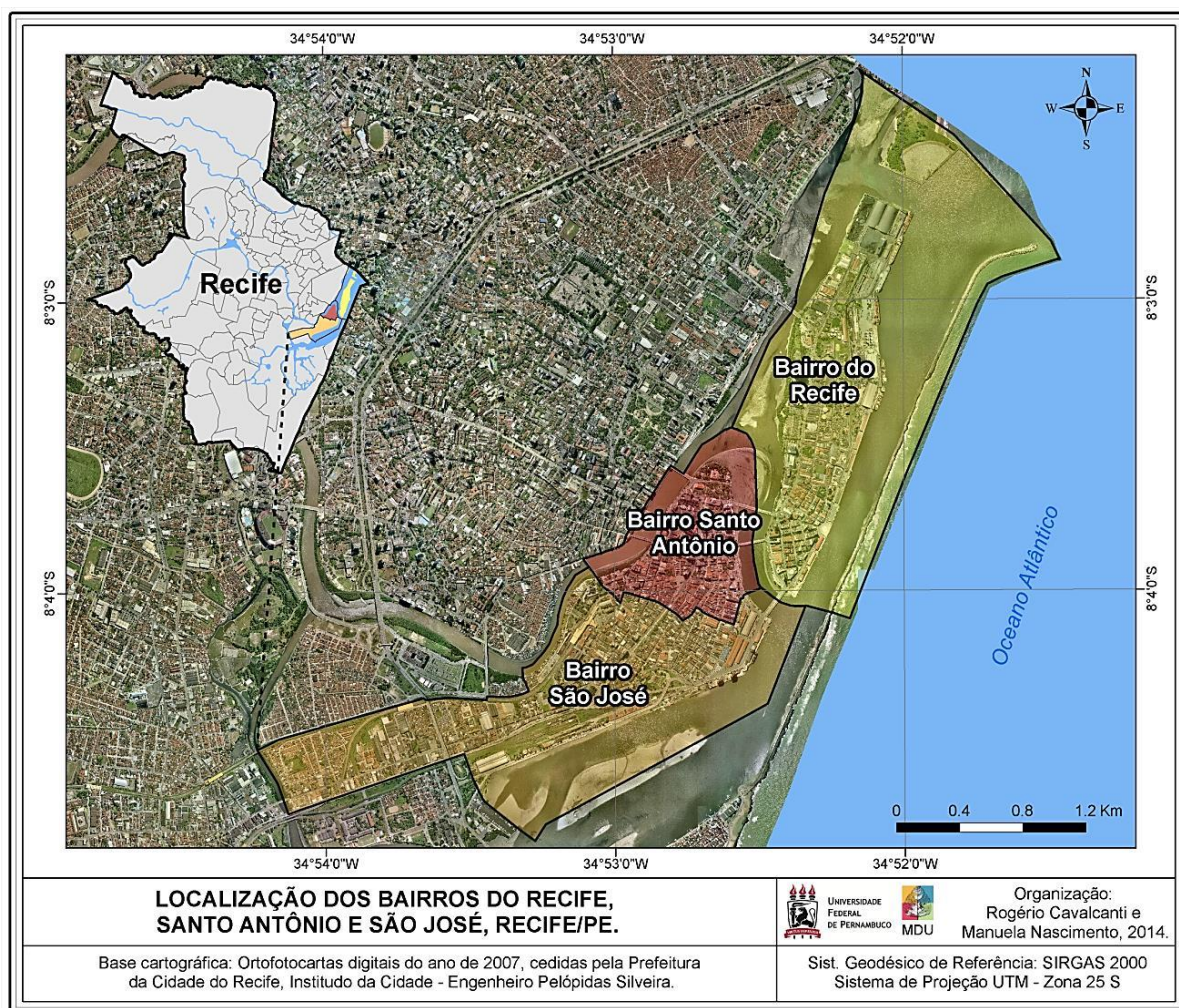
França (2010), em seu estudo sobre a dimensão geográfica e a existência cotidiana nas feiras livres em Belém, Pará (PA), destaca que a formação histórica e a consolidação da expansão urbana da cidade, no período colonial, ocorreram devido às atividades comerciais, em especial à margem do rio “*nos quais o rio se estabeleceu como o caminho principal das transações comerciais entre as cidades amazônicas e as demais regiões do mundo.*” (FRANÇA, 2010, p. 61)

Para pensarmos sobre essa relação (cidade x comércio), vamos tomar o exemplo da cidade de Belém/PA, que teve as atividades comerciais aliadas ao rio como condicionantes em sua formação e evolução urbana. Do mesmo modo, a cidade do Recife/PE, que também teve a sua formação e sua evolução urbana baseada em seu sítio urbano, que favoreceu a construção do porto, associado as influências das atividades comerciais realizadas no espaço intraurbano recifense.

Porém, a construção da cidade sobre a dimensão comercial, implica, muitas vezes, não revela as origens ou parte da história da cidade (BOMPASTOR, 1994). Nesse sentido, é importante ressaltar que Bompastor (1994) nos conduz a refletir que a história de formação das cidades pelas atividades comerciais está associada aos sujeitos atuantes desse processo histórico, ou melhor, aos comerciantes.

De acordo com Bione (1999), a posição geográfica privilegiada do Recife e as suas características naturais da cidade, ancorada pelos arrecifes, condicionou a cidade ser portuária e, em consequência disto, os bairros de Santo Antônio e do Recife como complexos dirigidos a atividades econômicas urbanas, de caráter regional e local respectivamente. Com isso, historicamente, a dinâmica sócio-

territorial da cidade foi pautada, entre outras ações, pelas atividades ligadas ao setor terciário, em especial no tocante às atividades comerciais, instaladas nos bairros centrais, a exemplo do Recife, São José e Santo Antônio (mapa 2). Isso porque, os fluxos de pessoas e de mercadorias tornaram-se intensas, a partir do século XVII, na área portuária da cidade (MELO, 2011).



Mapa 2 – Localização dos bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José, área central da cidade do Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014

A propósito, Castilho (1998) acrescenta que a formação histórica do Recife foi influenciada pelas atividades portuárias concentradas, desde o século XVII, no bairro do Recife. Na visão de Campos (2002), “o comércio atacadista associado às atividades portuárias encontra-se situado em sua maior parte no bairro do Recife”. Para Campos (2002), o centro da cidade teve apresentou, na época em questão, importância como eixo articulador da produção canavieira para o mercado externo.

Além das visões descritas sobre a importância comercial do centro da cidade do Recife, Araújo (2012) posicionamentos a respeito dos condicionantes geográficos, históricos e econômicos ao afirmar que:

a) à localização geograficamente estratégica do Recife no contexto da Região Nordeste e à sua condição de cidade portuária, que a fez logo cedo atrativa para migrantes originários de cidades do interior ou de localidades do meio rural; b) à herança histórica comumente relacionada à cultura do açúcar e à quantidade de trabalhadores libertos da escravidão que necessitavam de meios para sobreviver; e c) ao desequilíbrio histórico entre a oferta e a demanda de mão de obra, que caracteriza o mercado de trabalho nordestino e é fruto do sistema capitalista periférico que no Nordeste apresentou os seus efeitos perversos mais acentuados. (ARAÚJO, 2012, p. 30-31)

Com isso, as áreas representadas no mapa 2, retratam os principais bairros (São José, Santo Antônio e Recife) da “Cidade dos Mascates” (BOMPASTOR, 1994) que detinham, no período colonial, a maior concentração populacional e, também, comercial do Recife. Posteriormente, com a distribuição da população entre os subúrbios e os arredores a figura dos mascates e vendedores ambulantes tornaram-se importantes. Esse fato ganha relevância devido as precariedades dos sistemas de comunicação e de transporte, os altos preços dos produtos básicos e do estilo de vida recluso das mulheres da época (BOMPASTOR, 1994). Para a autora,

Comercializando em pontos fixos – praças, esquinas e pátios – ou perambulando pelas ruas, os vendedores ambulantes ofereciam uma variedade enorme de produtos que iam desde alimentos básicos, até livros. (BOMPASTOR, 1994, p. 31)

Na perspectiva apontada pela autora, o desenho de Lauro Villares (figura 9), que compõe a obra *‘Recife, Um álbum de família’* de Edvaldo Arlego, publicado em 1987, ilustra a comercialização de frutas no Cais da Regeneração, atual Rua Martins de Barros. Esta prática de comercialização de rua, bastante comum no período colonial, teve alteração quando o governo holandês no Recife, em 1635, projetou a construção de um mercado com a finalidade de acomodar os comerciantes de rua na época (MELLO, 2007). De acordo com Nóbrega (2002), a construção do mercado visava, sobretudo, abrigar, de maneira permanente e menos precária, os comerciantes de rua que estavam localizadas na Praça da Polé³⁰, atual Praça da Independência.

³⁰ Segundo o relato do historiador Mauro Mota (1946), o mercado construído para abrigar os comerciantes de rua não teve êxito.

Entretanto, ainda segundo Nóbrega (2002), os comerciantes localizados na Praça da Polé ainda se mantiveram comercializando seus gêneros alimentícios na praça por determinação do então governador Diogo Lôbo da Silva até o meio-dia. Dessa forma, no espaço da praça, junto ao mercado, ocorre a primeira feira da praça recém-inaugurada.

De modo geral, a preocupação dos governantes com as feiras, e sobretudo pela construção dos mercados, estava associada ao controle das condições sanitárias e de saúde da população, especialmente a partir do século XIX. Esta política de construção de mercados influenciou ações similares em outras cidades brasileiras, que passaram a ser recuperados para suas reutilizações como abastecimento do cotidiano, bem como para novas utilizações, especialmente como polos gastronômicos para os trabalhadores, visitantes e turistas.

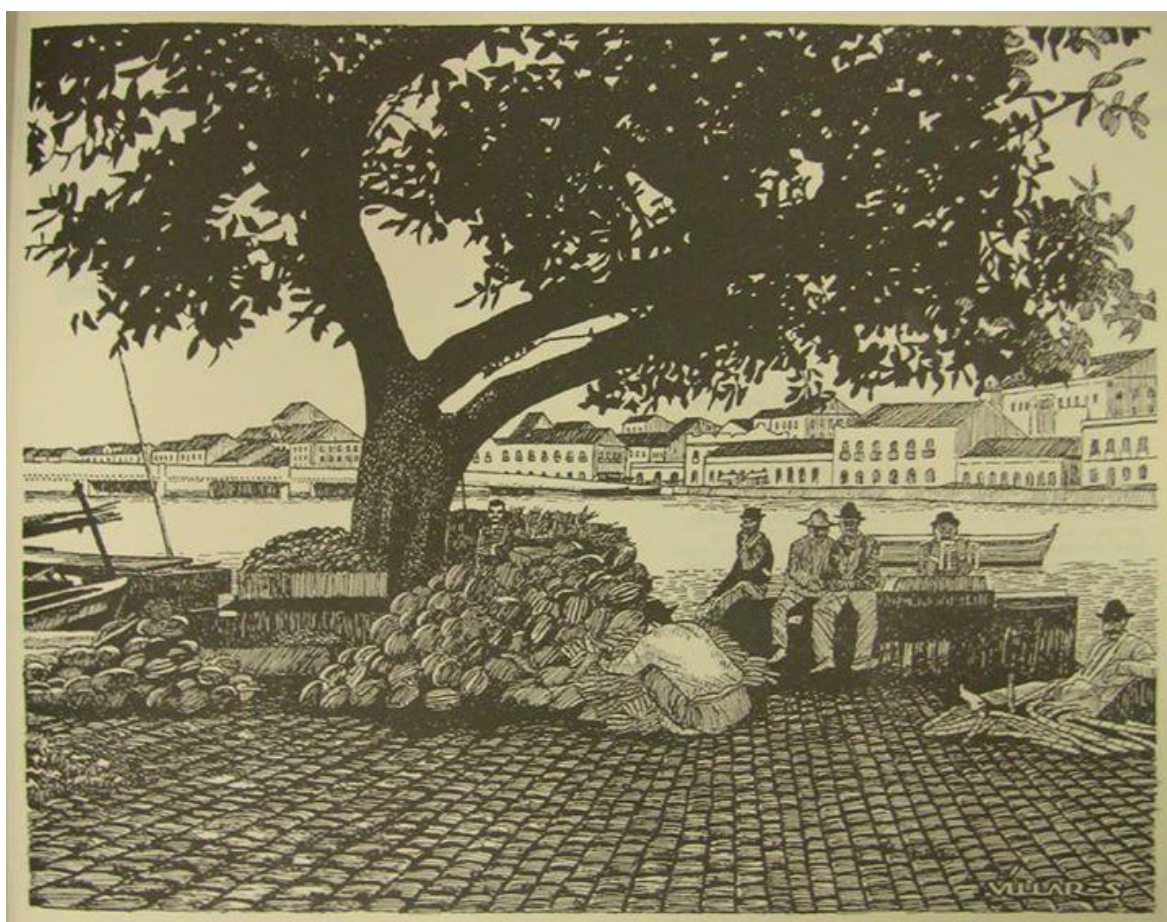


Figura 9 - A comercialização de frutas no Cais da Regeneração, atual Rua Martins de Barros
Fonte: Edvaldo Arlego, 1987. Ilustração: Lauro Villares

Na ilustração de Luis Schlappriz³¹ (figura 10), podemos observar a realização da atividade comercial, provavelmente uma feira, no pátio da Penha, área central do Recife. Com isso, demonstra como o abastecimento por intermédio das feiras e dos mercados públicos (cobertos ou descobertos) passam a apresentar uma importância na área urbana.

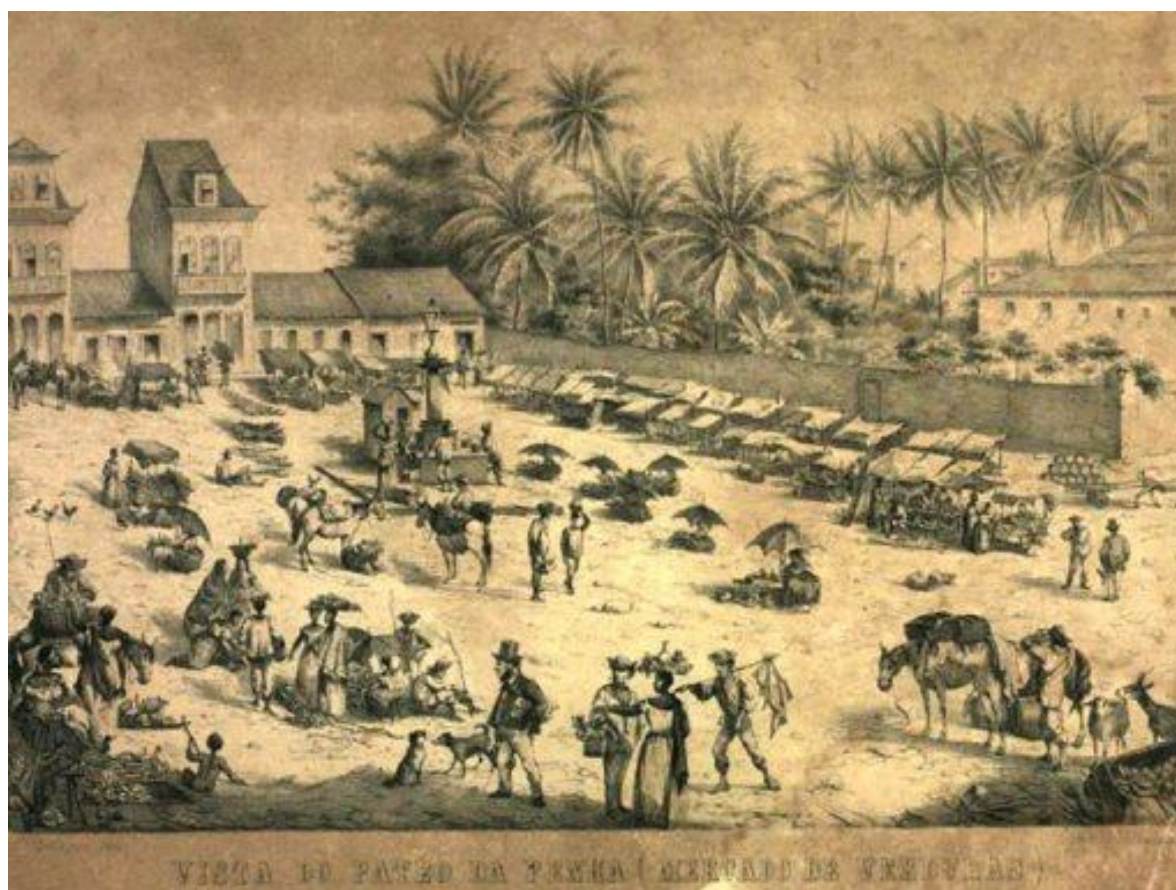


Figura 10 - **A realização da atividade comercial, provavelmente uma feira, no pátio da Penha, área central do Recife**

Ilustração: Luis Schlappriz, 1863

Embora as obras de Luis Schlappriz e Lauro Villares, mesmo retratando épocas distintas, refletem a comercialização nas ruas da área central da cidade do Recife, que segundo Catarino (1985), no século XIX, a Câmara de Vereadores da cidade do Recife preocupada com o comércio ambulante, que aos olhos dos progressistas vereadores da época era uma atividade fundamentalmente colonial,

³¹ Segundo alguns registros, o suíço Luis Schlappriz chegou ao Recife em março de 1858. Por sua vez, o suíço atuou no Brasil como pintor e litógrafo (profissional que realiza gravuras em pedra) e retratou, aproximadamente, 30 imagens que traçavam o panorama paisagístico, além dos costumes do Recife no século XIX.

iniciaram a construção de mercados cobertos para abrigar os comerciantes ambulantes. Com isso,

[...]; estes mercados deveriam ser assim distribuídos: - no bairro de Santo Antônio: Largos ou Praças do Carmo, da Penha e do Hospital; - no bairro do Recife: Junto ao Cais da Lingueta; - e, no bairro da Boa Vista: no Largo da Matriz. (CATARINO, 1985, p. 15)

Desse modo, por trás das marcas dessas construções dos mercados cobertos e da transferência dos comerciantes de rua, estão as formas de higienização da cidade com a proibição do comércio de rua nas áreas centrais do Recife. O próprio autor argumenta que a urbanização na época não acontece de maneira “neutra”, em outras palavras, esta ação acontece como expressão de interesses de alguns grupos sociais.

Catarino (1985, p. 15) reporta o trecho da medida em que a Câmara Municipal da época veta o comércio de rua:

Absolutamente vetado e proibido aos referidos virandeiros, e quitandeiros, venderem em diferentes lugares, e pelo meio das ruas (...) e os que transgredirem serão condenados em mil réis, pagos a Cadeia, ficando ao cuidado dos Juízes Almotaceis a observância disto.

Segundo Bompastor (1994), essa política de ordenamento comercial tinha como preocupação modificar a imagem do Recife, considerada uma cidade atrasada e de desordem por causa da população pobre que residia nas áreas centrais e dos comerciantes ambulantes. Dessa forma, intervenções e normas disciplinadoras foram colocadas em prática. Entre elas, estão: a elaboração de leis repressivas aos comerciantes ambulantes; a construção de mercados e restrição de locais do comércio de rua; exigir o pagamento de taxas e concessões de licenças comerciais; e organização das feiras fixas.

Esse tipo de medidas atende,

o ponto central que leva a municipalidade a tentar disciplinar e reprimir o comércio ambulante passou a ser a visão de que este tipo de atividade se chocava diretamente com os padrões de ‘beleza’, ‘civilização’ e ‘desenvolvimento urbano’ da época, além do fato da concorrência que ele estabelecia com setores do comércio formal da cidade. (BOMPASTOR, 1994, p. 37 – grifos da autora)

Passados alguns séculos, aparentemente o choque entre o comércio formal e os ambulantes, destacado pela autora, não teve suas estratégias modificadas. Em

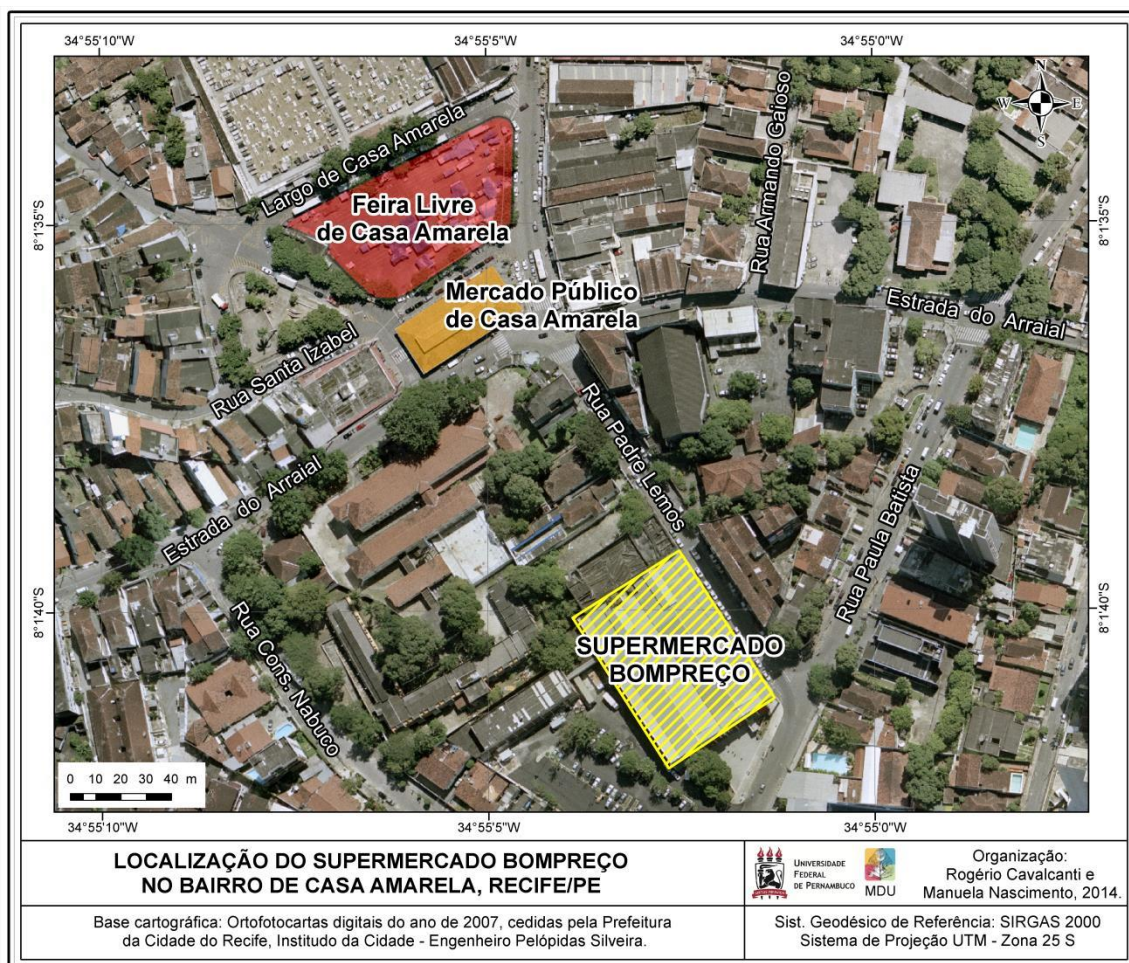
outras palavras, esse processo continua a ser visualizado nas áreas centrais da cidade do Recife como uma verdadeira ação “higienizadora”, uma vez que expulsam e apreendem as mercadorias dos ambulantes com a justificativa de (re)ordenar os espaços públicos, mas que, em tese, seja para minimizar a concorrência entre os agentes envolvidos.

O papel da concorrência entre os setores formal e informal, por sua vez, impulsiona significativas instalações de empreendimentos comerciais formais em locais estratégicos da cidade. Alves (2009), ao analisar o valor do solo na evolução urbana do Recife, aponta, por exemplo, que a instalação do supermercado Bompreço no bairro de Casa Amarela (figura 11 e mapa 3), em 1966, na perspectiva de atender as necessidades alimentícias dos moradores das proximidades.



Figura 11 – Primeira loja da rede Bompreço, no bairro de Casa Amarela, Recife na década de 1966

Fonte: <http://www.jcpm.com.br/> <acessado em 02 de abril de 2013>



Mapa 3 – Localização do Supermercado Bompreço no bairro de Casa Amarela, Recife/PE
 Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014

Esta escolha de instalação do hipermercado descrito nos faz lembrar da teoria de localização espacial formulada por Christaller, em 1933. De acordo com Cleps (2004), Christaller desenvolveu um modelo hexagonal em que seus vértices são representados pela quantidade e variedade dos bens ofertados; poder de compra da população; e distância econômica (preço do bem, custo e tempo de deslocamento). Em outras palavras, a polarização espacial das atividades econômicas exercia/exerce a funcionalidade de centros distribuidores de bens e serviços, complementando, dessa forma, as divisões espaciais impostas pelos setores econômicos e dinamizando as práticas sociais nos núcleos urbanos.

Para Castilho (1998 p. 56), essa lógica envolve “os consumidores [que] buscam os serviços que se acham mais perto possível deles com o intuito de

minimizar os custos com transporte”. Essa questão envolve, pois, fatores localizacionais.

Para complementar este entendimento, Cleps (2004) com base em Vargas (1992) aponta um conjunto de oito princípios básicos para o estabelecimento da escolha localizacional de um empreendimento comercial, são eles:

1. Potencial da área: representado pelo volume de negócios que podem ser gerados no local escolhido; 2. Acessibilidade: vias e meios de transportes disponíveis; 3. Potencial de crescimento: obtido através de análise do potencial de crescimento demográfico e da renda da população; 4. Intercepção de negócio: localização entre moradias e compras habituais; 5. Atração cumulativa: compras comparadas, especializadas; 6. Compatibilidade: correspondendo às compras associadas; 7. Minimização de riscos de concorrência: análise do local para identificar a concorrência; 8. Aspectos microeconômicos: os custos de funcionamento. (CLEPS, 2004, p. 126-127)

Entretanto, as concepções atuais de localização estratégica estão baseadas no estabelecimento de diferentes fatores, que não estão ligados exclusivamente aos fluxos dos comerciantes, mas na capacidade do negócio instalado gerar lucratividade.

A partir da década de 1970, com as modificações na dinâmica habitacional³², na cidade do Recife, as atividades comerciais apresentaram profundas transformações. De acordo com Gomes (2007),

A cidade do Recife expande-se, assim, em padrões modernos e na esteira do processo de metropolização em diferentes direções, caracterizando em 1951, [...], a marcha que viria consolidar sua mancha urbana, envolvendo subúrbios mais para o oeste norte e sul. O crescimento da zona sul da cidade vai encontrar no bairro de Boa Viagem o ancoradouro da modernidade. É nesse antigo local insalubre e pantanoso que frutificará o projeto de cidade moderna, com monumentais edifícios e concentração de residências da população de maior poder aquisitivo. É nesse bairro que se instala o primeiro shopping center do Estado de Pernambuco, consolidando-o como protagonista do progresso e das inovações. (GOMES, 2007, p. 118)

A este respeito, a migração das atividades comerciais da área central para os principais bairros nobres da cidade proporcionou, dessa maneira, a expansão dos segmentos comerciais populares para a área comercial principal, ou seja, para o

³² Segundo Villaça (2001), “[...], a orla oceânica recifense começou a se transformar em local de residência permanente das camadas de alta renda” (VILLAÇA, 2001, p. 217)

centro da cidade (PLANO DIRETOR DO RECIFE, 1991³³) e, conseqüentemente, para os centros comerciais secundários. Cleps (2004) esclarece que

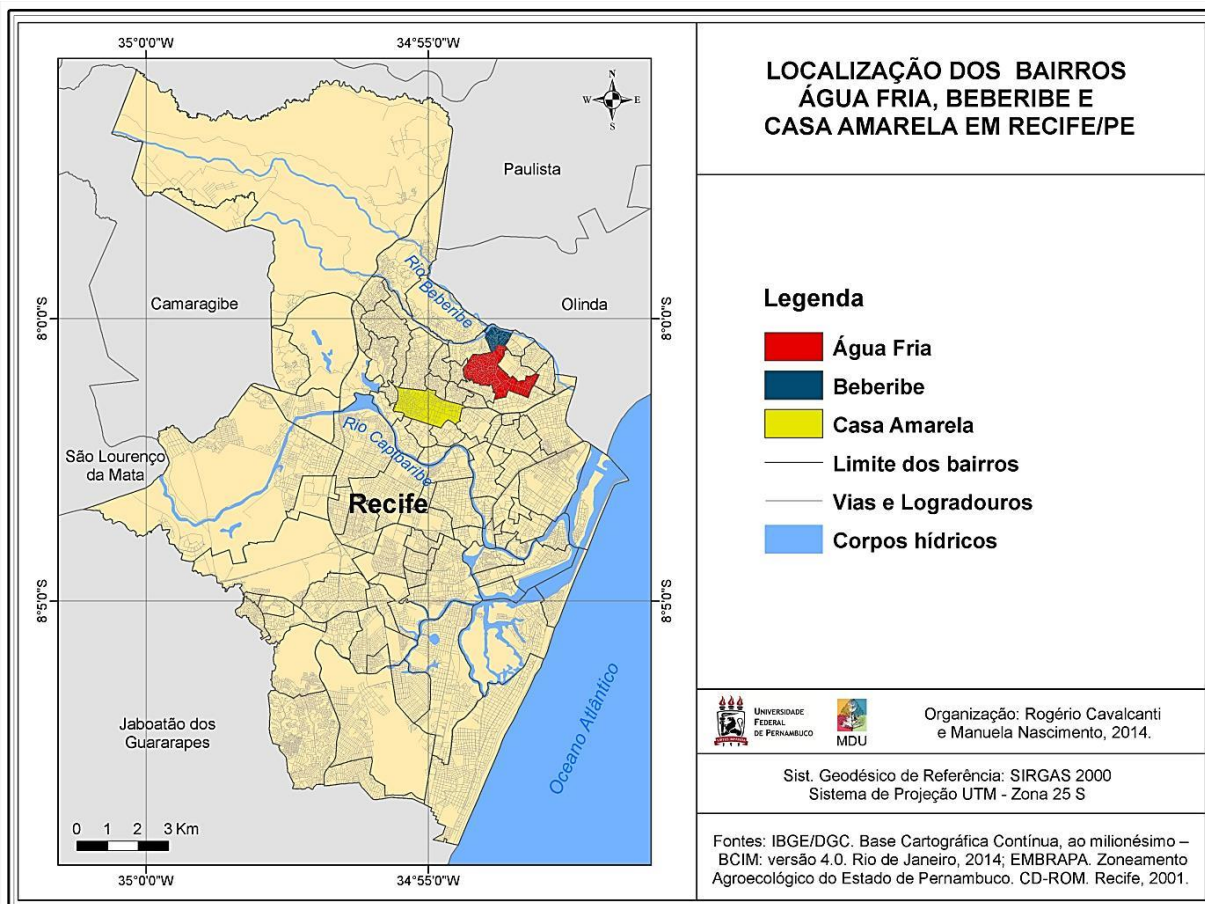
no processo de expansão urbana, especialmente das metrópoles, o comércio influencia na valorização e desvalorização das áreas. Ao migrar para a periferia, a atividade comercial concentrou ao seu redor uma série de serviços especializados que acabaram criando novos valores a essas áreas. (CLEPS, 2004, p. 130)

Assim, os centros comerciais secundários, a exemplo de Casa Amarela, Água Fria e Beberibe (zona Norte da cidade, mapa 4), tornaram-se áreas comerciais populares e com diversificados segmentos comerciais, como: feiras livres, pequenos comércios de alimentos e de vestuários instalados entorno dos respectivos mercados públicos.

Castilho (1998) faz menção aos seguintes bairros e suas respectivas especializações comerciais:

Casa Amarela com a produção artesanal e comercialização de roupas; Nova Descoberta e Vasco da Gama com os seus marceneiros e reparadores de produtos os mais diversos; Afogados, Beberibe, Casa Amarela, Encruzilhada, Nova Descoberta, Várzea e Vasco da Gama com seus mercados, suas feiras e seus artesãos. (CASTILHO, 1998, p. 83 – grifos nosso)

³³ < <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/planodiretor/> > acessado em 12 de agosto de 2014.



Mapa 4 – Localização dos bairros de Casa Amarela, Água Fria e Beberibe, zona Norte da cidade do Recife

Elaboração: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014

Partindo desta compreensão, é possível perceber que a organização (concentração e desconcentração) do espaço comercial urbano é regido pela densidade demográfica e pelo nível de renda das populações locais (CASTILHO, 1998). Por sua vez, para atender a esses condicionantes, as formas comerciais especializaram-se de acordo com as demandas (familiar, empresarial e institucional) de consumo inerentes a cada espaço intraurbano.

É a partir desta relação, cidade x comércio, que emergem interpretações e estudos a respeito das questões comerciais e seus impactos envolvendo as suas instalações e as suas expansões, entre eles: as especulações imobiliárias, a violação ao direito à moradia, as remoções ou ameaças de remoção, a gentrificação, a segregação socioespacial, a expulsão do comércio local de pequeno porte etc., que, de maneira geral, direcionam os olhares aos empreendimentos comerciais modernos.

3.2 O contexto histórico do bairro de Casa Amarela

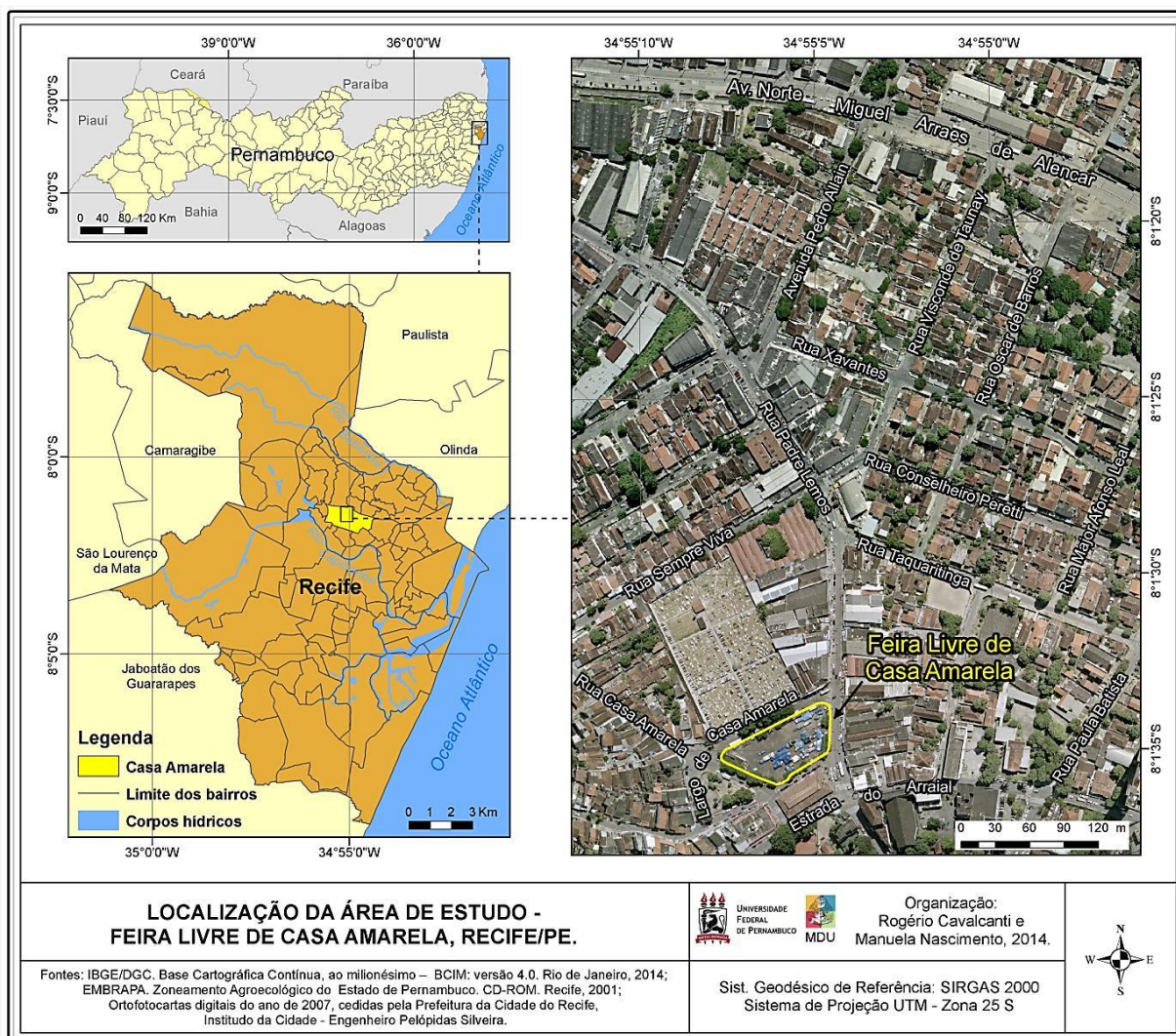
Casa Amarela
é hoje nome de projeção e importância
(Flávio Guerra, 1970)

A importância, ainda na década de 1970, como nos aponta o historiador Flávio Guerra, do bairro de Casa Amarela, é advento do contexto histórico vivenciado pela localidade desde o século XVII. Dessa maneira, a área de estudo, Feira de Casa Amarela (mapa 5), desta dissertação está localizada no bairro em questão, que pertence a 3ª Região Político-Administrativa do Recife (RPA-3), na zona Norte da cidade.

O bairro, por sua vez, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Censo 2010), possui uma população de 29.180 habitantes (1,9% da população do Recife), o que lhe propicia uma densidade demográfica de 155,09 habitantes/ha – considerado um dos bairros mais populosos da cidade. Em comparação aos dados referentes ao ano de 2000, fornecidos pelo IBGE, o bairro teve um crescimento populacional absoluto de 3.637 habitantes, o que representa uma taxa média geométrica de crescimento anual de 1,34%.

População Residente					
Habitantes		% sobre Recife			
2000	2010	2010	2000	Crescimento Absoluto 2000 - 2010	Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 2000 - 2010
25.543	29.180	1,80	1,90	3.637	1,34

Tabela 3 – **Dados comparativos da população residente no bairro de Casa Amarela nos anos de 2000-2010.** Fonte: IBGE, 2010

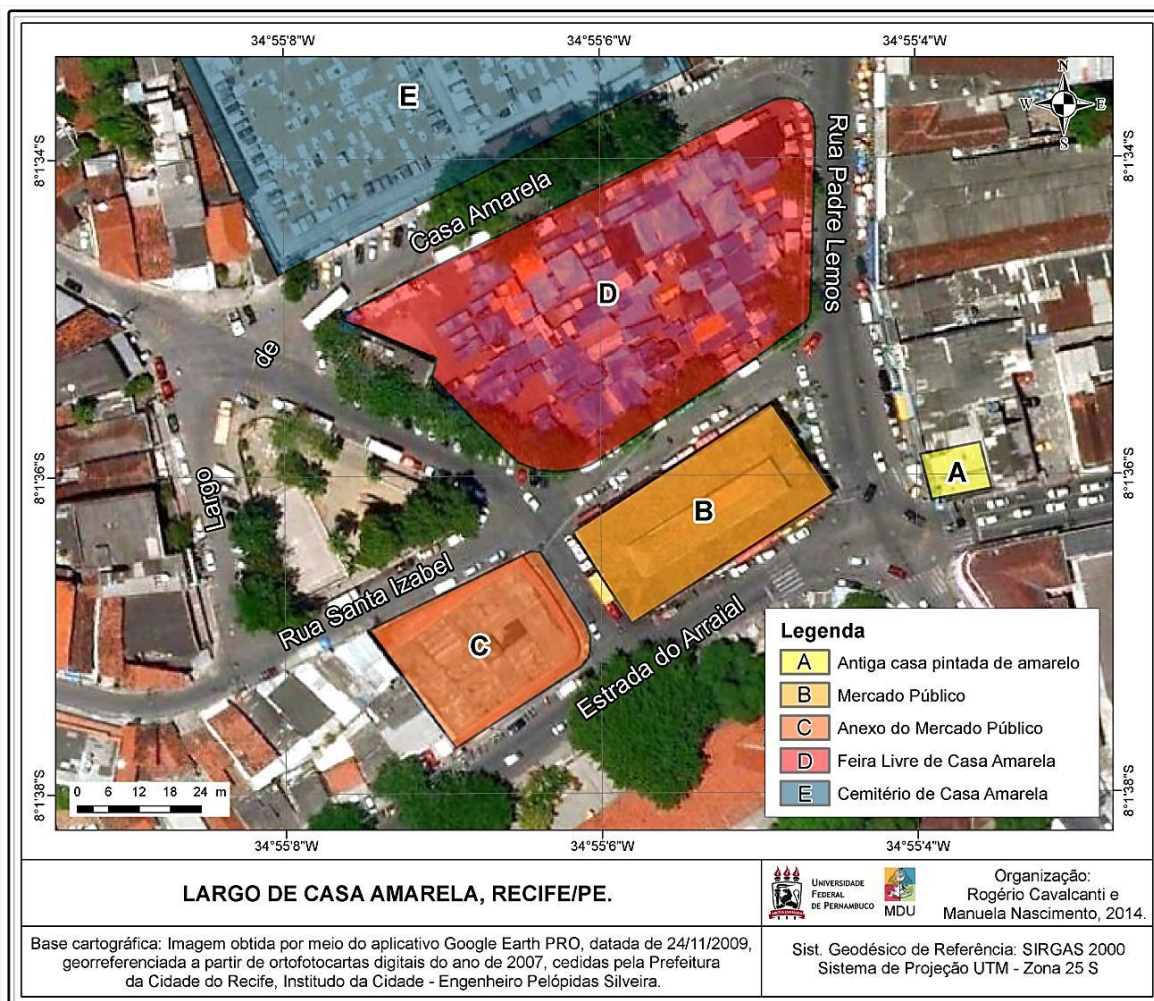


Mapa 5 – Localização da área de estudo, Feira Livre de Casa Amarela, Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014

Casa Amarela, famosa por seu dinamismo comercial, composto pelo Largo de Casa Amarela³⁴ (mapa 6), que abrange o Mercado Público (figura 12), o Pátio da Feira e a edificação que deu origem ao nome do bairro, uma casa pintada de amarelo³⁵, que atualmente funciona uma farmácia – figura 13 (LUZ, 2013) de propriedade, na época da invasão holandesa, do português Joaquim dos Santos Oliveira.

³⁴ Considerado na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da cidade do Recife, como Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH – 24), que consiste em “áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do Município.”

³⁵ Apesar da descaracterização do imóvel para o funcionamento do estabelecimento comercial em questão, a edificação ainda apresenta suas feições originais, principalmente em seu teto.



Mapa 6 – Largo de Casa Amarela, zona Norte da cidade do Recife/PE
Elaboração: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014



Figura 12 – Vista frontal do Mercado Público de Casa Amarela, zona Norte da cidade do Recife
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 13 – Vista frontal da antiga edificação que deu origem ao nome do bairro (Casa Amarela), zona Norte da cidade do Recife. Nota: embora descaracterizada, a edificação continua pintada de amarelo.
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Contudo, para compreendermos a configuração do bairro e como ele ganhou importância na cidade do Recife, será necessário conhecer um pouco o seu processo histórico, considerando as influências de fatores políticos, econômicos e culturais para, a partir daí, analisar o desenvolvimento urbano da localidade. No entanto, é importante ressaltar sobre a existência de lacunas históricas que, de certa maneira, obstruem uma melhor compreensão do contexto histórico do bairro em questão.

A povoação do bairro remete à década de 1630³⁶ – distrito militar –, quando o general Matias de Albuquerque levantou um forte real denominado de Bom Jesus, como sede de resistência dos pernambucanos aos invasores holandeses no século XVII.

Segundo relatos de Pereira da Costa (1983),

O forte era grosseiro e irregular, escreve um escritor da época, mas de uma extraordinária solidez; o fosso tinha a profundidade de uma lança e meia, e pela natureza do terreno era tão escarpado, que nenhum recurso haveria para que nele caísse. No meio do fosso, havia um passadiço de terra, tão sólida como se fosse alvenaria, que o dividia em duas partes iguais. As muralhas igualmente escarpadas, tinham mais de lança e meia de altura. Era o forte, sofrivelmente grande em seu circuito, quase como o de Santo André, tendo muitas tenalhas e baluartes irregulares, mas sem nenhuma obra exterior. (COSTA, 1983, p. 13)

Dessa maneira, ao redor do forte, formou-se um povoado composto por habitantes originários de Olinda e do Recife, que haviam abandonado suas respectivas casas e integrado ao exército por ocasião da invasão holandesa. A partir da rendição do Forte Real do Bom Jesus, devido, principalmente, ao esgotamento de munições, armas e a própria reserva moral dos soldados, no século XVII. Com este evento, o contingente populacional diminuiu e, somente, ao final do século XVIII, que segundo Guerra (1970) ocorreu devido a extinção dos engenhos do Monteiro e da Casa Forte.

De acordo com Guerra (1970), o retorno da ocupação habitacional do Arraial deveu-se, também, pela divulgação do excelente clima que a localidade tinha para a cura de muitas doenças, o que resultou na migração de inúmeros enfermos para

³⁶ Conforme Pereira da Costa (1983), em *Anais Pernambucano* – volume 3, os trabalhos de construção da fortificação deram-se naquele mesmo ano, onde foram levantadas suas muralhas compostas por quatro canhões de ferro retirados de um navio holandês.

aquela área carente de serviços básicos (luz e água tratada). Contudo, Pereira da Costa (1983) menciona que, antes da área ganhar essa fama, vários moradores retornaram ao Arraial e realizaram reparos das casas danificadas e construíram outras novas e, dessa forma, surgiu um pequeno povoamento denominado de Povoamento do Arraial Velho³⁷.

A propósito, Cavalcanti (1998) afirma que com a chegada do rico português, o Comendador Joaquim dos Santos Oliveira, descrito nos parágrafos anteriores, ao Arraial para tratar-se da “tísica galopante³⁸”, que a localidade ganhou mais vida quando o português ergueu uma casa pintada de amarelo e pelas festas que o personagem em questão oferecia aos habitantes locais. Sobre isso, Guerra (1970) comenta que,

O comendador satisfeito e grato ao local mandou construir a uns 300 metros, além do antigo Arraial do Bom Jesus, uma grande casa quadrada de dois pavimentos (hoje ela não existe mais), em meio a um extenso sítio, e mandou pintá-la bizarramente toda ocre, vindo daí a ser conhecida como a “**Casa Amarela**”. Grandes reuniões sociais começou a oferecer em sua nova e aprazível casa, para minorar o isolamento das filhas, e já eram então comentadas e conhecidas no Recife, “as alegres festas da Casa Amarela”. (GUERRA, 1970, p.245 – grifos do autor)

No século XIX, o bairro de Casa Amarela, de acordo com Lins (2007), teve seu acesso ao antigo povoado pela estrada do Arraial até o Largo de Casa Amarela (onde atualmente encontram-se o Mercado Público e a Feira Livre de Casa Amarela). Para o autor, a povoamento, a partir de então, passou a ser realizada pelas “maxabombas³⁹”, que partiam do centro da cidade do Recife, na Estação Central da Rua do Sol, e tinha como destino final a Estação Casa Amarela.

Já entre as décadas de 1950 e 1960, o bairro de Casa Amarela teve a construção de casarões pelos usineiros da época, enquanto isso a população mais pobre comprava pequenos lotes aos antigos proprietários de terra nos morros, que

³⁷ Segundo Pereira da Costa (1983), essa denominação é encontrada frequentemente na história pernambucana para distinguir de uma outra localidade, nas imediações da Madalena – atual bairro do Cordeiro, zona Oeste da cidade, onde foi fundada uma fortificação, em 1645, com o mesmo nome do Forte Real do Bom Jesus e que seu povoado ficou conhecido por Arraial Novo do Bom Jesus.

³⁸ Popularmente conhecida como tuberculose.

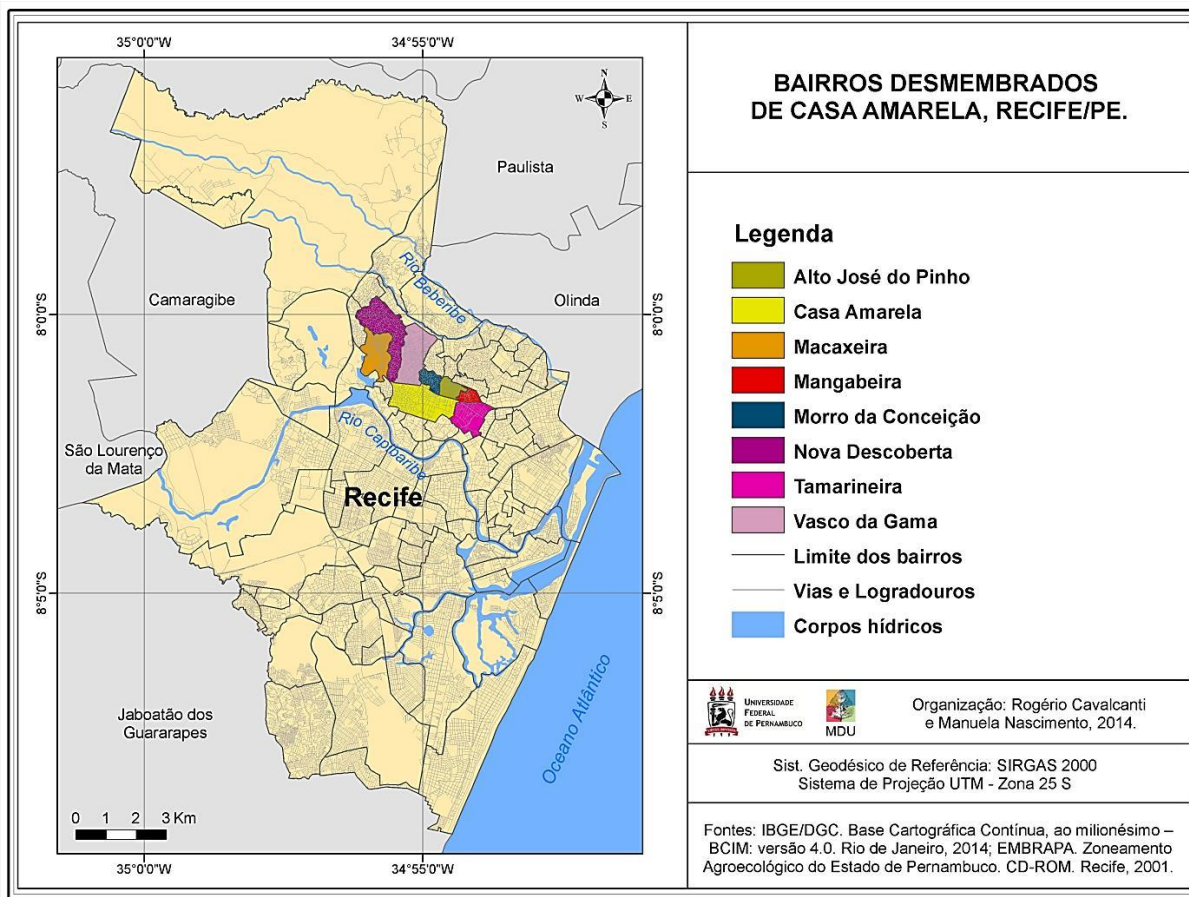
³⁹ Era um veículo de transporte de passageiros constituído de uma pequena locomotiva, cuja cabine não tinha coberta, que puxava dois ou três vagões, de um ou dois andares.

teve como condição primordial na venda dos lotes em questão a valorização das áreas de planície e pela expulsão da população pobre dos mocambos. Nesse sentido, Santos (2013) argumenta que os morros que integravam o bairro de Casa Amarela eram ocupados, a princípio, pela aristocracia recifense.

Alves (2009) também se refere ao assunto, ao afirmar que:

Vários foram os momentos chaves na ocupação dos morros. O primeiro tem início no final dos anos 1930, com a expulsão dos mocambos e o maior fechamento da cidade às invasões perto do centro. Essa ocupação se dá nos morros da zona norte da cidade. É interessante observar que, além de sua ocupação por via legal, se produzem também invasões, sem que houvesse normativa municipal que as impedisse. Havia também tolerância a essas invasões por parte do Estado. O segundo momento está relacionado com as inundações das décadas de 1960-1970. A população afetada dirige-se para os morros da zona sul da cidade. Nessas décadas, já se produzia um início de ocupação, especialmente nos morros perto do aeroporto, por parte da classe média que, de pronto, abandonou a área com a chegada da classe pobre. E, por último, produziu-se também a ocupação da zona oeste, dos morros pertencentes à família Brennand, na Várzea, assim como da parte alta da Guabiraba. (ALVES, 2009, p. 93)

Enquanto isso, na década de 1980, o bairro de Casa Amarela foi considerado o mais populoso do Recife, já que dentre seus limites territoriais estavam os atuais bairros do Morro da Conceição, Vasco da Gama, Nova Descoberta, Tamarineira, Macaxeira, Mangabeira e Alto José do Pinho (mapa 7), que com as mudanças político-administrativas, por intermédio da Lei Municipal 14.452/88, teve seu desmembramento, resultando na perda das áreas descritas.



Mapa 7 – Localização dos bairros desmembrados de Casa Amarela, zona Norte da cidade do Recife/PE

Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014

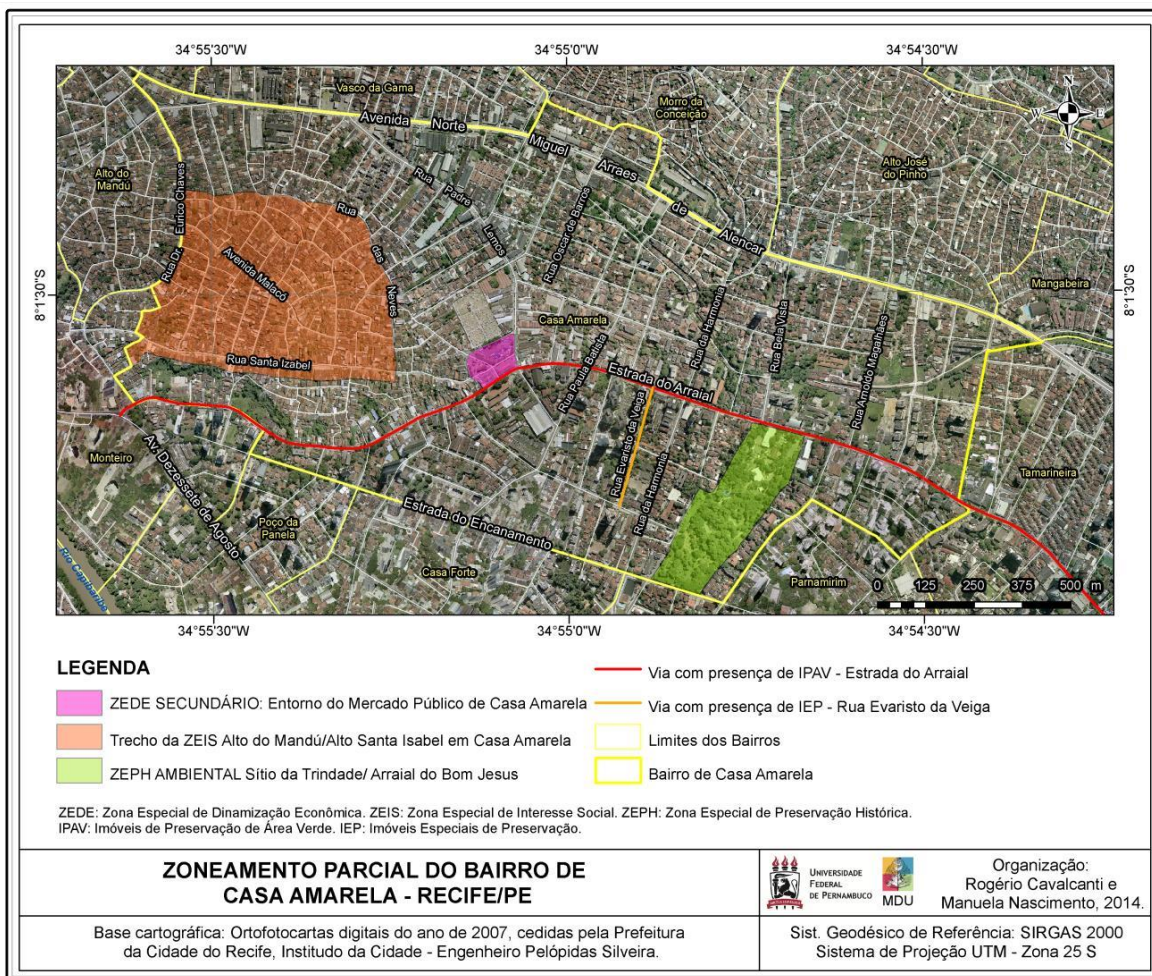
Na época em questão, década de 1980, o bairro de Casa Amarela era considerado como integrante das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), isto é, a identificação e a demarcação de áreas para implementação de programas urbanísticos e social e, posteriormente, em 1983, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LOUS) da cidade do Recife foi integrado as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)⁴⁰, em virtude da concentração de assentamentos surgidos espontaneamente nas áreas de morro que integravam o bairro. Dentro dessa lógica, para o reconhecimento de ZEIS pelo Poder Público, a localidade necessita apresentar cinco requisitos, segundo o artigo 17 da LOUS: I - I - ter uso

⁴⁰ Segundo Alves (2009, p. 100), a instituição das ZEIS ocorre como “um reconhecimento oficial da excepcionalidade dessas áreas, em termos de carências de investimentos públicos e da necessidade de um tratamento especial quanto à legislação urbana existente, que não só atenda as suas peculiaridades de ocupação do solo, mas que sirva também como instrumento de proteção contra a ocupação pelo mercado formal”.

predominantemente habitacional; II - apresentar tipologia de população com renda familiar média igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos; III - ter carência ou ausência de serviços de infraestrutura básica; IV - possuir densidade habitacional não inferior a 30 (trinta) residências por hectare; V - ser passível de urbanização.

De acordo com o Plano Diretor do Recife, instituído na cidade em 1991, que classifica o bairro de Casa Amarela como uma Zona de Ambiente Construído – ZAC. Nesse contexto o bairro consiste funções específicas quanto aos padrões paisagísticos e urbanísticos de ocupação, e em função dos problemas e potencialidades urbanos e objetivos específicos. Nesse sentido, Luz (2013) aponta o zoneamento do bairro da seguinte maneira e destacada no mapa 6:

1. ZEDE SECUNDÁRIO (Zona Especial de Dinamização Econômica): entorno do Mercado Público de Casa Amarela.
2. ZEPH AMBIENTAL (Zona Especial de Preservação Histórica): Sítio da Trindade.
3. IEP (Imóveis Especiais de Preservação): localizados na Rua Evaristo da Veiga.
4. IPAV (Imóveis de Proteção de Área Verde) localizados na Estrada do Arraial.
5. ZEIS (Zona Especial de Interesse Social): Alto Santa Isabel.
6. Setor de Sustentabilidade Ambiental: no entorno do Mercado Público de Casa Amarela, limites: Rua Padre Lemos, Estrada do Arraial, Rua das Neves, Rua Santa Isabel. (LUZ, 2013, p. 34)



Mapa 8 – **Zoneamento parcial do bairro de Casa Amarela, Recife/PE**
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014

Nesse sentido, o zoneamento do bairro de Casa Amarela condiciona, em tese, a preservação das características e dos valores locais a partir da (re)estruturação do espaço urbano, assim como assegurando a execução da política urbana voltada para o uso e ocupação do solo. Assim, como o bairro apresenta áreas especiais de urbanização, no caso da ZEIS, Alto Santa Isabel e a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (Largo de Casa Amarela), o processo de urbanização e utilização da área para a construção de empreendimentos de grande impacto é limitada.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA

De acordo com os registros documentais, as feiras livres na cidade do Recife foram regulamentadas, em 1964, na gestão do Prefeito Pelópidas da Silveira, por intermédio do Decreto Municipal nº 6.754 (figura 14), que corresponde ao reconhecimento do Poder Público Municipal e designado a sua gestão, na época, pela Secretaria de Abastecimento e Concessões⁴¹ - S.A.C. Sendo assim, o decreto em questão normatiza o exercício das feiras livres quanto: à duração, à localização, à limpeza, à fiscalização, ao tipo de equipamento utilizado, à carga e à descarga, a atividades exercidas nas feiras, a permissões, a infrações, a penalidades, à titularidade e à documentação dos feirantes, sendo utilizada, desde então, sem nenhuma modificação.

O texto do decreto nº 6.754 se refere, em seu artigo primeiro, ao:

[...] comércio em feiras será exercido na conformidade do presente decreto, atendendo às seguintes condições: a – em logradouros e dias antecipadamente designados pela Secretaria de Abastecimento e Concessões – S.A.C; b – para a venda a varejo de produtos hortigranjeiros e outros gêneros alimentícios; c – por pessoas devidamente autorizadas pelo órgão municipal competente.

Dessa maneira, não dispomos de qualquer outra informação oficial sobre a realidade das feiras livres recifenses no seu período inicial, mas supomos que a gestão pública urbana do período em questão tenha sido bastante rigorosa quanto às questões normativas sobre as feiras. A respeito do decreto nos convida a pensar que nesses espaços a limpeza e a organização eram rigorosamente fiscalizadas; os horários estabelecidos eram obedecidos com pontualidade; as bancas enfileiradas em ordem, apresentando toldos e bancos padronizados.

⁴¹ O que corresponde atualmente com os serviços prestados pela Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB).

DECRETO N. 6754 DE 29 DE FEVEREIRO DE 1964

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE

no uso de suas atribuições,

D E C R E T A:

ART. 1º — O comércio em feiras será exercido na conformidade do presente decreto, atendendo às seguintes condições

- a) — em logradouros e dias antecipadamente designados pela Secretaria de Abastecimento e Concessões — S.A.C.;
- b) — para venda a varejo de produtos horti-granjeiros e outros gêneros alimentícios;
- c) — por pessoas devidamente autorizadas pelo órgão municipal competente.

§ 1º — A Secretaria de Abastecimento e Concessões fixará, ouvido o Sindicato dos Feirantes de Pernambuco, calendário especial das feiras no caso de dias de festas móveis, comemorações públicas, eventualidades, e sempre que o interesse público o exigir.

§ 2º — É proibida a venda de produtos não alimentícios, ressalvados os casos existentes até a publicação deste Decreto.

ART. 2º — As normas gerais de Administração e funcionamento das feiras serão baixadas pela S.A.C., obedecendo às disposições do presente Decreto, inclusive no que se refere a determinação das áreas dos seus logradouros e das destinadas ao descarregamento dos caminhões transportadores de mercadorias, bem como dos trechos para passagem de veículos e de passeios destinados à circulação de pedestres.

§ 1º — Não será permitida a localização de novas feiras em distâncias inferior a 200 metros de cemitérios ou estabelecimentos hospitalares.

§ 2º — Os bancos, barracas e tabuleiros não poderão ser localizados na entrada de garagens e de portões de fábrica.

ART. 3º — Encerrada a feira, proibido deixar, na via pública, barracas, bancos, tabuleiros ou quaisquer espécies de materiais.

ART. 4º — As feiras serão designadas por numeração, sem prejuízo de suas denominações tradicionais.

ART. 5º — As feiras serão divididas em setores, localizados, sempre que possível, em arruamentos distintos, observando-se, na sua organização, o agrupamento dos artigos da mesma espécie.

ART. 6º — As feiras serão extintas nos casos seguintes:

- a) — quando, após 4 (quatro) vezes consecutivas, não apresentarem número superior a 20 (vinte) bancos, barracas ou tabuleiros em funcionamento;
- b) — quando prejudiciais ao trânsito de vias de maior importância;
- c) — quando da existência de mercados com capacidade para atendimento da demanda local;
- d) — quando o interesse público justificar a sua extinção, ouvido o Sindicato dos Feirantes de Pernambuco e a critério da Secretaria de Abastecimento e Concessões — S.A.C.

§ 1º — Nos casos das alíneas "b" e "c", e a critério exclusivo da Secretaria de Abastecimento e Concessões, poderão as feiras, em vez de extintas, ser deslocadas.

CAPÍTULO II

Do Comércio e sua Classificação

ART. 7º — A S.A.C. fiscalizará, no comércio das feiras, a observância da tabela preçoteto dos produtos expostos a venda, que houver sido estabelecida pela entidade competente.

Figura 14 – Folha original do Decreto Municipal nº 6.754

Fonte: Sistema de Busca de Legislação Municipal do Recife (LEGIS)

<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/06754/original/1/> <acessado em 02 de dezembro de 2014>

No decreto em questão, estão definidos os equipamentos (barraca, banco e tabuleiro⁴²) utilizados pelos feirantes, que, na época, não poderiam ser fixos que, em tese, demonstra o caráter itinerante das feiras livres e dos feirantes na comercialização de seus produtos na cidade. Esse modelo migratório dos feirantes, atualmente, é justificado por eles como uma forma estratégica de manutenção e de resistência perante a concorrência comercial com os supermercados e os hipermercados (CAVALCANTI, 2013a).

Segundo reportagem do jornal Diário de Pernambuco (figura 15), que o decreto composto por 41 artigos e assinado pelo então prefeito na época, Pelópidas da Silveira, passou a vigorar a partir do dia 15 de março de 1964. Nesse sentido, a partir da data em vigor, os feirantes tiveram um prazo de 90 dias para realizar suas matrículas, exigindo para que a prefeitura conceda a matrícula, de acordo com a reportagem, o exame de saúde dos feirantes.



Figura 15 – Reportagem do Diário de Pernambuco de março de 1964 sobre a regulamentação das feiras livres na cidade do Recife/PE

Fonte: Diário de Pernambuco/Arquivo Público

⁴² Os equipamentos definidos e utilizados pelos feirantes apresentam diferenciações, dessa maneira quando nos referimos ao termo *barraca*: armação coberta; *banco*: armação coberta; *tabuleiro*: armação sem coberta.

Outro ponto de destaque, no decreto em questão, é em relação às normas de extinção das feiras que acontecem quando:

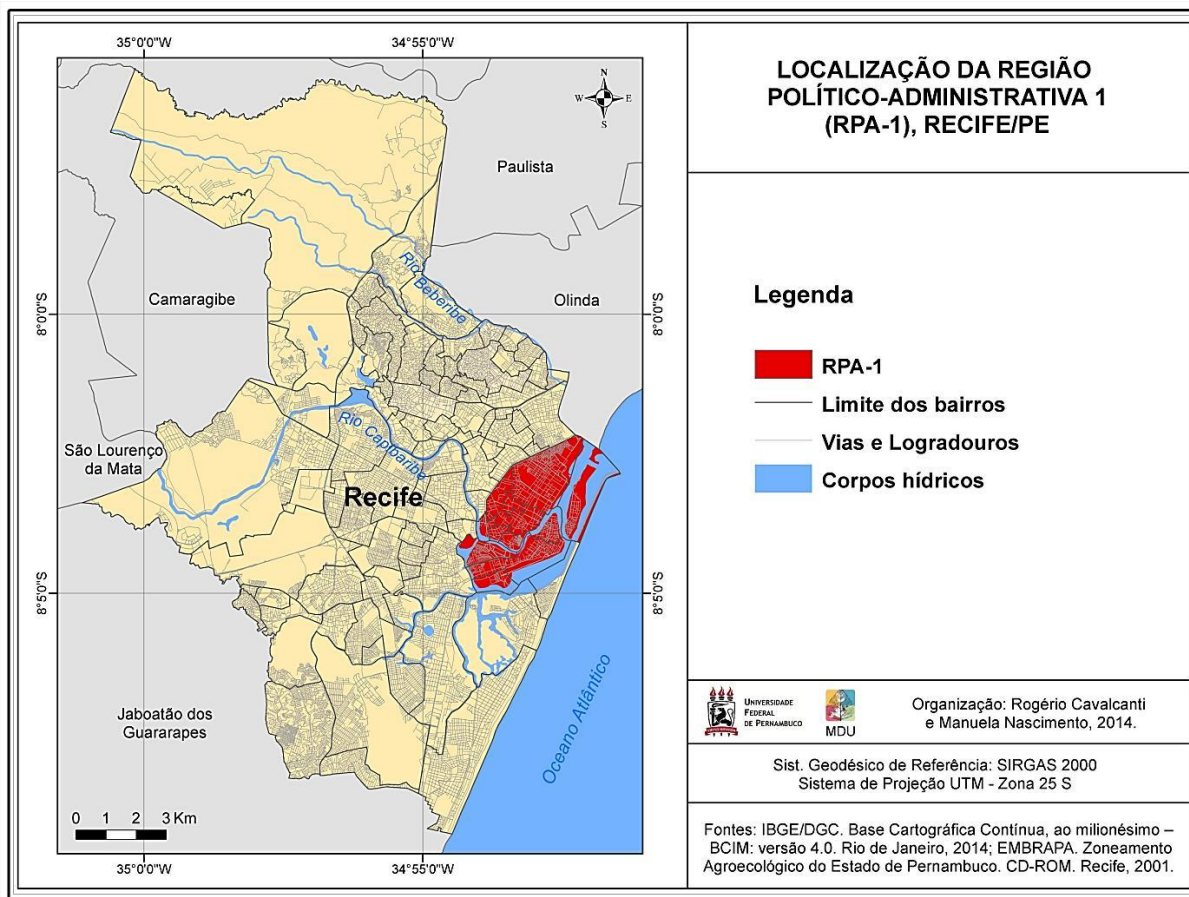
a) [...] após 4 (quatro) vezes consecutivas, não apresentarem número superior a 20 (vinte) bancos, barracas ou tabuleiros em funcionamento; b) quando prejudiciais ao trânsito de vias de maior importância; c) quando da existência de mercados com capacidade para atendimento da demanda local; d) quando o interesse público justificar a sua extinção, ou devido ao Sindicato dos Feirantes de Pernambuco e a critério da Secretaria de Abastecimento e Concessões – S.A.C.

Vale destacar que, atualmente, a extinção de uma feira livre no Recife acontece não por ocorrência das normas descritas, mas, muitas vezes, pelos próprios feirantes que deixam de frequentar determinadas áreas por entender que economicamente o local não está sendo atrativo. No entanto, o processo de transferência da feira livre de uma via pública principal para uma secundária ou pátio é decorrente de dois fatores: (i) pela análise da Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB) sobre as questões da mobilidade urbana, em outras palavras, caso a feira livre esteja dificultando a mobilidade e a acessibilidade local, ela será relocada para uma área próxima; (ii) pela solicitação da população local ou dos próprios feirantes por diversos motivos, entre eles estão as relacionadas a acessibilidade e a mobilidade dos pedestres, além da infraestrutura da localidade etc.

Com a substituição da S.A.C, nos anos noventa, pela CSURB, criado pela Lei Municipal 16.007, que, inicialmente, tem suas atividades vinculadas na promoção e na manutenção do Centro Ampliado do Recife, isto é, o atual Centro Expandido do Recife⁴³, que considera o território ampliado da Região Política Administrativa 1⁴⁴ – Centro (RPA 1 – mapa 9). Posteriormente a CSURB amplia sua atuação e inicia o processo de fiscalização e regulamentação do comércio informal e administração dos mercados públicos e pátios de feiras da cidade do Recife.

⁴³ Constitui-se em uma área numa área urbana adensada, com enorme quantidade de estoque patrimonial construído, e materializa as várias fases da história da cidade nos seus conjuntos de edifícios

⁴⁴ Composto pelos bairros: Recife, Santo Antônio, Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Amaro, São José, Soledade, Coelhoos e Ilha Joana Bezerra.



Mapa 9 – Localização da Região Política-Administrativa 1, Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014

Segundo dados fornecidos pela CSURB⁴⁵, no Recife estão cadastradas e distribuídas 23 feiras livres (tabela 4, mapas 10 e 11), correspondendo num universo de 3.600 bancas em toda a cidade. Contudo, segundo Nóbrega (2002), na década de 1960, o total de feirantes era aproximadamente 7.000 distribuídos em toda a cidade e que, em 1979, eram contabilizados 2.500 feirantes. Em 2002, ainda de acordo com a autora, a cidade do Recife apresentava aproximadamente 2.000 feirantes. Em 2014 o universo de feirantes na cidade do Recife é composto, aproximadamente, por 4.000 feirantes cadastrados e distribuídos nas 23 feiras livres. Dentre os dados apresentados, destaca-se, por sua vez, o salto histórico nas informações, principalmente no que se refere a explicações acerca da redução e do aumento no quantitativo de feirantes nos anos apresentados.

⁴⁵ Dados fornecidos pela CSURB, em dezembro de 2014.

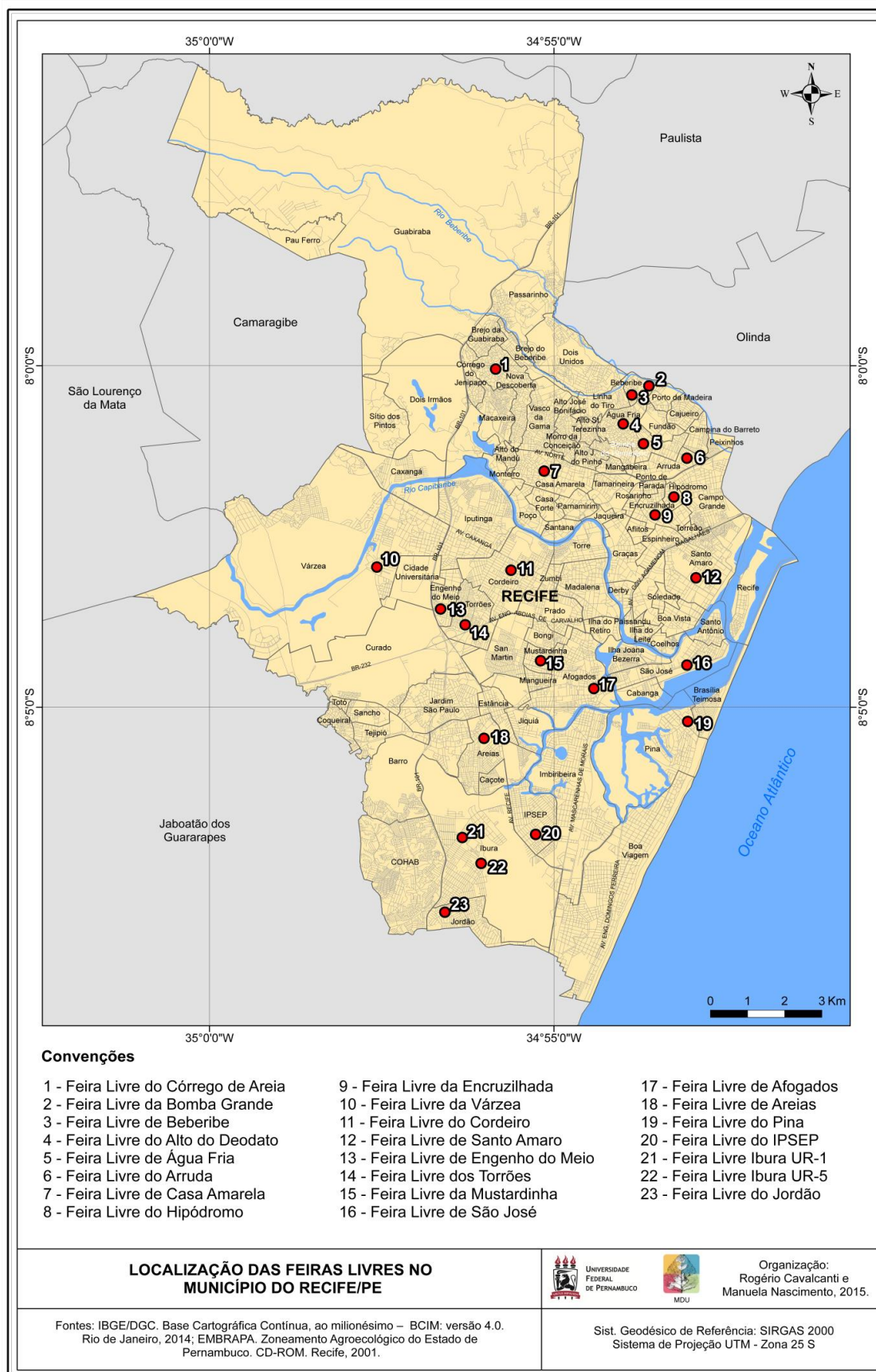
FEIRA	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	LOCALIZAÇÃO: RUA/BAIRRO
Afogados	Diariamente, das 6h às 18h	Estrada dos Remédios
Água Fria	Diariamente, das 6h às 18h	Estrada Velha de Água Fria
Alto do Deodato	Sábado, das 6h às 18h. Domingo, das 6h às 12h	Rua Alto do Deodato
Areias	Sexta e sábado, das 6h às 18h.	Rua Barros Sobrinho
Arruda	Quinta, sexta e sábado, das 6h às 18h	Rua Ramis Galvão
Beberibe	Diariamente, das 6h às 18h	Praça da Convenção
Bomba Grande	Quarta e quinta, das 6h às 18h	Avenida Inácio Monteiro
Casa Amarela	Diariamente, das 6h às 18h	Largo de Casa Amarela
Cordeiro	Sexta e sábado, das 6h às 19h	Em frente ao Hospital Getúlio Vargas
Córrego da Areia	Sexta a domingo, das 6h às 18h	Pátio do Mercado de Nova Descoberta
Encruzilhada	Segunda e terça, das 6h às 18h	Largo da Encruzilhada
Engenho do Meio	Sábado, das 6h às 18h. Domingo, das 6h às 12h	Praça Arnaldo Assunção
Hipódromo	Quinta e sexta, das 6h às 18h	Rua Fonseca Oliveira
Ibura UR-1	Diariamente, das 6h às 18h	Avenida Pernambuco
Ibura UR-5	Diariamente, das 6 às 20h	Praça do UR-5
IPSEP	Sexta a domingo, das 6h às 18h	Rua Oliveira Neto
Jordão	Diariamente, das 6h às 18h	Rua Alberto Lundgren
Mustardinha	Diariamente, das 6h às 18h	Rua Joana Francisca Azevedo
Pina	Quarta a sábado, das 6h às 18h	Praça Abelardo Baltar
Santo Amaro	Sexta e sábado, das 6h às 17h	Rua Frei Cassimiro

São José	Quarta a sábado, das 6h às 18h	Cais de Santa Rita
Torrões	Sexta, das 6h às 17	Praça Arraial Novo do Bom Jesus
Várzea	Quinta a sábado, das 6h às 18h	Rua Azevedo Coutinho

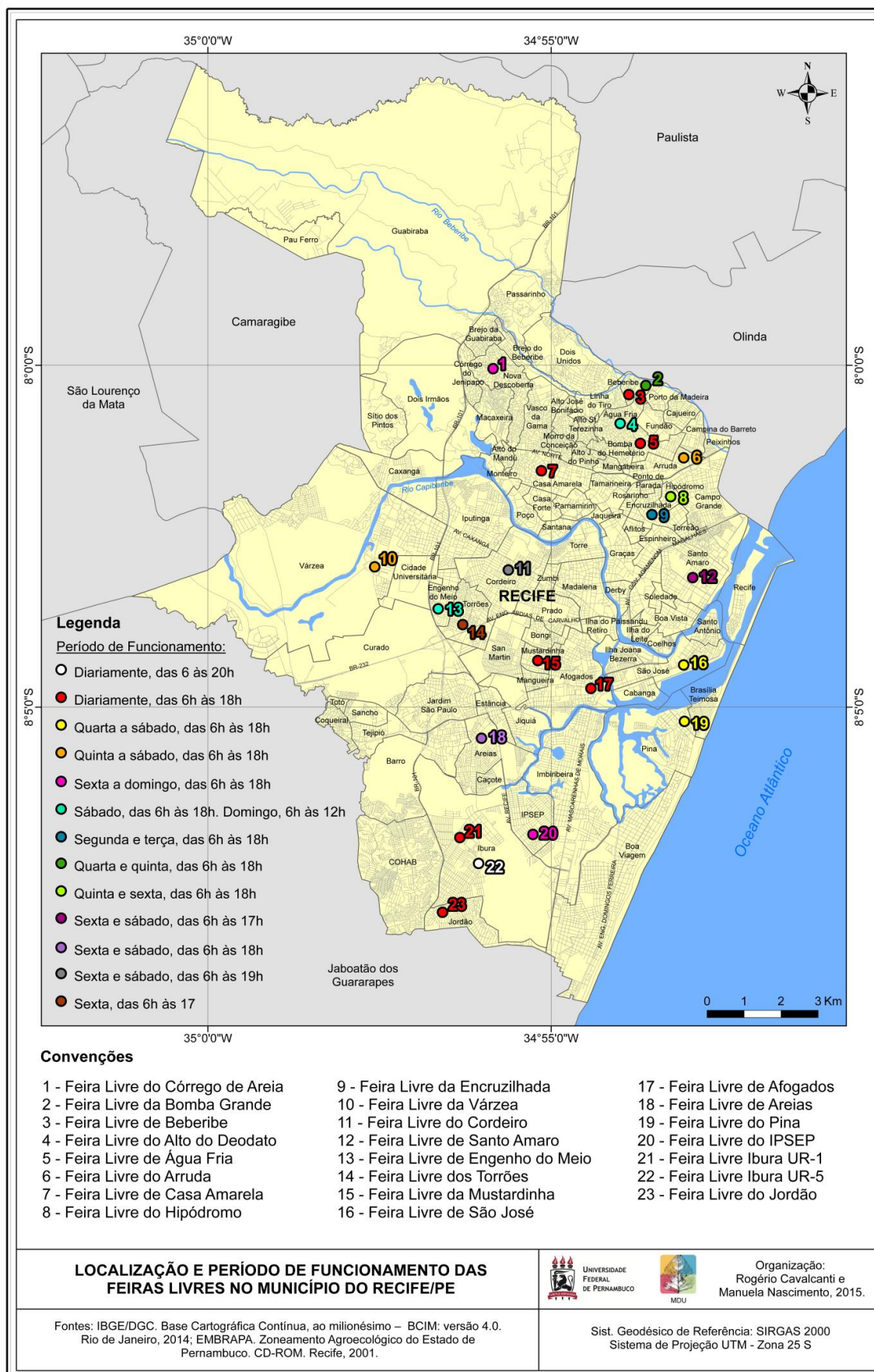
Tabela 4 – **A distribuição espacial das principais feiras do Recife**

Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Secretaria de Serviços Públicos do Recife. Companhia de Serviços Urbanos do Recife. Disponível em:

<http://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/csurb/feiraslivres.php> <acessado em 02 de dezembro de 2014>



Mapa 10 – Localização das Feiras Livres no Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2015



Mapa 11 – Localização e período das Feiras Livres no Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2015

Em março de 2015 o Recife completou 478 anos de existência e apesar de se tratar de uma cidade com mais de quatro séculos não sabemos ao certo há quanto tempo a Feira Livre de Casa Amarela vive. Mesmo que, não existam dados oficiais, em pesquisas realizadas no acervo iconográfico do Museu da Cidade do Recife apontam duas datas (23 de outubro de 1980 e 11 de maio de 1984 – figuras 16, 17, 18 e 19) que estão relacionadas a inauguração da feira em questão. No entanto, não encontramos nenhum relato sobre os eventos de inauguração nos principais jornais do Recife (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio) em pesquisas no acervo do Arquivo Público Estadual. Certamente, os registros iconográficos devem se referir à inauguração de partes do atual pátio da Feira Livre de Casa Amarela.

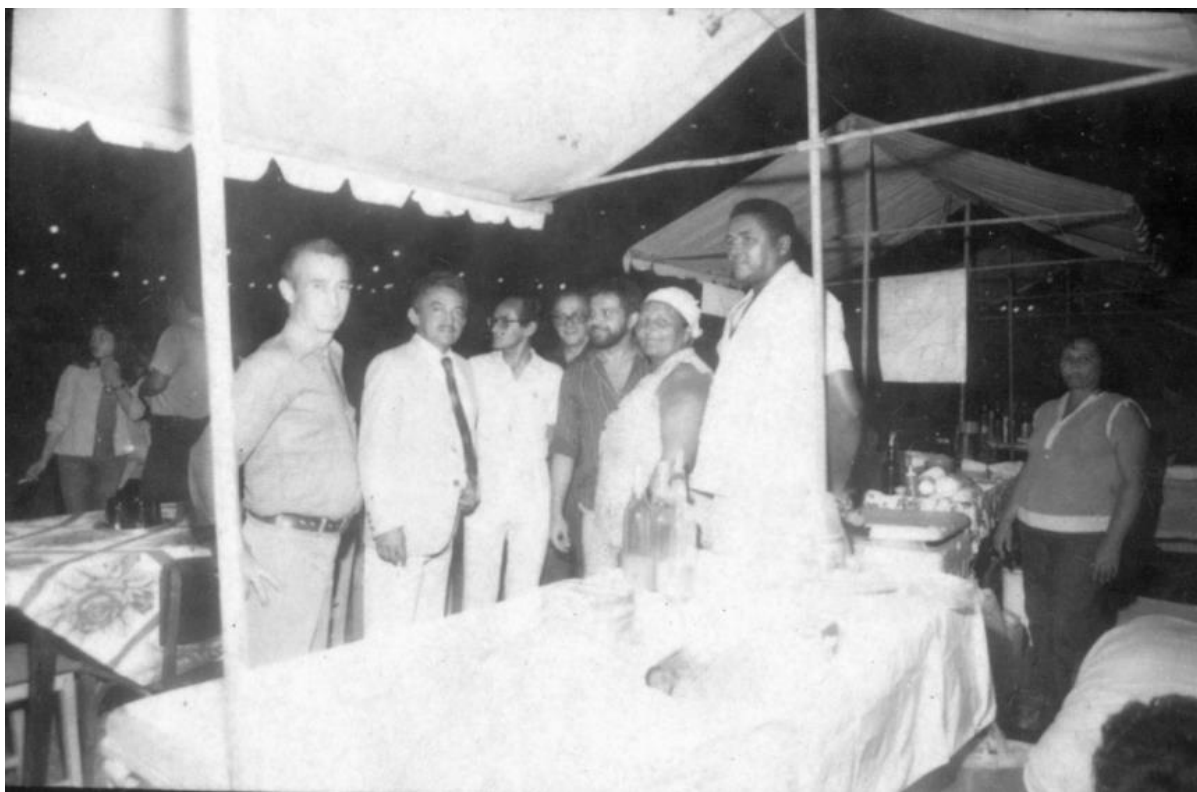


Figura 16 – **Inauguração da Feira de Casa Amarela em 1980**
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 17 – Inauguração da Feira de Casa Amarela em 1980
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 18 – Secretário de Abastecimento, Romildo Gomes, inaugura Feira Livre de Casa Amarela, 1984
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 19 – **Secretário de Abastecimento, Romildo Gomes, inaugura Feira Livre de Casa Amarela, 1984**

Fonte: Museu da Cidade do Recife

A origem da Feira de Casa Amarela ainda é uma incógnita, já que as fontes documentais não conseguiram revelar o ano em que a feira surgiu, nem sua localização antes da construção do atual Pátio. Nesse sentido, as lacunas das fontes históricas condicionam o surgimento de versões populares sobre o período de surgimento da Feira em questão.

O que nos chama atenção é uma reportagem veiculada pelo Jornal Diário de Pernambuco, em 25 de outubro de 1980 (figura 20), que consta sobre a inauguração da Feira Livre no bairro de Areias, que compõe a RPA-5 (zona sudoeste) da cidade do Recife/PE. Na reportagem em questão, são relacionadas feiras em outros bairros que funcionam na cidade, inclusive reporta à Feira de Casa Amarela que, segundo a notícia, está localizada na Praça do Trabalho e não faz nenhuma menção ao Largo de Casa Amarela. Por sua vez, isso pode ser, talvez, mais uma comprovação das lacunas nas fontes históricas sobre a Feira aqui analisada.



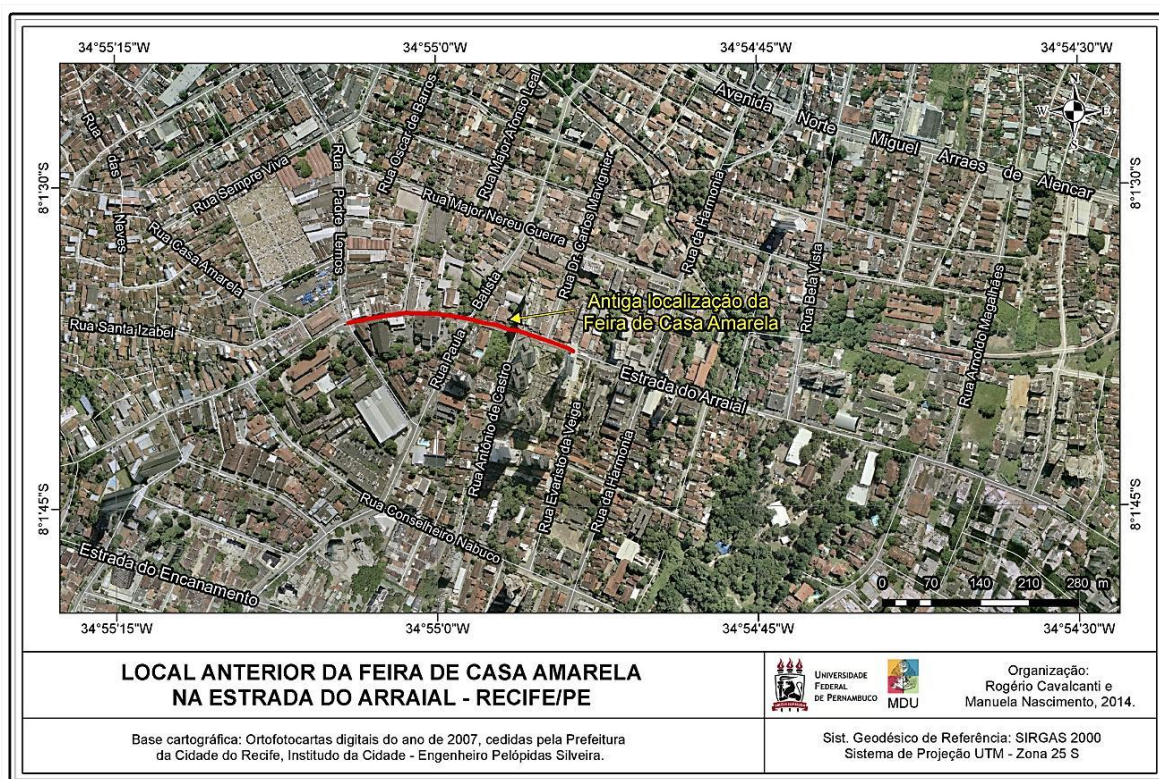
Figura 20 – **Reportagem do Jornal Diário de Pernambuco veiculada em 25 de outubro de 1980**
 Fonte: Arquivo Público Estadual de PE. Foto: Rogério Cavalcanti, 2015

Todavia, segundo relatos colhidos por Lins (2007),

A feira de frutas e verduras ia desde os Correios, na Estrada do Arraial, pelo meio da rua, que era fechada para os veículos nos dias de sexta e sábado. Hoje, está restrita ao Largo, que é bastante grande, embora as calçadas fiquem tomadas por vendedores ambulantes. O trânsito fica livre. (LINS, 2007, p. 91)

O mapa 12 ilustra o que Lins (2007) descreve em seu livro, *Mercados do Recife*, contudo, no relato do autor o ano a qual o evento acontece. Enquanto isso, por um lado, alguns relatos de feirantes antigos afirmam que a feira existia antes da construção do Mercado Público de Casa Amarela, por outro, comentários afirmam que ela surge anos após a construção do referido Mercado Público, que foi

inaugurado em 9 de novembro de 1930 e construído a partir da estrutura de ferro remanescente do Mercado da Caxangá (LINS, 2007).



Mapa 12 – Antigo local da Feira Livre de Casa Amarela
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014

Enquanto isso, outros feirantes entrevistados afirmam que a Feira Livre de Casa Amarela encontrava-se localizada ao longo da Rua Padre Lemos e que acontecia de quarta a sábado, antes da construção e transferência dos feirantes para o Pátio da Feira, no entanto os entrevistados não souberam informar exatamente o ano desse acontecimento. Nas imagens a seguir (figuras 21 e 22), datadas da década de 1980, podemos visualizar que a Feira Livre de Casa Amarela estava localizada no atual pátio. O que se observa, principalmente na imagem 22, segundo a perspectiva da fotografia, o Mercado Público ao fundo o que, em tese, comprova a permanência da feira na atual localidade.



Figura 21 – Feira Livre de Casa Amarela no atual pátio (11.01.1980) / Foto: Narciso Lins
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 22 – Feira Livre de Casa Amarela e ao fundo o Mercado de Casa Amarela (11.01.1980) /

Foto: Narciso Lins

Fonte: Museu da Cidade do Recife

No entanto, é a partir de 2001 que a Feira de Casa Amarela funciona de forma permanente⁴⁶ no pátio em questão (figuras 23, 24 e 25). Apesar de funcionar diariamente, nos momentos em que a feira em questão não funcionava diariamente, o espaço público servia de palco para as partidas de futebol dos garotos que residiam no bairro, conforme relata um funcionário da CSURB. O maior fluxo de feirantes e de fregueses acontece entre os dias de quinta a sábado. Muitas vezes as bancas são alugadas a outros feirantes para comercializarem de segunda a quarta. Atualmente, o ambiente da feira, apesar das dificuldades em infraestrutura, é considerado agradável para os agentes socioespaciais que fazem todos os dias a Feira Livre de Casa Amarela, os feirantes e os fregueses.

⁴⁶ De segunda a sábado.



Figura 23 – Vista parcial da Feira de Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 24 – Vista parcial da Feira de Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015



Figura 25 – **Vista parcial da Feira de Casa Amarela**
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015

Assim sendo, as reflexões expostas até aqui irão compor e fundamentar o que iremos tecer no próximo capítulo, que levam em consideração em que medida a gestão pública urbana está atuando no ambiente da Feira Livre de Casa Amarela.

CAPÍTULO IV |

GESTÃO PÚBLICA URBANA NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE



FONTE: ROGÉRIO CAVALCANTI, 2014

4. GESTÃO PÚBLICA URBANA NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA, RECIFE/PE

As cidades, como um imenso quebra-cabeça, têm suas peças articuladas e combinadas pelos diversos jogadores⁴⁷ segundo os seus interesses. No entanto, para que as peças possam ser encaixadas, de maneira a formar uma estrutura consolidada, o principal jogador, traduzido pelo poder público, produz, a partir do planejamento e da gestão urbanos, cidades desiguais e conflituosas. Em outras palavras, os instrumentos em questão, especialmente o planejamento urbano,

teria por missão criar as condições para uma sobrevivência do sistema a longo prazo – mesmo que, para isso, fosse necessário, algumas vezes, ir contra os interesses *imediatos* de alguns capitalistas ou mesmo de frações inteiras da classe capitalista. (SOUZA, 2008a, p. 27-28 – grifo do autor)

Na lógica inversa, o mesmo autor aponta que:

embora a lógica da ação do Estado, em uma sociedade capitalista, tenda a ser a da reprodução da ordem vigente, isso não precisa ser sempre uma verdade; [...]. Contradições e conflitos, se bem explorados, podem conduzir a situações bem diferentes de um simples reforço da dominação, perpetuamente renovando, por parte do Estado. (SOUZA, 2008a, p. 29 – grifo do autor)

A reflexão teórica apontada por Souza (2008a) demonstra que os instrumentos abordados até aqui apresentam duas possibilidades de utilização. Enquanto uma direciona suas ações aos interesses dos empreendimentos privados, com a finalidade de extrair ao máximo mais-valia, o outro foca o interesse público, que pautado na inclusão e na integração sócio-espacial de sua população. No entanto, na interpretação de alguns autores, a exemplo de Arantes (2012) a prática de utilização dos instrumentos em tela pela via oposta da dominação é quase irreal, visto que à medida que a cidade ganha destaque na economia globalizada é necessário inseri-la e torná-la atraente para o capital estrangeiro (ARANTES, 2012).

Para Harvey (2005), na obra *A produção capitalista do espaço*, a nova dinâmica e o novo protagonismo dos espaços urbanos moldados pela circulação e acumulação do capital, considera que o processo de urbanização seja focado num

⁴⁷ Setor Público (em diversos níveis de governo), empresas privadas (ligadas aos interesses de mercado), sociedade civil e movimentos sociais.

modelo inovador e empreendedor. Com isso, segundo o autor, o poder público teria a possibilidade de minimizar a péssima situação e assegurar melhores condições às populações por intermédio do processo de urbanização.

Ainda segundo Harvey (2005, p.165),

[...] parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico.

Assim sendo, procuramos ressaltar neste capítulo os aspectos gerais sobre a gestão urbana. Para tanto, na primeira parte, procuramos analisar a abordagem teórica e conceitual sobre gestão urbana com base numa pergunta bastante salutar, *gestão urbana para quem?* Em outras palavras, podemos traduzir a questão descrita como: *para quem a gestão urbana é direcionada?*

Um desafio que se coloca de imediato, ao nos motivarmos pela questão, é como podemos responder uma provocação deste calibre. Portanto, não é nossa intenção esgotar todo o arsenal teórico e conceitual a respeito da temática na tentativa de oferecer ao leitor uma resposta fechada, mas acreditamos que o intuito maior é provocá-lo a refletir sobre as formas e os processos que envolvem o planejamento urbano e, em espacial, a gestão urbana.

Dessa maneira, no segundo momento deste capítulo, utilizaremos o contexto teórico apresentado na primeira secção para adentrarmos sobre a gestão na feira livre de Casa Amarela. Com isso, apontaremos, a partir das entrevistas realizadas com os feirantes e com os responsáveis pelo gerenciamento dos mercados e das feiras livres no Recife. Isso nos permitirá elucidar em que medida a gestão pública urbana atua no território analisado.

Nesse sentido, a partir do exposto no segundo momento deste capítulo, analisamos a intervenção de reordenamento dos feirantes no entorno do Mercado Público de Casa Amarela, no período em que foi realizada (abril de 2013), e o que mudou, diante dos discursos dos feirantes, no período atual (dezembro de 2014).

4.1 GESTÃO PÚBLICA URBANA: PARÂMETRO CONCEITUAL

A gestão pública urbana, como um instrumento de atuação do poder público, nas principais cidades, pode ser entendida como o processo de regulação, intervenção e mediação, que se desenvolve nos espaços urbanos com múltiplas funcionalidades. Contudo, segundo Souza (2008a, p. 31), “[...] a gestão significa, a rigor, a administração dos recursos e problemas *aqui* e *agora*, operando, portanto, no curto e no médio prazo [...].”

Em outras palavras, cabe à gestão urbana regular as decisões projetadas pelos planejadores urbanos, em diferentes escalas. A esse respeito, Rattner (1978) faz uma crítica ao planejamento urbano e, conseqüentemente, aos planejadores, ao afirmar que esses elementos não devem simplesmente utilizar meios de embelezar ou projetar os ambientes urbanos, mas propor resoluções para os problemas de convívio social, isto é, o autor sugere uma apropriação coletiva dos espaços nas cidades. Entretanto, sabemos que decisões deste porte não são função ou responsabilidade exclusiva de um grupo de administradores ou de agências governamentais. Mas, formulado na teoria, a partir de relações dialéticas entre o poder público, movimentos sociais, empresas privadas e sociedade civil na condução de processos de gestão e planejamento urbanos.

Nesse contexto, o problema que se levanta, inevitavelmente, de tal discussão, é como a gestão urbana atua e para quem atua, à medida que as transformações, nos espaços urbanos, são (re)criadas e (re)forçadas, constantemente, por grupos de empresários. Neste sentido, Arantes (2012) assinala que

o “visual” de uma cidade, bem como a maneira pela qual ela se deixa por assim dizer manusear, seu aspecto “tátil”, podemos acrescentar, refletem decisões sobre o que, e quem, pode estar visível ou não, decisões em suma sobre ordem e desordem, o que acarreta algo como uma estetização do poder, da qual o desenho arquitetônico é um dos instrumentos mais aparatosos. (ARANTES, 2012, p. 33 – grifos da autora)

Este panorama é diagnosticado em muitos espaços urbanos brasileiros, onde o questionamento primordial é suscitado: *Gestão Urbana: para que(m)?* Esta provocação, em primeiro plano, nos sugere, por um lado, termos uma resposta na

ponta de nossas línguas: a atuação do poder público encaminha suas ações transformadoras nas cidades (inter)mediada pelo capital e, que por outro viés, faz-nos refletir em outra questão bastante ampla: *a cidade para que(m)?*

Dessa forma, o resultado desta lógica é a inserção das cidades nas políticas competitivas, que estabelecem visões concorrenciais em que a cidade é pensada a partir de três analogias: a cidade como uma mercadoria a ser vendida, a cidade pensada como uma empresa e a cidade como pátria (VAINER, 2012). Nesse sentido, a concepção de cidade criada por urbanistas que visam, sobretudo, a atrair investimentos para uma parte dos espaços urbanos com a finalidade de atender aos anseios de interesses individuais e não relacionada à (re)construção de um ideal de cidade coletiva.

A este respeito Harvey (2013) afirma que

O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substitui o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. (HARVEY, 2013, p. 32)

Com isso, Maricato (2012) afirma que

muitos urbanistas justificam esses investimentos pela chamada “teoria do bolo”: essas localizações teriam maior potencial de atrair, por efeito sinérgico, outros investimentos e novos empregos do que se esses investimentos fossem feitos na periferia onde não teriam o mesmo efeito reprodutor. (MARICATO, 2012, p. 159 – grifo da autora)

Dessa maneira, Castro (2013, p. 52) afirma que, “[...], se a cidade é uma criação da vontade humana, essa vontade só se concretiza quando corresponde à satisfação de necessidades materiais ou psicológicas, de caráter coletivo”. No entanto, o que observamos, como descrito nos parágrafos anteriores, as cidades, em especial as brasileiras, são construídas segundo um modelo que utiliza os interesses privados em detrimento aos interesses públicos na ideia de *modernização da cidade*, diferente do pensamento de uma cidade em que sua função social, no

que se refere ao seu pleno desenvolvimento urbano e a garantia do bem-estar de seus habitantes estabelecido pelo Estatuto da Cidade⁴⁸, seja planejada e executada.

Além disso, o próprio Estatuto da Cidade prevê medidas que evitem a execução de intervenções para atender aos interesses particulares ou a valorização fundiária que expulse a população de menor renda. Em linhas gerais, pode-se afirmar que tal fato garanta uma gestão democrática e participativa na cidade (SOMEKH, 2009).

A questão primordial neste processo é: quais as razões que têm direcionado as intervenções urbanas? Embora sejam citados vários motivos, entre os quais a apropriação indevida dos espaços públicos e o abandono/desocupação das edificações, para concretizar as ações de “melhorias”, fica evidente que a bola da vez, nos objetivos e nas estratégias, seja a preparação dos gramados para as operações especulativas dos negócios empresariais.

Desse modo, para entendermos o que estamos falando, Seixas (2014) interpreta a cidade de duas formas, a “cidade real” e a “cidade política”. Para ele, a cidade real é composta pelas casas, ruas, praças, atividades comerciais, manifestações culturais entre outros produtos da dinamicidade humana. Enquanto a ideia da cidade política esteja centrada no poder e na administração dos espaços urbanos.

Portanto, é nesta relação entre a “cidade real” e a “cidade política” que instrumentos de atuação do poder público não visualizam a pobreza existente na “cidade real”, enquanto realiza intervenções urbanas nas áreas voltadas para as classes de mais alta renda.

A crítica de Somekh (2009) traduz a polêmica das intervenções:

Para intervir na cidade, é importante entendê-la como o espaço que é produzido, bem como o papel do Estado como articulador especial dos agentes que produzem a cidade. A ação do Estado pode ser

⁴⁸ Lei 10.257/01, que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Cap. I, art. 1º, par. Único). Dessa forma, o Estatuto da Cidade no artigo 2º.I, estabelece diretrizes gerais para o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e, especialmente, da cidade, como: “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

sintetizada mediante a obtenção de recursos, formulação de normas, leis e planos para investi-los. Além disso, para efetivar sua ação de investimentos na articulação de agentes, a questão da gestão urbana assume um papel central (SOMEKH, 2009, p. 24)

Em síntese, seria possível dizer que as cidades brasileiras não apresentam planejamento e gestão urbanos? Ou podemos afirmar que o planejamento e a gestão urbanos existem, mas direcionados e elaborados para e pelo poder econômico local (grandes incorporações ou consórcios imobiliários)?

Tais questões não são simples de serem respondidas. Mas, como o geógrafo Marcelo Lopes descreve de forma clara que,

É óbvio que propostas específicas e experiências concretas de planejamento e gestão urbanos jamais são “neutras”. A sociedade não é uma massa homogênea e indiferenciada, e sociedades capitalistas, mais especificamente, se apresentam divididas em classes (que se diferenciam em função do lugar que ocupam na esfera da produção), cujas relações são, em parte, contraditórias e de antagonismo estrutural. Além do mais, grupos sociais diversos muito variadas, como modo de vida, etnia etc. complementam o panorama complexo e cheio de linhas de tensão e conflitos latentes e manifestos que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas. Diante disso, intervenções de planejamento e mecanismos de gestão, sejam protagonizados pelo Estado ou por agentes da sociedade civil, precisam ser entendidos à luz de uma teia de relações em que a existência de conflitos de interesse e de ganhadores e perdedores, dominantes e dominados, é um ingrediente sempre presente. (SOUZA, 2008a, p.83 – grifo do autor).

Nesse âmbito, Campos (1995) aponta que o discurso de planejamento urbano, propagado no Brasil desde a década de 1970 é composto por instruções na criação de espaço participativos para a população na gestão e nos processos de intervenção na cidade. Com isso, o diálogo real com a população a respeito dos processos de intervenção é absolutamente simbólico.

A compreensão destes fatores que condicionam as intervenções de planejamento e os mecanismos de gestão, como aponta Souza (2008a), fazem parte, por sua vez, das ênfases e das abordagens dadas a eixos temático relacionadas às linhas de pesquisas que enfatizam o planejamento e à gestão urbana. Nesse sentido, os estudos visam compreender e analisar, de maneira geral, os desafios referentes à questão da moradia, da mobilidade urbana e, em especial, o direito à cidade, ao propor, em muitos casos, alternativas para minimizar os impactos nos processos de (re)produção dos espaços urbanos brasileiros. Portanto,

perguntas como: A cidade para que(m)? Quem ganha com as intervenções urbanas? Revelam os tecidos urbanos um vasto laboratório para o estabelecimento de análises sob as experiências dos “alquimistas urbanos”⁴⁹ (figura 26).



Figura 26 – Vista parcial da contradição urbana na cidade do Recife/ PE

Fonte: Eric Gomes

http://brasil.elpais.com/m/brasil/2014/06/29/album/1404006739_589224.html#1404006739_589224_1404006800 <acessado em 30 de junho de 2014>

Em sua acepção, Souza (2008b) direciona a reflexão com base nas formas de planejamento urbano que, de modo geral, consideradas como estratégicas. No entanto, para que a atuação deste modelo seja caracterizada como estratégico⁵⁰ é necessária, a aplicabilidade de três expressões *quando*, *como* e *onde* e quais os atores serão beneficiados a partir das tomadas de decisões.

⁴⁹ Alusão aos alquimistas que utilizavam, no período medieval, noções de química, física, astrologia, medicina, religião etc. em busca da Pedra Filosofal para transformarem objetos em ouros. Nesse sentido, quando denominados “alquimistas urbanos”, nos referimos aos indivíduos e às empresas que buscam por meio das intervenções urbanas (a Pedra Filosofal) ampliarem a lucratividade (transformar os objetos em ouro) nos espaços urbanos.

⁵⁰ Segundo Vainer (2012), este modelo de planejamento urbano visa submeter as cidades as mesmas condições e desafios de uma empresa.

Desse modo,

[...], entende-se que os projetos urbanos na cidade contemporânea para serem efetivados devem se valer não só dos instrumentos do Estatuto da Cidade, mas principalmente de uma gestão urbana que permita a construção coletiva do espaço urbano por meio da mobilização dos agentes econômicos sociais. (SOMEKH, 2009, p. 40)

Nessa conjuntura, temos a ideia de governança local, que segundo Borges (2006) é interpretada como:

[...] relações estabelecidas entre os representantes do setor público (em seus diversos níveis de governo), representantes do setor privado (ligados aos interesses de mercado) e grupos organizados da sociedade, na condução do planejamento e gestão urbana. (BORGES, 2006, p. 18)

Contudo, o estabelecimento da interação dos sujeitos descritos pela autora, por sua vez, não é consensual, pois os múltiplos interesses, como relatamos anteriormente, se sobrepõem aos ideais de (re)construir uma cidade para as pessoas. O que visualizamos, nos moldes da gestão urbana dita “participativa”, é a função do Estado atribuída e pautada em implementação de políticas consideradas eficazes por intermédio das trocas sinérgicas com o setor privado, já que:

Este padrão de governança se faz presente, em formas diversas concessões de serviços públicos, nas já conhecidas práticas de privatizações, sendo também frequentes em parcerias financeiras para construção de projetos e equipamentos urbanos. A interpenetração entre o público e o privado se estabelece sem a presença reguladora do Estado, através de “*bénéfices*” de isenções fiscais, da “*usura*” do patrimônio público, do marketing, e da apropriação de espaços da cidade. (LEAL, 2012, p.64 – grifos da autora)

A respeito da condição participativa, nas formas de gestão urbana, Guillerme e Bourdet (1976) apontam que participar de algo com objetivos e alicerces definidos limita o indivíduo a prestar qualquer contribuição sobre os parâmetros em debate. Em outras palavras, no processo descrito, os participantes ficam limitados a executar as diretrizes formuladas pelos reais participantes/formuladores das normas que a gestão urbana será submetida. Por este pondo de vista, os espaços urbanos passam a configurar novas funções decorrentes, sobretudo, dos reflexos das ações promovidas pelo poder público e pelos agentes atuantes no processo de gestão.

Afinal, a atuação do poder público, no processo de planejamento e gestão urbanos, sob os aspectos socioeconômicos e políticos do processo de urbanização em escala mundial, e local, está associada à clara integração competitiva das cidades na economia global, ao consolidar e priorizar a inserção das empresas nesses ambientes. Nesse sentido, o papel enquanto interventor e regulador sobre as cidades brasileiras remota no século XX, quando a promoção de políticas de integração nacional, com ênfase nas correções das disparidades inter-regionais são contempladas.

Acerca disso, Façanha (2007) acentua que

A década de 1990, do século XX, e o início do século XXI foram marcados, no Brasil, por profundas transformações nas esferas da economia e da política. Entre as inúmeras delas, pode ser mencionada a intensificação do processo de globalização, que interferiu sobremaneira na orientação das políticas urbanas e planejamentos para as cidades brasileiras. Houve, nesse período, uma retração dessas políticas voltadas para uma gestão pública, democrática e descentralizada. (FAÇANHA, 2007, p.199)

Dessa maneira, o Brasil, nos últimos anos, viveu um processo socioeconômico e político de urbanização acelerado e marcado por inúmeras desigualdades. Desigualdades urbanas, como bem sabemos, que rodam sobre os aspectos habitacionais, espaços públicos, mobilidade, entre outros. É nessa ótica, porém, que compreendemos como os processos de globalização, a partir das receitas neoliberais, conduziram as maneiras de pensar o planejamento e a gestão urbana.

No caso da cidade do Recife/PE, sobre os mecanismos de planejamento e gestão urbanos, segundo o Plano Diretor, nos últimos 50 anos, a cidade acumulou uma rica experiência de planejamento e gestão, com ênfase na normatização de planos e de legislações referente à ocupação e ao uso do solo. No entanto, verifica-se, por um lado, uma multiplicação de desigualdades urbanas refletidas por muros segregadores.

Na visão de Lefebvre (2008),

O Estado e a Empresa, [...], se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la, como tal. O Estado age sobretudo por cima e a Empresa por baixo (assegurando a habitação e a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma

“sociedade”, assegurando também os lazeres, e mesmo a cultura e a “promoção social”). O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação. (LEFEBVRE, 2008, p. 98-99 – grifos do autor)

Assim, as formas de (re)pensar as questões urbanas, por intermédio dos modos de atuação das políticas de planejamento e, sobretudo, pela gestão urbana, possibilita visualizar as cidades por novos ângulos. Nesse sentido, as partes das cidades aparentemente esquecidas ou, fazendo alusão à obra de Ítalo Calvino, cidades invisíveis, como no caso das feiras livres, que expressam uma das inúmeras maneiras de apropriação dos espaços públicos da cidade.

Dadas as características teóricas-conceituais, iremos nos debruçar sobre a Feira Livre de Casa Amarela, analisando em que medida e como ocorre a gestão pública urbana nesse ambiente. Contudo, é imprescindível alertar o leitor que as visões tratadas aqui partem da análise das falas dos sujeitos envolvidos no processo, feirantes e gestores públicos.

4.2 A GESTÃO PÚBLICA URBANA NA FEIRA DE CASA AMARELA

O ideal seria que os feirantes de hoje tivessem uma senhora estrutura para vender seus produtos a todos (Julio Bernardo, 2014)

Pensar na gestão pública urbana para a Feira Livre de Casa Amarela nos faz refletir na sua condição de espaço público. Assim, utilizaremos a linha de raciocínio de Gomes (2010, p. 162) para descrever o espaço público como: “[...], o lugar, praça, rua, *shopping*, praia, qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa”.

Para Campos (1995),

Por espaço público, entende-se aqui todo tipo de espaço intermediário entre os edifícios em áreas urbanas, onde o acesso é em geral permitido ao público, podendo estar agrupado como abertos ou fechados: os primeiros, compõem a própria trama viária e o sistema de áreas abertas, verdes ou não; os segundos, representam os edifícios institucionais de uso predominantemente público ou comunitário. (CAMPOS, 1995, p. 12)

Albernaz (2007) aponta duas dimensões sobre o espaço público, considerando que:

Na dimensão jurídica [...]. Ele é visto como o local de domínio público, portanto, patrimônio da coletividade, em regime de uso comum do povo, pelo seu irrestrito acesso à população. Os bens de uso comum do povo abrangem as vias, os largos, as praças, as praias e os parques reconhecidos oficialmente pelo poder público, objeto dos seus cuidados e da sua responsabilidade, na conservação, na manutenção e na prestação de serviços urbanos. [...] na dimensão urbanística e técnica [...]. [...], o espaço público é aquele que organiza a malha urbana, que permite a mobilidade para circulação, permanência e lazer da população, e que coincide com a localização e distribuição de instalações e equipamentos de apoio aos serviços urbanos. (ALBERNAZ, 2007, p.43)

Ainda segundo a autora, no contexto das cidades, cada vez mais mergulhadas no processo de globalização, os espaços públicos são considerados territórios de embates entre: “carros x pedestre, estacionamentos x espaços livres, mobiliário urbano x pedestres, painéis publicitários x perspectivas panorâmicas [...]” (ALBERNAZ, 2007, p. 42). Dessa maneira, podemos identificar um claro conflito

entre a teoria apontada pelo autor e a prática visualizada nas áreas urbanas, já que o espaço público tem sido tratado, em muitos casos, como simples locais, isto é, como elementos urbanos não expressivos que sobram entre ruas e avenidas.

Conforme Andrade (2007),

Há, porém, um conflito entre a teorização e a realidade, pois considerar o espaço pela ausência de obstáculos ao acesso e à participação nele mesmo é uma condição difícil de ser visualizar no contexto atual, especialmente em face da violência e medo enfrentados pelos habitantes da grande cidade. (ANDRADE, 2007, p. 20)

Nesse sentido, assim como qualquer espaço público, as feiras livres apresentam grandes desafios ao serem analisadas sob os aspectos do planejamento e gestão urbanos. Dessa forma, o que de fato objetivamos com tal discussão? Buscamos, a partir dos aspectos teóricos até aqui apresentados, demarcar o campo que envolve a problemática da presente dissertação ao elucidar em que medida acontece a gestão pública urbana na feira livre de Casa Amarela.

A partir das entrevistas realizadas com a gestão pública urbana, representada pela Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB), e com os feirantes (ao todo 11 entrevistas), realizamos uma análise da maneira como o órgão municipal atua no território em questão. Nesse ambiente, inserimos os pontos de vista dos feirantes sobre a atuação da gestão pública urbana e do órgão municipal sobre as formas de fiscalização na Feira Livre de Casa Amarela.

A fiscalização da feira livre em questão é de responsabilidade do gerente de área, no entanto, em todos os momentos de nossa atuação em campo, o responsável em destaque não foi visualizado. Um dos feirantes entrevistados no local reitera essa perspectiva ao destacar que:

a PCR não faz nenhum tipo de fiscalização na parte interna da feira. Em alguns momentos, que são bastante raros, um fiscal passa na feira para observar se os caminhos estão ocupados por mercadorias ou qualquer material dos feirantes. Caso o fiscal encontre alguma irregularidade, ele solicita que o feirante retire o material e faça a desobstrução do espaço utilizado pela mobilidade interna.

Em breve avaliação, a falta de fiscalização da feira é observada em outros itens levantados pelos feirantes como básicos para os que utilizam este ambiente, a

exemplo da higienização, infraestrutura, organização, manutenção dos bancos de feira, entre outros.

Nesse sentido, a respeito da higienização do pátio da Feira de Casa Amarela, segundo relatou a CSURB, ocorre de forma regular, na qual os feirantes, mediante acordo, são responsáveis por não poluir o ambiente e a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB) cuidar do recolhimento da sujeira no pátio duas vezes ao dia. Contudo, o próprio entrevistado reconhece que atualmente são recolhidos os materiais descartados pelos feirantes e fregueses uma vez ao dia e relata que, muitas vezes, a sujeira não é feita pelos feirantes e, sim, pelos fregueses. Sobre este último aspecto, observamos que a PCR tem um pouco de culpa por não disponibilizar dentro do pátio lixeiras para o descarte correto do lixo pelos fregueses. No mesmo ambiente, é realizado, uma lavagem do pátio 4 vezes ao ano, onde os feirantes que necessitam descartar algum material deixam no pátio – isso significa para os agentes da CSURB que o material deverá ir ao lixo, pois o proprietário não irá utilizá-lo – enquanto os materiais que irão ser utilizados pelos feirantes são recolhidos e colocados na calçada, conforme visualizamos na figura 27 registrada em 1982.



Figura 27 – Lavatório do Pátio da Feira de Casa Amarela (16.12.1982)

Fonte: Museu da Cidade do Recife

Nota: É possível perceber na imagem, mesmo não apresentando uma excelente qualidade, que os materiais deixados pelos feirantes no pátio não serão mais utilizados por eles.

No entanto, alguns feirantes enfatizaram em seus relatos que a limpeza do pátio, inclusive sua lavagem, acontece uma vez por semana – sempre às terças-feiras no horário da tarde, por volta das 15h30, quando a feira está em pleno funcionamento. Nos dias em que a EMLURB não realiza, os feirantes fazem constantemente todo o recolhimento da sujeira produzida pela limpeza dos hortifrútis e os colocam no Ecoponto – container de lixo colocado pela PCR na parte final da feira (figuras 28 e 29)



Figura 28 – Limpeza dos restos dos hortifrúteis descartados pelos feirantes de Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 29 – Ecoponto disponibilizado pela PCR na Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

De acordo com a CSURB, a infraestrutura oferecida pelos feirantes é composta por sanitários, fornecimento de água e energia elétrica sem custo aos feirantes. Contudo, segundo os feirantes entrevistados, os sanitários construídos em 1982 (figura 30) e disponibilizados pela PCR aos feirantes e aos fregueses estão em péssimas condições de higiene e de utilização (figuras 31, 32, 33 e 34), fazendo com que as pessoas que necessitem utilizar esse equipamento se desloquem para o Mercado Público ou ao mercado da COBAL.



Figura 30 – Construção dos sanitários no Pátio da Feira Livre de Casa Amarela (1982)
Fonte: Museu da Cidade do Recife



Figura 31 – Condições de infraestrutura do sanitário masculino da Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 32 – Condições de infraestrutura do sanitário masculino da Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 33 – Condições de infraestrutura elétrica da Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 34 – Condições dos sanitários masculino da Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Sobre a energia elétrica, os feirantes relataram que pagam uma quantia mensal à Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) pelo fornecimento do serviço. A quantia varia de acordo com a quantidade de bancas que o feirante tem, todavia, observamos várias ligações das barracas de lanches instaladas na parte externa do pátio da feira (figura 35).



Figura 35 – Barracas de lanches instaladas na parte externa do pátio da Feira Livre Casa Amarela

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Por sua vez, a respeito da manutenção das bancas de feiras, a CSURB alega que os feirantes são responsáveis por essa prática e que o órgão municipal não cobra nenhuma taxa sobre elas. Dessa forma, os feirantes normalmente alugam as bancas pelo valor de R\$ 7,00/semana⁵¹, enquanto uma pequena parcela detém a propriedade de seus bancos. Além disso, o que a CSURB salienta é a padronização das lonas plásticas de proteção contra os raios solares, que devem ser em uma coloração única, normalmente azul⁵², e deve estar instalada em uma altura mínima para facilitar a mobilidade dos fregueses.

A propósito, as lonas plásticas são consideradas um dos principais problemas entre a CSURB e os feirantes. Quanto a isso, o órgão municipal alega que os feirantes colocam os materiais de coloração distinta da combinada, amarela ou preta, e pela colocação de lonas que cobrem todo o pátio da feira com a finalidade de proteger os hortifrúteis e as pessoas dos raios solares, o que descaracteriza o padrão estético da feira (figuras 36 e 37).

⁵¹ Valor cobrado anteriormente, conforme Nóbrega (2002) e os próprios feirantes, pelos locatários das bancas era de R\$5,00/semana.

⁵² Ao serem questionados, os entrevistados não sabem os motivos para a utilização da cor azul para as lonas plásticas.



Figura 36 – Vista parcial das lonas plásticas colocadas sobre as bancas de feira para proteger os hortifrúteis e as pessoas dos raios solares no pátio da Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 37 – Vista parcial das lonas plásticas colocadas sobre as bancas de feira para proteger os hortifrúteis e as pessoas dos raios solares no pátio da Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Porém, ações visando a minimização deste tipo de problema entre a CSUR e os feirantes poderiam ser (re)pensadas e trazidos outros modelos aplicados em algumas feiras livres, localizadas na Região Nordeste, a exemplo da instalação da Feira Livre de Pium, Parnamirim, RN (figuras 38 e 39). Em conversa com os feirantes de Parnamirim/RN, a estrutura foi montada, em meados de 2012, pela prefeitura, que a pedido dos feirantes montou uma estrutura especialmente para minimizar a insolação nos hortifrúteis, dos feirantes e dos fregueses.



Figura 38 – Vista frontal da estrutura sobre as bancas de feira para proteger os hortifrúteis e as pessoas dos raios solares no pátio da Feira Livre de Pium/RN

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 39 – Vista parcial da estrutura sobre as bancas de feira para proteger os hortifrúteis e as pessoas dos raios solares no pátio da Feira Livre de Pium/RN

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Luz (2013), em estudo recente sobre biomimetismo⁵³ e o desenho urbano na Feira Livre de Casa Amarela, demonstra que as elevadas temperaturas do ambiente estão associadas, entre outros fatores⁵⁴, à cobertura das bancas em lona plástica de polietileno PVC nas cores azul ou preta. Isso significa que a gestão pública urbana poderia pensar em medidas corretivas para minimizar os impactos decorrentes das elevadas temperaturas tanto para os produtos expostos, quanto para os feirantes e os fregueses que utilizam o ambiente da Feira de Casa Amarela.

Outra característica marcante nas feiras livres do Recife está presente nas tradicionais bancas de feiras, que normalmente são compostas por um tablado de madeira e uma armação de ferro, muitas vezes em péssimas condições de utilização (figuras 40 e 41). Apesar das bancas serem “simples” e não apresentarem alguns “acessórios” como gavetas, suporte para colocação dos caixotes ou qualquer material que seja utilizado pelos feirantes, percebe-se que os feirantes não reclamam ou se posicionam em busca de melhorias nas bancas por eles utilizadas.

⁵³ Segundo Luz (2013, p. 12), biomimetismo consiste em “compreender e aplicar os princípios biológicos no design humano”

⁵⁴ “[...]; revestimento do piso em pedra paralelepípedos escuros; posição do pátio da feira atrás da edificação do mercado, o qual é uma barreira para o vento de direção Sudeste, predominante na área; cobertura asfáltica nas vias do entorno; arborização escassa.” (LUZ, 2013, p. 45)



Figura 40 – Vista parcial da estrutura de uma banca de feira, Casa Amarela, Recife/PE
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 41 – Vista parcial da estrutura de uma banca de feira, Casa Amarela, Recife/PE
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Se por um lado, as feiras livres no Recife, particularmente a Feira de Casa Amarela, utilizam bancas que não ofereçam condições mínimas para o trabalho dos feirantes. Por outro, nota-se, na Feira Livre de Pium/RN, uma estrutura toda em madeira e voltada para atender, de forma geral, as necessidades básicas dos feirantes locais, inclusive com locais para armazenar os produtos estocados e gavetas para guardar os objetos pessoais e o dinheiro arrecadado pelas vendas dos produtos (figuras 42 e 43)



Figura 42 – Vista parcial da estrutura de uma banca de feira, Pium, Parnamirim/RN

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



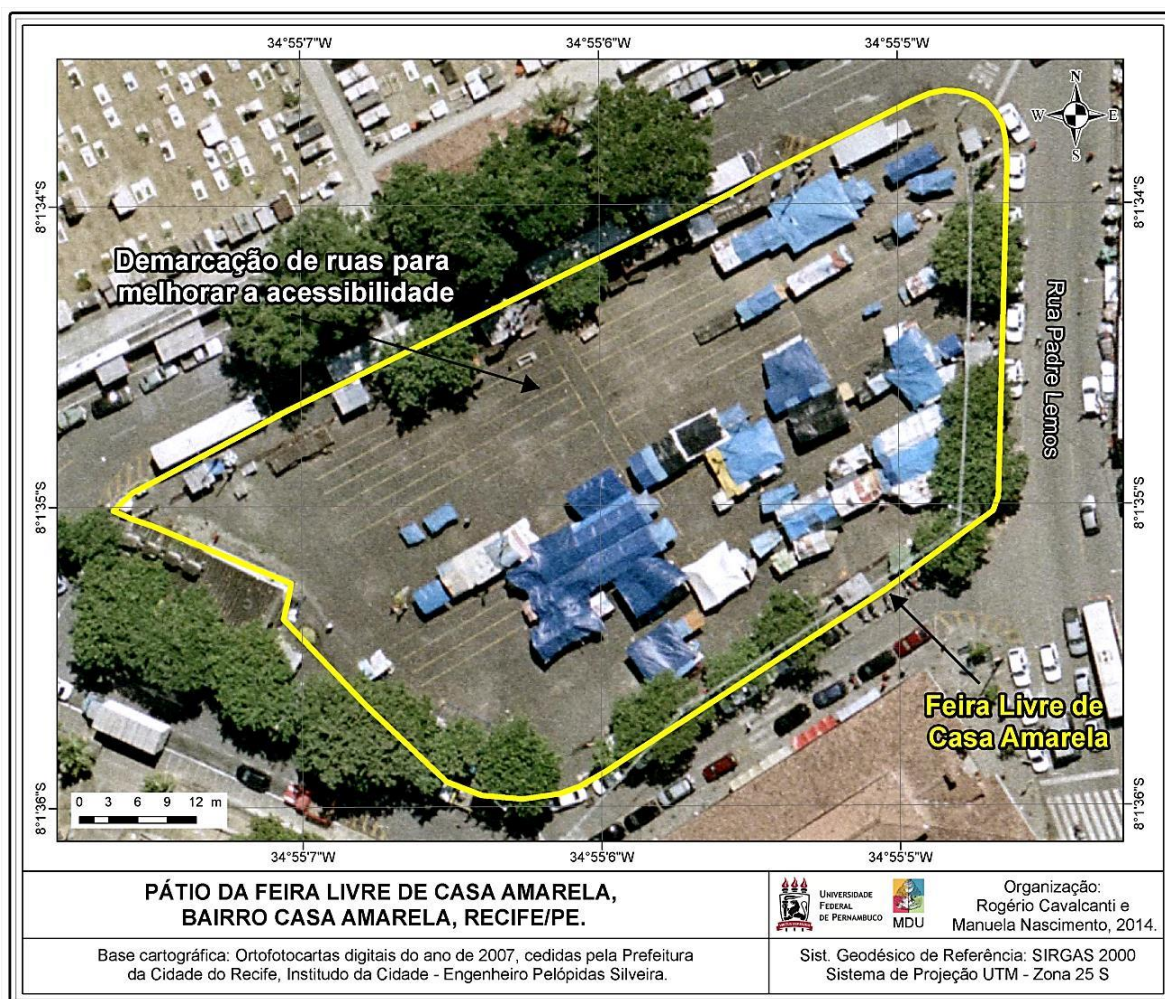
Figura 43 – Vista parcial da estrutura de uma banca de feira, Pium, Parnamirim/RN
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Ao passo que, na Feira Livre de Casa Amarela as mercadorias, muitas vezes, são armazenadas em outras bancas de feiras. Em outras palavras, os feirantes, por falta de espaços adequados para estocar suas mercadorias, as colocam-nas em outras bancas que são alugadas com o propósito de servirem “depósito” (figura 44).



Figura 44 – Vista parcial do armazenamento das mercadorias dos feirantes em Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015

Além disso, a organização interna do pátio da feira como a distância entre as bancas, devido às questões de mobilidade e acessibilidade, é relatado como outro problema para a CSURB. Podemos visualizar, no mapa 13, as demarcações das chamadas ruas para melhorar a acessibilidade no pátio. Nesse sentido, todos os materiais e as bancas, fora da delimitação (figuras 45 e 46) realizada pelo órgão municipal, podem ser recolhidos pelo fiscal.



Mapa 13 – Demarcação das ruas na área interna do Pátio da Feira de Casa Amarela, Bairro de Casa Amarela, Recife/PE

Organização: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014



Figura 45 – Vista da faixa de demarcação das bancas na Feira Livre de Casa Amarela

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015



Figura 46 – Vista parcial da faixa de demarcação das bancas na Feira Livre de Casa Amarela

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015

Em contrapartida, outros problemas foram constatados e, aparentemente, não são percebidos pelos agentes que fiscalizam o espaço da feira. A esse respeito temos as grades de proteção que estão danificadas e corroídas, a vegetação elevada e bastante sujeira na área interna da Feira de Casa Amarela (figuras 47, 48 e 49).



Figura 47 – Corrosão da grade de proteção no pátio da Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014



Figura 48 – Vista parcial da grade de proteção danificada no Pátio da Feira Livre Casa Amarela
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015



Figura 49 – **Vegetação e sujeira no Pátio da Feira Livre Casa Amarela**

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2014

Com todos os problemas vistos nas constantes visitas à Feira de Casa Amarela, de acordo com o Gestor Municipal de Mercados e Feiras Livres da CSURB, existem ações que estão previstas para a localidade. Entre elas estão, segundo a CSURB, a instalação de uma cobertura que está em fase de análise. Dessa forma, o ambiente da feira não teria problemas com a insolação e a chuva, o que evitaria intempéries nos produtos expostos pelos feirantes, bem como a proteção dos feirantes e dos fregueses aos elementos climáticos destacados.

Além disso, a CSURB prevê a retirada do local (figura 50) onde atualmente são comercializados animais para consumo. A justificativa para a ação descrita é a utilização do ambiente como local de abate dos animais comercializados, conforme o entrevistado, não apresenta nenhuma condição de higiene para a realização do procedimento de corte de animais. A propósito, o Gestor informou (em forma de preocupação) que muitas vezes orientou os comerciantes a não realizar o abate no local para que a Vigilância Sanitária não interditasse o local e prejudicasse a fonte de renda dos comerciantes.



Figura 50 – Vista parcial do local da venda de animais no Pátio da Feira Livre Casa Amarela
 Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015

Outra intervenção estudada pelo órgão municipal é a construção de uma praça de alimentação para abrigar os quiosques, que foram retirados da Rua Padre Lemos, em uma ação realizada em 2013, e que hoje estão localizados na COBAL⁵⁵, pois os donos dos respectivos estabelecimentos reclamam que o horário de fechamento do espaço público é considerado cedo pelos frequentadores. No entanto, segundo o entrevistado, essa ideia está em fase embrionária e não apresenta nenhum projeto para a sua realização.

Questionados sobre as futuras melhorias propostas pela CSURB, os feirantes argumentaram que desde gestões passadas (não sabem ao certo em qual) que uma cobertura é prometida aos feirantes. Dessa forma, os próprios feirantes estão desacreditados de que essa melhoria saia do papel. E que não tinham conhecimento algum sobre qualquer outra melhoria proposta pela CSURB na localidade.

⁵⁵ Os entrevistados desconhecem o significado da palavra em questão, mas ao realizarmos algumas pesquisas encontramos como “Companhia Brasileira de Alimentos”, Empresa Pública Federal criada em 1962 pela atual Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A respeito da questão participativa dos feirantes de Casa Amarela, quando acontece alguma intervenção da CSURB na área, os entrevistados do órgão público destacaram que os feirantes são ouvidos e avisados por intermédio de comunicados ou reuniões com informações sobre quando, onde e como a ação ou as ações serão realizadas no pátio da feira. Nesse sentido, argumentam que ocorre a participação ativa dos feirantes, sobretudo em ações a médio e a longo prazos com emissão de opiniões sobre como a ação acontecerá.

A propósito, Rolnik (2003) afirma que:

As instâncias e formas de participação popular no planejamento da cidade são instrumentos que agem nesse sentido, abrindo espaços reais de interlocução, para que os setores populares possam efetivamente interferir na construção de um projeto de cidade. (ROLNIK, 2003, p. 8)

Somando-se a isto, Leal (2003) contextualiza que:

As novas tendências têm apontado para uma forma de intervenção estatal de caráter descentralizante, onde os processos de planejamento urbano de cunho participativo tornam-se uma importante alternativa aos modelos tradicionais através da presença do poder local. Essas práticas têm se constituído em um elemento contrabalanceador das tendências corporativas e de cunho clientelista existentes nos modelos tradicionais de representação política. Os modelos de gestão participativos são hoje instrumentos de aperfeiçoamento democrático, complementando, de certa forma, o sistema de representação política. (LEAL, 2003, p. 25)

Conforme as autoras, a participação popular nas intervenções do poder público é fundamental para que os modelos de planejamento e de gestão urbanos sejam instrumentos de construção de espaços urbanos para as pessoas e pelas pessoas e, com isso, tornem-se locais de encontro social. Nesse âmbito, Costa (2004) afirma que:

Afinal, pensar, projetar ou gerenciar espaços, com participação social, deve ser buscado em função das condições da sociedade, das suas necessidades e desejo. (COSTA, 2004, p. 21)

Entretanto, no caso dos feirantes, a participação nas ações provenientes da CSURB no ambiente é limitada, segundo os feirantes. Em outras palavras, todos os feirantes entrevistados foram unânimes em destacar que o órgão municipal não os ouve. O depoimento registrado pelo feirante entrevistado constata a forma de participação dos agentes socioespaciais nas ações da CSURB no pátio da feira:

Simplemente eles avisam sobre uma determinada ação no dia anterior ou momentos antes em que ela irá acontecer. Quando o assunto é importante para nós [feirantes], a CSURB realiza uma reunião informativa, mas sem a nossa participação direta.

E ainda completa:

Normalmente nós só somos ouvidos quando paramos o trânsito ali [Rua Padre Lemos], aí eles nos ouvem.

As figuras (51, 52 e 53) a seguir retratam três reportagens que exibem algumas manifestações realizadas pelos feirantes e pelos ambulantes retirados do entorno do Mercado Público de Casa Amarela, o que confirma o relato descrito pelo feirante sobre o órgão municipal escutá-los.

FOLHApe.com.br

TUDO O QUE ACONTECE.

FBV DeVry Brasil

NÚCLEO DE ENGENHARIA COM NOVOS CURSOS: MECÂNICA E PETRÓLEO

VESTIBULAR 26/JULHO PROUNI | FIES

POLÍTICA ECONOMIA ESPORTES COTIDIANO CULTURA TECNOLOGIA GERAL

SITE E BLOGS RADIO FOLHA

Recife, 7 de Julho de 2014

COTIDIANO

CAPA | POLÍCIA | INTERIOR | SAÚDE | EDUCAÇÃO |

Ambulantes que trabalham no entorno do Mercado de Casa Amarela realizam protesto

Trânsito na Avenida Norte ficou travado. Eles bloquearam pista com pneus e entulhos

04/04/2014 09:01 - Henrique Ferreira, com informações de Felipe Baptista, da Folha de Pernambuco

A- A- A+

Feipe Baptista/Folha de Pernambuco

Comerciantes que atuam no entorno do Mercado de Casa Amarela realizaram, na manhã desta sexta-feira (04), mais uma manifestação contra a determinação da Prefeitura que vai retirá-los do local de trabalho. O grupo com cerca de 50 pessoas ateou fogo em pneus, entulhos e pedaços de madeira, e bloqueou por cerca de uma hora um trecho da Avenida Norte, na altura do Vasco da Gama, na saída da rua Padre Lemos.

O ato só chegou ao fim depois que o chefe de gabinete da prefeitura, Paulo Roberto, negociou com os manifestantes. Ele propôs uma reunião às 10h, na sede da PCR, para que possam discutir as reivindicações dos ambulantes. O trânsito na via ficou travado, em ambas as faixas. A polícia militar e a CTTU acompanharam o protesto que foi considerado pacífico. O Corpo de Bombeiros (CB) também foi enviado para apagar o incêndio provocado pela queima dos entulhos.

Manifestantes fecharam duas vias da avenida

EDIÇÃO DIGITAL

Colunas

FOLHA DA CIDADE
Política e sujeira, ontem e sempre

ERA UMA VEZ
Quando o amor se transforma em bom dia

PREVISÃO DO TEMPO

Meteo Norte
04/Jul, TERÇA-FEIRA

MAX 29º 17º MIN

Nublado e parcialmente nublado com chuva em toda a região no período da noite.

Figura 51 – Reportagem sobre a manifestação realizada pelos feirantes de Casa Amarela

Fonte: Folha de Pernambuco <

<http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohlape/pt/cotidiano/noticias/args/2014/04/0052.html>>

Acessado em 04 de abril de 2014

FOLHApe
TUDO O QUE ACONTECE .com.br

FBV | DeVry
Brasil

NÚCLEO DE ENGENHARIA
 COM NOVOS CURSOS:
MECÂNICA E PETRÓLEO

VESTIBULAR
26/JULHO
PROUNI | FIES

POLÍTICA ECONOMIA ESPORTES COTIDIANO CULTURA TECNOLOGIA GERAL

 SITE E BLOGS RADIO FOLHA

Recife, 7 de Julho de 2014

COTIDIANO
 CAPA | POLÍCIA | INTERIOR | SAÚDE | EDUCAÇÃO |

Ambulantes do entorno do Mercado de Casa Amarela realizam manifestação
Comerciantes terão que deixar local até o próximo dia dez

07/07/2014 13:19 - Katherine Martz, da Folha de Pernambuco



Uedson Nobre/Folha de Pernambuco

Cerca de 50 manifestantes participaram de um protesto contra a retirada dos comerciantes informais que trabalham no entorno do mercado público de Casa Amarela, na manhã desta sexta-feira (07). Os ambulantes tiveram notificações dadas por fiscais da prefeitura informando que no próximo dia dez, todos que trabalhassem no entorno da feira seriam retirados.

"É uma situação delicada" disse o presidente da Câmara do Recife, vereador Vicente André Gomes, ele comentou ter marcado uma reunião, para que 20 representantes dos ambulantes retirados pudessem junto a prefeitura, viabilizar uma solução para o caso. "Não sou a favor da calçada cheia de barracas. Sei que esses ambulantes causam problemas, mas as pessoas precisam de um lugar pra trabalhar", disse o comerciante Abel Raimundo, de 72 anos, e que há 10 anos faz suas compras na feira.

EDIÇÃO DIGITAL

Colunas


 FOLHA DA CIDADE
 Política e sujeira, ontem e sempre


 ERA UMA VEZ
 Quando o amor se transforma em bom dia

PREVISÃO DO TEMPO



Recife
 Fernando de Noronha
 08/Jul, TERÇA-FEIRA
 MAX 30° MIN 23°
 Nublado e parcialmente nublado com chuvas de chuva em toda a região no período da noite com intensidade fraca.

Figura 52 – Reportagem sobre a manifestação realizada pelos feirantes de Casa Amarela

Fonte: Folha de Pernambuco <

<http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/noticias/args/2014/01/0647.html>>

Acessado em 07 de fevereiro de 2013

jornal do commercio buscar Edição Digital 

NE10 TV Jornal Rádio Jornal JC Imagem ACESSO

cidades **esportes** **cultura** **economia** **política** **mundo**

suplementos

E-books | Imagens | Charges | Capa do dia | TV JC | Colunas | Assine o JC | Comercial JC | Especiais | Voz do leitor

cidades ciência/m.ambiente educação geral polícia regional saúde colunas

home > cidades > geral Tamanho do texto: A- A+

PROTESTO

Ambulantes ocupam sede da Csurb

Eles querem discutir com representantes da Prefeitura do Recife sobre reordenamento

Publicado em 01/08/2013, às 12h31

 0  25  0 

Do JC Online



Foto: GugaMatos/JC Imagem

Cerca de 50 ambulantes ocuparam no final da manhã desta quinta-feira (01) a sede da Companhia de Serviços Urbanos do Recife (Csurb), no bairro de São José, no Centro. Eles pedem uma reunião com representantes da prefeitura para resolver a questão da remoção dos comerciantes informais de vários pontos da cidade. Com faixas e cartazes eles questionam a falta de apoio por parte da

Últimas notícias

Acesse o JC



Edições anteriores
Assine o JC

JC.com

O Clube
Peça o seu
Promoções
Parceiros
Blog
Serviços ao Assinante

acessando

Figura 53 – Reportagem sobre a manifestação realizada pelos ambulantes na sede da CSURB

Fonte: Jornal do Commercio <

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2013/08/01/ambulantes-ocupam-sede-da-csurb--92191.php>> Acessado em 01 de agosto de 2013

Dessa forma, os discursos proferidos pela CSURB sobre a participação dos feirantes de Casa Amarela nas intervenções, que envolvem melhorias para o pátio da feira, são vistos, muitas vezes, como “fábulas” consensuais ao serem repetidos como ideia de participação. Enquanto isso, práticas “autoritárias” são estruturadas e o pensamento de construção de espaços urbanos mais solidários, mediante a promoção da participação dos agentes socioespaciais são mitos difundidos pelos grupos hegemônicos que atuam, na verdade, no aprofundamento de desigualdades e na falsa formulação de sentimentos que habitam a satisfação e a condição de pertencimento à cidade.

Tais práticas foram visualizadas e sentidas pelos feirantes de Casa Amarela em 2013, quando os feirantes e os comerciantes informais foram transferidos das

calçadas no entorno do Mercado Público de Casa Amarela para diferentes pontos localizados no pátio da feira, na COBAL e em sua área anexa (figura 54).



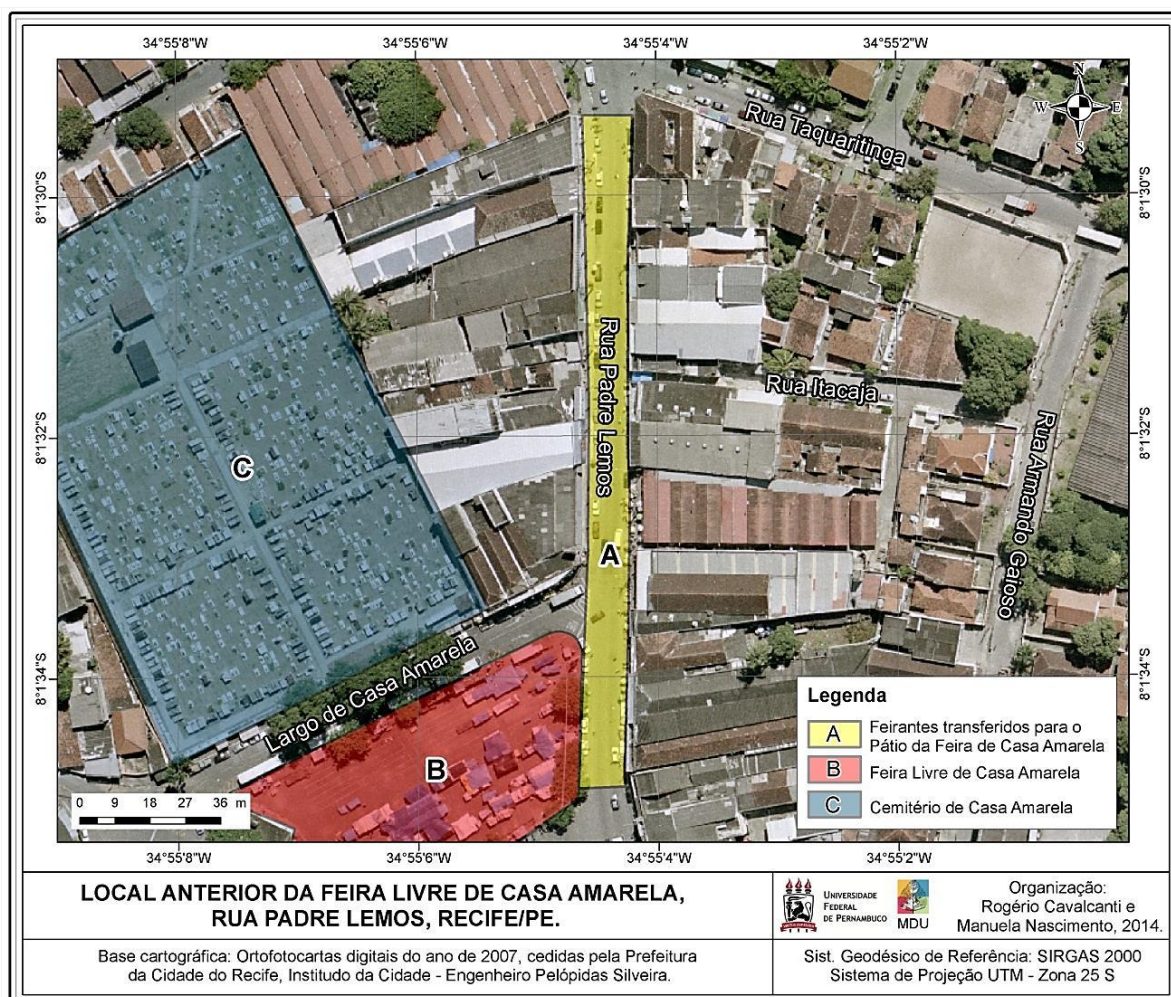
Figura 54 – **Área anexa da COBAL, no bairro de Casa Amarela, Recife/PE**

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015

Portanto, observa-se que, a partir dessa reflexão participativa, ou ao menos como a Prefeitura da Cidade do Recife a denomina, será analisada com base nos sentimentos dos feirantes acerca da respectiva transferência na seção a seguir.

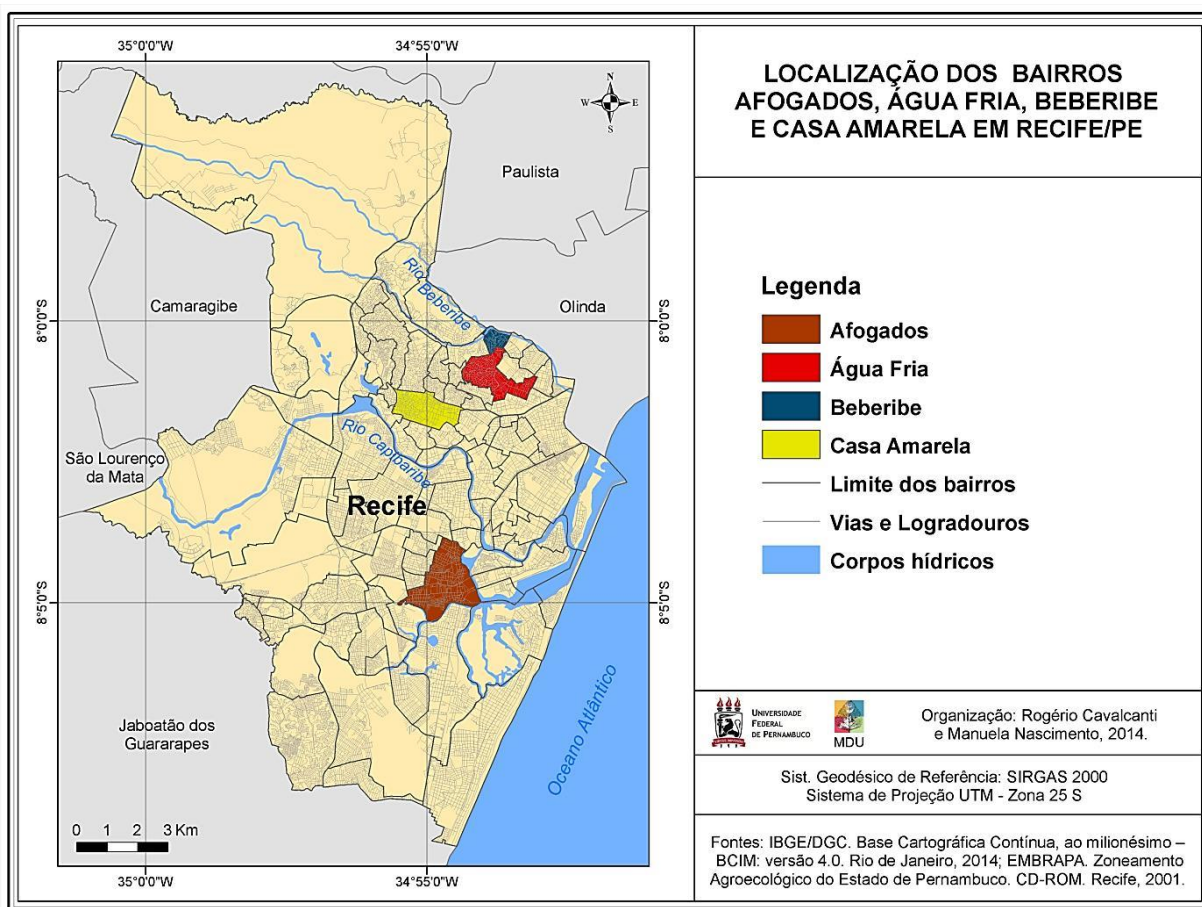
4.3 A “CARA NOVA” DA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA

A ideia de “cara nova” da Feira Livre de Casa Amarela, a que estamos nos referindo, nessa parte da dissertação, deve-se à ação de reordenamento dos feirantes e do comércio informal que estavam localizados nas calçadas no entorno do Mercado Público de Casa Amarela (mapa 14). Nesse sentido, analisaremos a ação descrita com base nas pesquisas realizadas em 2013, quando ações direcionadas ao reordenamento dos mercados públicos do Recife e dos seus entornos com o objetivo de assegurar a mobilidade e a acessibilidade dos cidadãos nos espaços públicos.



Mapa 14 – Localização dos feirantes na Rua Padre Lemos antes da transferência de alguns feirantes para o pátio da Feira Livre de Casa Amarela
Elaboração: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014

Dessa forma, as ações tiveram início em janeiro de 2013, a primeira intervenção consistiu na retirada de 150 ambulantes (feirantes e comerciantes informais) da calçada no bairro de Beberibe, zona Norte. A segunda ação, realizada no entorno do Mercado Público de Água Fria, bairro de Água Fria, zona Norte, transferiu temporariamente 210 ambulantes para quatro vias do bairro⁵⁶. A terceira ação, que retirou 195 ambulantes da Estrada dos Remédios, no bairro de Afogados, zona Oeste, com a finalidade de reordenar o entorno do Mercado Público de Afogados (mapa 15).



Mapa 15 – Localização dos bairros de Afogados, Água Fria, Beberibe e Casa Amarela em Recife/PE

Organização: Rogério Cavalcanti e Manoela Nascimento, 2014

⁵⁶ Não sabemos especificar quais em quais ruas os feirantes e comerciantes informais foram transferidos.

Enquanto, a quarta ação, aqui exposta um pouco mais detalhada, removeu, segundo a CSURB, aproximadamente 42 ambulantes (22 feirantes e 20 comerciantes de produtos importados, calçados e vestuários) instalados de forma irregular nas calçadas da Rua Padre Lemos (figura 55), totalizando 597 feirantes e comerciantes informais transferidos dos seus antigos locais de atuação.



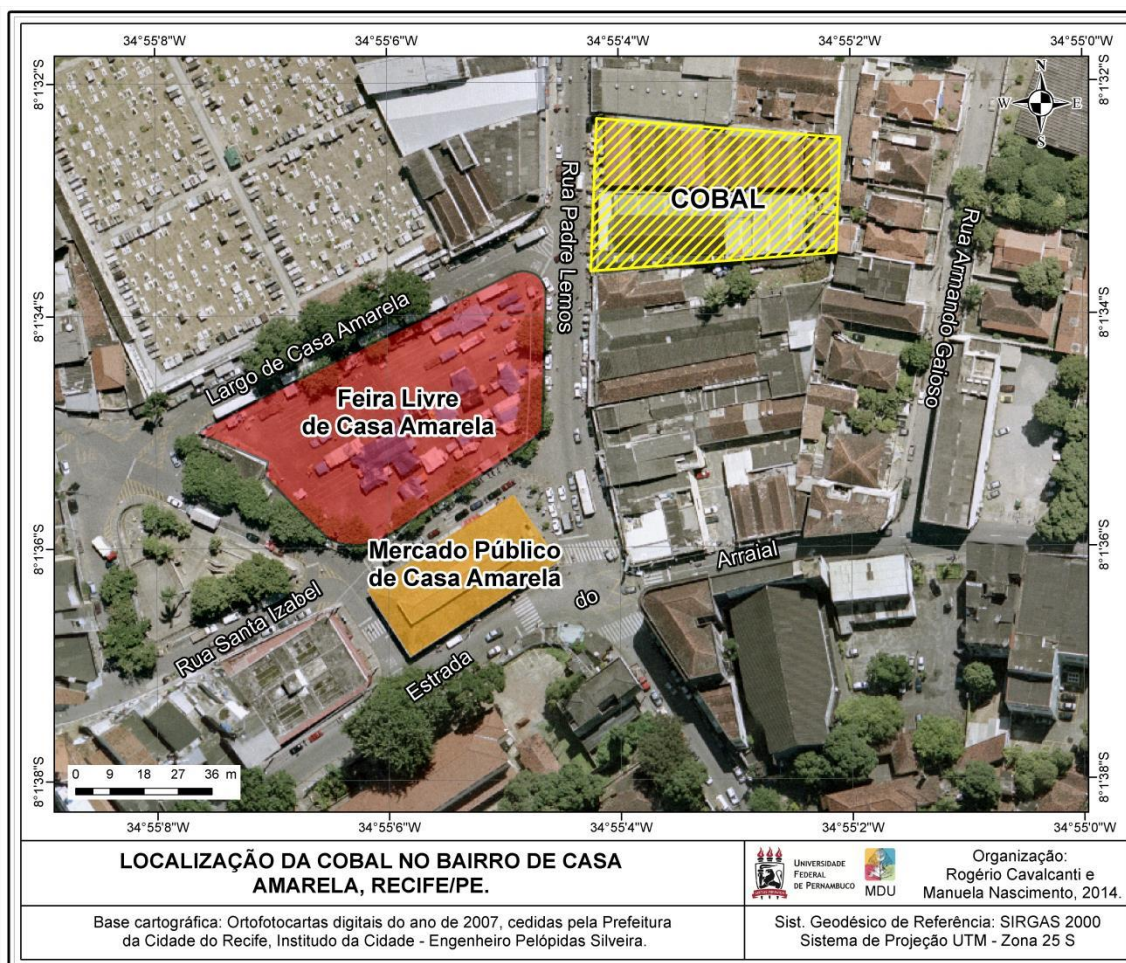
Figura 55 – Ocupação dos feirantes nas calçadas da Rua Padre Lemos, bairro de Casa Amarela
Fonte: CAVALCANTI, 2013



Figura 56 – Divulgação da PCR sobre reordenamento do entorno do Mercado Público de Casa Amarela

Fonte: PCR <<https://www.facebook.com/prefeituradorecife>> Acessado em 14 de junho de 2013

No caso da intervenção realizada no bairro de Casa Amarela, os feirantes que mantinham seus pontos nas calçadas e no meio-fio foram transferidos para o pátio da feira e os comerciantes informais transferidos para a COBAL (mapa 16). Os feirantes que tentaram comercializar seus produtos, no dia da intervenção em questão, tiveram que recolher todos os seus materiais sob pena de apreensão desses (figura 57).



Mapa 16 – Localização da COBAL no bairro de Casa Amarela, Recife/PE
Organização: Rogério Cavalcanti e Manuela Nascimento, 2014



Figura 57 – Recolhimento dos materiais dos feirantes que tentaram comercializar seus produtos no momento da intervenção da PCR na Rua Padre Lemos, bairro de Casa Amarela
Fonte: CAVALCANTI, 2013

Por um lado, a ação não foi bem vista pelos feirantes que tinham suas bancas no pátio da feira, já que a PCR colocou os feirantes transferidos em pontos, onde são ocupados por outros feirantes, conforme aponta um dos feirantes entrevistados pelo Jornal do Commercio, em 07 de abril de 2013 (figura 58):

A prefeitura botou tabuleiros da Padre Lemos em locais onde já tem gente trabalhando no pátio da feira. Isso pode criar uma contenda entre os ambulantes. Na quinta, quando o número de vendedores aumenta, vai dar rolo. (LIMA, A. J. 8 de abril de 2013. Jornal do Commercio. Entrevista cedida ao Jornal do Commercio)

Notadamente, que o resultado desta intervenção concentrará esforços dos feirantes na busca de locais dotados de maior visibilidade no pátio da feira.



Figura 58 – Recorte da reportagem veiculada pelo Jornal do Commercio um dia (8 de abril de 2013) após a transferência dos feirantes
Fonte: Jornal do Commercio

De outro, a ação foi considerada, no primeiro momento, positiva pelos feirantes. Em entrevista a outro jornal local, a Folha de Pernambuco, um feirante considerou, com ressalvas, que a ação foi positiva:

Acho que essa mudança foi positiva, porque deixará as barracas mais organizadas e em um ambiente melhor. Agora ainda é cedo para saber se isto vai trazer prejuízo ou alguma outra dificuldade, vamos ver com o tempo. (SANTOS, E. A. dos. 07 de abril de 2013. Folha de Pernambuco. Entrevista cedida à Folha de Pernambuco)

Ao mesmo tempo, um feirante nos relatou, na época do reordenamento (abril de 2013), que é a quinta ação da PCR realizada no local e quando a fiscalização minimizar eles retornarão a ocupar as calçadas da Rua Padre Lemos (CAVALCANTI, 2013b), como destacamos a seguir:

Está é quinta ação da prefeitura desde o funcionamento da feira (sic). Muitas pessoas, inclusive eu, participaram dos movimentos anteriores e venderam seus espaços na área interna para retornarem

a rua, pois lá (referenciando o pátio da feira) não temos tanta visibilidade quanto à rua.

No entanto, passados aproximadamente 1 ano e 8 meses⁵⁷, desde que a ação de reordenamento foi realizada no entorno da Feira Livre de Casa Amarela, não percebemos feirantes ocupados nas calçadas da rua em questão. No entanto, alguns feirantes relataram que os comerciantes transferidos venderam os pontos que ganharam da PCR e retornaram para rua como vendedores ambulantes (figura 59), pois a possibilidade de aumentar as vendas na Rua Padre Lemos é maior devido à visibilidade e à quantidade de pessoas que circulam no local. Notadamente, o resultado desta intervenção.



Figura 59 – Vendedora ambulante de hortaliças na Rua Padre Lemos, Casa Amarela, Recife/PE
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015

⁵⁷ Período em que esta dissertação estava sendo escrita.



Figura 60 – Fiscal da PCR na Rua Padre Lemos, Casa Amarela, Recife/PE, para não permitir a colocação de mercadorias pelos ambulantes nas calçadas

Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015

A imagem de divulgação da intervenção pela PCR (figura 61) retrata parcialmente as imagens referentes ao antes e ao depois do reordenamento aqui exposto. Observe que o principal objetivo da intervenção, assegurar a mobilidade e a acessibilidade dos cidadãos nas calçadas e oferecer um espaço público de qualidade, foi almejado pelo órgão municipal. No entanto, ao olharmos a conjuntura do bairro de Casa Amarela, que atualmente vive o auge de sua especulação imobiliária e está entre os dez bairros com o metro quadrado mais caro da capital⁵⁸ (em média é R\$ 5.839/m² – figuras 62 e 63).

⁵⁸ Segundo o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco (SINDUSCON/PE).

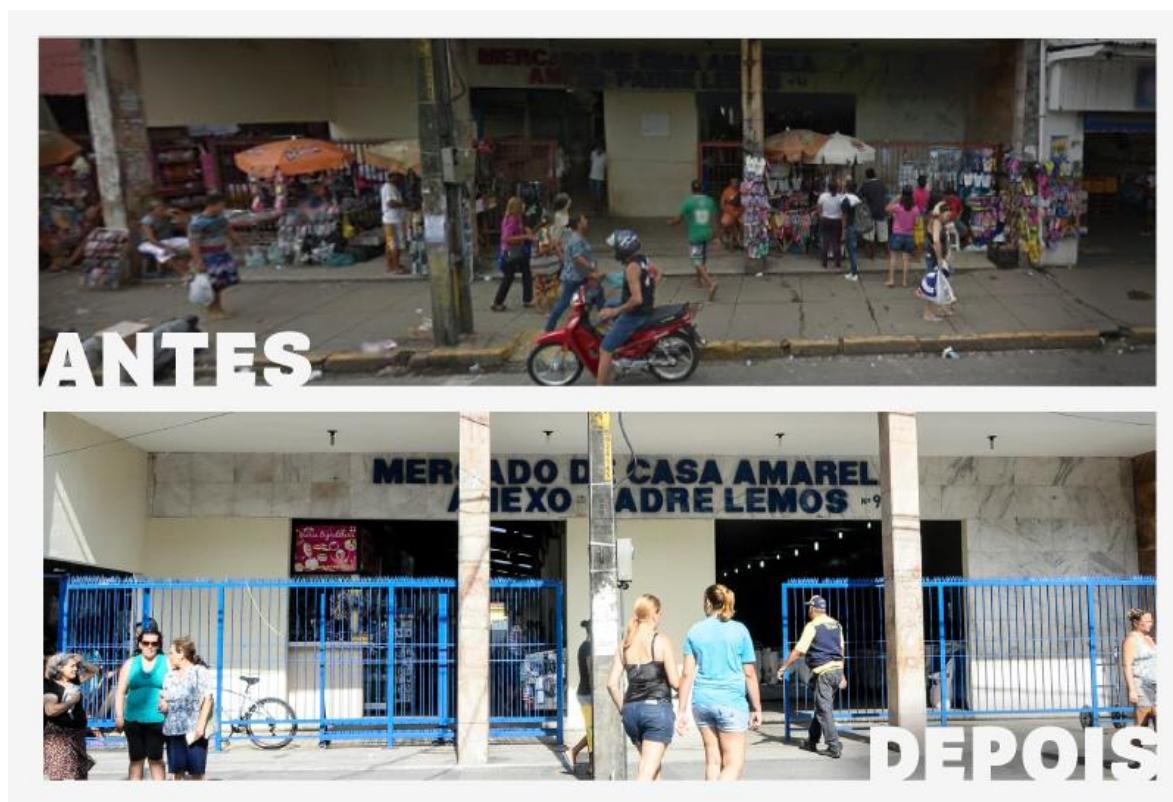


Figura 61 – Divulgação da PCR sobre reordenamento do entorno do Mercado Público de Casa Amarela

Fonte: PCR <<https://www.facebook.com/prefeituradorecife>> Acessado em 27 de junho de 2014

De 07 a 15 de março, semana do Salão Ademi-PE, escolha o seu apartamento novo e pegue seus cheques-bônus! O desconto será dado de acordo com o valor do imóvel escolhido.



Projeto	Detalhes	Cheque-bônus
Boa Viagem JAYME FIGUEIREDO RESIDENCE ¹	4 Qts. 2 suítes Área de lazer completa	R\$ 20 mil
Boa Viagem IVANI SILVESTRE RESIDENCE ²	100 meses para pagar. Melhor que alugar. Beira-mar 1 Qt. ou 2 Qts. Plantas combinadas Financiamento Itaú	R\$ 20 mil
Casa Amarela EDF. ANGEL ³	3 Qts. 1 suíte Excelente localização	R\$ 10 mil
Casa Amarela GRAN HARMONIA ⁴	2 Qts. 1 suíte Área de lazer completíssima	R\$ 5 mil

ROMARCO
SEU LUGAR. SEU MUNDO.
(81) 3092.3700 | romarcoconstrutora.com.br

moderno
EMPREENHIMENTOS

gran marco
construtora

Projeto	Detalhes	Cheque-bônus
Casa Amarela EDF. FANTASY ⁵	Lançamento 2 Qts. & 3 Qts. 1 suíte Excelente localização	R\$ 5 mil
Casa Caiada RESID. MORADA DO ATLÂNTICO ⁶	Pronto para morar 3 Qts. 1 suíte 22 itens de lazer	R\$ 5 mil
Casa Caiada EDF. DOLCE VITA ⁷	Beira-mar 4 Qts. 2 suítes Excelente localização	R\$ 20 mil
Casa Caiada EDF. TSAR ⁸	Beira-mar 3 Qts. 1 suíte	R\$ 5 mil

Figura 62 – Folder de divulgação de lançamento de imóveis na cidade do Recife, com destaque para três empreendimentos imobiliários localizados no bairro de Casa Amarela
Fonte: Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI/PE)



Figura 63 – Vista parcial dos edifícios que compõem a paisagem do bairro de Casa Amarela, Recife/PE
Fonte: Rogério Cavalcanti, 2015

O que fica claro, portanto, a respeito da intervenção em questão é a existência de uma preocupação da PCR perante o reordenamento da cidade. Mas, um reordenamento voltado, de forma geral, pela necessidade de tornar os espaços urbanos deteriorados, desorganizados e abandonados atrativo a múltiplos investimentos, em especial aos imobiliários. Dessa forma, medidas como estas soam como atos higienistas, ao invés de potencializar ou otimizar as potencialidades da localidade, como expõe Arantes (2012),

[...] quando, nos dias de hoje, se fala de cidade (pensando estar “fazendo cidade”), fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor etc., e cada vez mais em requalificação, mas em termos tais que a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano – como queriam os modernos – para cair no vasto domínio passe-partout do assim chamado “cultural” e sua imensa gama de produtos derivados. (ARANTES, 2012, p.15 – grifos da autora)

Diante disso, Harvey (2005, p.180) afirma que:

Muitas das inovações e dos investimentos idealizados para tornar certas cidades mais atraentes como centros culturais e de consumo foram rapidamente imitadas em outros lugares, tornando efêmera qualquer vantagem competitiva num conjunto de cidades. Quantos centros de convenções, estádios, Disney Worlds, zonas portuárias renovadas e shopping centers espetaculares podem existir? Muitas vezes, o sucesso é fugaz ou se torna discutível pelas novidades semelhantes ou alternativas que surgem em outros lugares.

Porém, o mesmo autor (2005) contextualiza,

A produção orquestrada de uma imagem urbana também pode, se bem-sucedida, ajudar a criar a solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar. Inclusive, possibilita que a imagem urbana proporcione um refúgio mental, em um mundo no qual o capital lida, cada vez mais, como lugar não fixo. (HARVEY, 2005, p.183)

Quando o geógrafo David Harvey aponta a projeção de duas possibilidades de imagens das cidades, uma voltada para a competição e outra para espaços solidários, o autor direciona para um mesmo ponto. Nos cenários visualizados, o capital atua tanto para tornar a cidade uma mercadoria, quanto um símbolo na criação de espaços solidários aos seus cidadãos e, que posteriormente, são utilizadas como propaganda para, desse modo, vendê-la num mercado urbano.

A propósito, Sanchez (2010) acrescenta a esta discussão a reflexão sobre o perfil de modernização urbana que condiciona a imagem da cidade, no mercado

mundial como uma forma de reconhecer e de avaliar as cidades num ranking de lugares agradáveis para investir.

Dessa forma, cabe a indagação se a adoção da intervenção analisada nessa parte da dissertação e ocorrida no bairro de Casa Amarela pela PCR é fruto exclusivo da melhoria da mobilidade para os cidadãos ou revela a opção por um modelo de desenvolvimento urbano tão interessante para os setores elitistas da população. Enquanto isso, o modelo de desenvolvimento urbano que abrace os interesses de tornar as inúmeras feiras livres da cidade agradáveis aos feirantes e aos fregueses é um desafio urbanístico. Nesse sentido, pensamos que seja fundamental um diálogo entre as formulações de alternativas e a participação dos feirantes, em especial os de Casa Amarela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A XEPA



FONTE: ROGÉRIO CAVALCANTI, 2014

A questão da Urbanização pode ser considerada, na atualidade, um dos principais problemas sociais do Brasil. Nesse contexto, compreender as facetas desta questão e o percurso por ela vivido, até a esfera de sua atual conjuntura, remete à compreensão de como se deu os seus processos e a construção das cidades pautados em experiências com a finalidade de renovar as diferentes áreas urbanas.

A dinâmica de renovação das cidades, a partir de planos urbanísticos composto por receitas de *marketing*, coloca em exposição as diversas áreas intraurbanas à venda pelos governos e capitaneados pela iniciativa privada, que legitimam a estratégia de formatação de “novos” espaços urbanos por intermédio de “velhas” intervenções de planejamento e de gestão urbanos. Assim, a transformação e a materialização das áreas urbanas em verdadeiras mercadorias promovem as disputas entre as cidades e implica resultados nocivos à maioria da população, como a especulação imobiliária, as remoções, a gentrificação, entre outros.

Nessas circunstâncias, surge a cidade-mercadoria, tão debatida e criticada por alguns urbanistas, como resultado de modelos urbanísticos competitivos que constroem uma cidade nos moldes empresariais. Na esteira desse processo de política urbana que são inerentes, muitas vezes, a “fabricação” estética das cidades que, em tese, levam a crer que esses espaços urbanos podem ser frequentados ou utilizados pela população independente da classe social.

Contudo, a associação das instituições administrativas e da sociedade civil condicionam a (re)produção do espaço, a partir da dinâmica da acumulação do capital e na luta de classe que resulta as contradições espaço-temporal acentuadas pelo planejamento estratégico. Pois,

O que poderia ser uma oportunidade de desenvolvimento de propostas endógenas mais sensíveis à práxis urbana da cidade periférica – o fim do planejamento funcionalista modernista – dá lugar a um outro movimento de dominação técnica, cultural, ideológica e política da periferia do capitalismo: o plano estratégico. (MARICATO, 2007, p.65)

Todavia, a exibição de “fábulas” construídas em volta ao direito à cidade, isto é, uma cidade pensada como local de encontro é estrategicamente formulada para promover, por intermédio de intervenções “planejadas”, o modelo de gestão urbana

orientadas com a finalidade de (re)produzir a lógica de exclusão social. A esse respeito, Arantes (2012) nos aponta que:

um tal planejamento busca, acima de tudo, inserir a cidade-alvo em um nó de rede internacional de cidades, portanto torná-la atraente para o capital estrangeiro, inclusive no setor imobiliário – por que não? [...] (ARANTES, 2012, p.20)

Portanto, a execução destes modelos de cidades baseadas nas condições e nas características de acumulação e circulação do capital transforma a governança dos espaços intra-urbanos em locais voltados ao empreendedorismo possibilitando a promoção de estratégias concorrenciais para atração de investimentos públicos e privados possibilitando a criação de imagens as quais impactam a dinâmica urbana local.

Nesse sentido, a presente dissertação procurou elucidar, via a perspectiva do planejamento urbano, os processos da gestão pública urbana na Feira Livre de Casa Amarela, a partir da relação entre Feira Livre x Gestão Pública Urbana. Com isso, procuramos responder a duas questões que refletem como esta relação acontece e em que medida ocorre na Feira Livre de Casa Amarela? De que forma a participação dos feirantes acontece no processo de gestão pública urbana na Feira de Casa Amarela?

O trajeto percorrido nesta dissertação permitiu demonstrar duas visões sobre a relação proposta ao analisar as informações convergentes e divergentes prestadas pelos técnicos da CSURB e pelos feirantes, que vivenciam há anos as dificuldades e as melhorias no ambiente da feira livre em questão.

Contudo, antes da realização da referida análise, interpretamos os diferentes olhares sobre as feiras livres e suas particularidades, sob quatro aspectos: social, pela interação entre as pessoas que frequentam o ambiente da feira; política, proporcionada pela troca social nas feiras e, ao depender do porte da cidade, é uma ótima oportunidade de ampliar os seus votos e, até mesmo, ganhar eleições; cultural, por intermédio da identidade rural no urbano simbolizadas pelos personagens, pelos sons ecoados e pelo poder de barganha utilizado pelos personagens da feira; econômica, principalmente, pela questão de abastecer a população urbana de produtos alimentícios e, de certa forma, como uma oferta de

emprego e de renda para parte dos indivíduos que não estão inseridos na economia formal ou, como Milton Santos afirma, o circuito superior da economia urbana.

Sendo assim, por intermédio da análise de conteúdo nas entrevistas realizadas com os feirantes e os gestores municipais, decodificamos os consensos e dissensos sobre as múltiplas realidades mostradas pelos agentes socioespaciais descritos. Por um lado, os feirantes demonstraram suas realidades cotidianas, alguns amparados em histórias do passado e do presente e, muitas vezes, pensando em melhorias para o futuro. Nesse sentido, refletiram e descreveram os aspectos positivos e negativos relacionados ao espaço da Feira Livre de Casa Amarela. Por outro, no caso da gestão pública urbana, os entrevistados, apesar de colocarem suas visões técnicas, mostraram-se preocupados com os inúmeros feirantes distribuídos pelo Recife. Nessa perspectiva, alguns pontos convergiram para a melhoria do ambiente das feiras, em particular na Feira Livre de Casa Amarela.

Sobre a questão participativa dos feirantes perante as intervenções da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), na Feira Livre de Casa Amarela, foi outro ponto de destaque visualizada nesta dissertação. Nesse sentido, ficou claro que a PCR não considera os anseios e as necessidades dos feirantes de Casa Amarela. O exemplo claro, ao nosso ver, foi a remoção dos feirantes e dos ambulantes, ao longo da Rua Padre Lemos, realizada em 2013 e analisada nesta dissertação.

Sendo assim, torna-se imprescindível a continuidade e aprofundamento de estudos como forma de compreender e permitir apontar melhorias significativas aos feirantes, embora reconhecendo esta análise seja o primeiro passo para pensar as feiras livres como espaços integrados à cidade e que as intervenções incluam questionamentos primordiais, tais como: *para que(m)? como? onde?*

Por fim, podemos pensar as tantas feiras livres como Julio Bernardo coloca em sua obra, tão utilizada e tão inspirada para nós nesta dissertação: “No fim, por mais que as adversidades sejam cada vez maiores, como já disse, a feira é *livre* e sua cultura é milenar. Longa vida à feira.” (BERNARDO, 2014, p. 187 – grifo nosso). Nessa perspectiva, que apesar das adjetivações dadas às feiras livres, inclusive ao nosso ambiente de estudo, comprovamos, com base nas múltiplas histórias de vida, o outro olhar, seja ele urbanístico, social, geográfico, enfim. A Feira Livre, com suas

particularidades locais, é um lugar mágico composto por histórias, estórias, memórias e identidade cultural da cidade.

REFERÊNCIAS



FONTE: ROGÉRIO CAVALCANTI, 2014

ABRAMO, Pedro. **Regime urbano e regulação urbana**: o capital, a estrutura urbana e sua reprodutibilidade. In: *Revista Fee*, Porto Alegre, (16)2: 510-555.

ALBENAZ, Paula. **Reflexões sobre o espaço público**. In: Evelyn Furquim Werneck Lima, Miria Roseira Maleque (orgs.). *Espaço e cidade*: conceitos e leituras. 2. ed. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 42-56.

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Valores do Recife**: o valor do solo na evolução da cidade. Recife. Luci Artes Gráficas Ltda. 2009.

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. **Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea**. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. *Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.13-26

ARANTES, Otília. **Uma estratégia fatal**: a cultura nas novas gestões urbanas. In: Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 11-74.

ARAÚJO, Maria do Socorro Pedrosa de. **O comércio informal no centro expandido do Recife**. *Cadernos de Estudos Sociais* – Recife, v. 27, n. 1, p. 29-48, jan./jun., 2012.

_____. **A aventura do comércio informal no Recife**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2014.

BARBOSA, Maicon. **Narrativas, conversações e alguns ritornos em meio à feira livre**. *Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo*, Ano 5, Versão 8.0, 2011 <http://www.pontourbe.net/edicao8-cirkula/183-narrativas-conversacoes-e-alguns-ritornos-em-meio-a-feira-livre> <acessado em 22 de out. de 2014>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERNARDO, Julio. **Dias de feira**. 1. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BIONE, Marcelo Mara. **“Além das Cores”**: um comparativo entre o modelo de interpretação ambiental e os planos de valorização do bairro do Recife nas décadas de 1980 e 1990. Recife, 1999. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 1999.

BOECHAT, Patrícia Teresa Vaz; SANTOS, Jaqueline Lima dos. **Feira livre**: dinâmicas espaciais e relações identitárias. In: VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA/X SEMANA DE GEOGRAFIA DA UESB, Vitória da Conquista, Bahia, 2011 <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2p.pdf> <acessado em 20 de jun. de 2014>.

BOMPASTOR, Sylvia Couceiro. **Cidade moderna x trabalho urbano**: a questão do comércio ambulante no Recife nos séculos XIX e XX. In: *Caderno de Estudos Sociais*, Recife, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan-jun. 1994.

BORGES, Jennifer dos Santos. **A governança local nas reestruturações de áreas portuárias**: uma reflexão sobre o caso de Natal-RN. 2006. Dissertação (Mestrado

em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2006.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **A Conservação dos Conjuntos Históricos em Áreas Centrais Urbanas a partir do Uso de seus Espaços Públicos Abertos**: um recorte no centro expandido da cidade do Recife. 1995. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 1995.

_____. **Comércio na área central do Recife (PE-Brasil)**: novos e antigos conceitos acerca da história da cidade. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona*, vol. VI, nº 119 (57), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-57.htm> <acessado em 01 de jan. de 2014>.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano**: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE/DCF- NAPA, v.14, n. ½, jan./dez., 1998.

CASTRO, Josué de. **Um ensaio de geografia urbana**: a cidade do Recife. - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

CATARINO, Acácio Lopes. **Considerações sobre o comércio ambulante nos inícios do século XIX**. *Revista Arrecifes*, n 1, 1985.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. – Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.

CAVALCANTI, Rogério Luiz Souto. **A dinâmica atual da feira livre do Cordeiro, Recife-PE**: circuitos econômicos urbanos, funcionalidades e aspectos do comércio varejista “tradicional” e “moderno” / Rogério Luiz Souto Cavalcanti. – Recife: O autor, 2013a.

_____. **Reflexões iniciais sobre o discurso de reordenamento urbano como modelo reestruturador da Feira Livre e do comércio informal no entorno do Mercado Público de Casa Amarela, Recife/PE**. In: *I Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura das Cidades: espaço, faces e conteúdos do comércio e do consumo na contemporaneidade*, 2013, Campina Grande. I Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura das Cidades, 2013b.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **O Comércio e a Cidade**: novas territorialidades urbanas. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 16, nº 30, p. 117 – 132, jun. 2004.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambuco: 1635-1665**. – Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. v. 3 (Coleção Pernambucana – 2ª fase, 4).

COSTA, Ana Maria da. **Calçadão dos Mascates**: promessas e decepções de uma intervenção urbana – o olhar dos comerciantes informais. – Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife: O Autor, 2004.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira de Macaíba/RN**: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960-2006). Natal, RN, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de

Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – UFRN, 2007.

_____. **Feiras no Nordeste.** *Revista Mercator - Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará*, ano 07, número 13, 2008.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Planejamento estratégico e mercado urbano:** Teresina em questão. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. *Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.199-212.

FERNANDES, Luis. **Para além dos jogos:** os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. In: Andrew Jennings (org.). *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. 1.ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014, p. 57-64.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil – Parâmetros para implementação de projetos habitacionais urbanos. – São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FERRETTI, Mundicarmo. **Feiras nordestinas** – estudos e problemas. In: Sergio Ferretti (org.). *Reeducando o olhar: estudo sobre feiras e mercados*. – São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000, p. 35-66.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife.** - 5. ed. - São Paulo: Global, 2007.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas.** 2. ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife:** uma abordagem geográfica. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana:** ensaios de geopolítica da cidade. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** – Recife: Fundação Guararapes, 1970.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão:** uma mudança radical. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GUIMARÃES, Camila Audi. **A Feira Livre na Celebração da Cultura Popular.** Gestão Cultural e Organização de Eventos. USP - São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/view/140>, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** – São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **A liberdade da cidade.** In: Ermínia Maricato ... [et al.]. *Cidades Rebeldes* – 1. ed. – São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 27-34.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: www.ibge.gov.br acesso em 02/12/2014.

LEAL, Suely M. Ribeiro. **Para “Além” do Estado:** tendências, limites e alcance das novas formas de Gestão Urbana a nível local. Universidade Estadual da Campinas – Instituto de Economia. Campinas/SP. Setembro/1994. Tese de Doutorado.

_____. **Fetiche da participação popular:** novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Recife: Ed. do Autor, 2003.

_____. **Papel dos atores econômicos na governança das cidades brasileiras.** *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife: UFPE/MSEU, v.01, n.1, 2012, p.62-82.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. – São Paulo: Centauro, 2008.

LINS, Marcelo. **Mercados do Recife.** Recife: Marcelo Lins, 2007.

LUSTOSA, Cesar Augusto. **Milton Santos e o método de pesquisa em Geografia.** *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território*, V.2, N.1 (2011), 49:59.

LUZ, Betty Rose de Araújo. **O biomimetismo e o desenho urbano:** similaridades entre a ocupação urbana e os ambientes recifais - uma proposta exploratória de investigação do Largo da Feira de Casa Amarela, Recife-PE. 2013. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, CAC-UFPE. Recife (PE), 2013.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista:** Rio de Janeiro, 1964-1989. In: *Revista Brasileira de Geografia* / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro, v.54, n.1, jan./mar. – Rio de Janeiro: IBGE, 1992, p. 95-120.

_____; DOLZANI, Miriam Cristina da Silva. **Feira Livre:** territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Ateliê Geográfico*. Goiânia (GO), v. 2, n. 2 p. 72-87, 2008.

MAIOR, Armando Souto. **História Geral.** São Paulo, Editora São Paulo, 1978, p. 190.

MARICATO, Ermínia. **Globalização e política urbana na periferia do capitalismo.** In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Junior (orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira* – Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

_____. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.** In: Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 121-192.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. **As Feiras Livres em Belém (PA):** possibilidades e perspectivas de (re)apropriação do território na/cidade. In: *EGAL (Encuentro de Geógrafos de América Latina)*, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación. Montevideo, 2009.

_____. **As feiras livres em Belém (PA):** dimensão geográfica e existência cotidiana. Belém, PA, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade

Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPA, 2010.

MELO, Maria C. Lacerda de. **A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a Cidade do Recife entre 1820 a 1875**. Orientadora Virgínia Pontual. – Recife, 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2011.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2007.

MINNAERT, Ana Cláudia de S. Teles. **A feira livre sob um olhar etnográfico**. In: FREITAS, MCS., FONTES, GAV., and OLIVEIRA, N. (orgs.) *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 422 p. ISBN 978-85-232-0543-0, p. 129-148.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. **A feira na cidade: limites e possibilidades de interface urbana nas feiras de Carauru (PE) e de Campina Grande (PB)**. / Gustavo Magalhães Silva Miranda. – Recife: O Autor, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2009.

MOTA, Mauro. **Mercados e feiras**. *Revista do Arquivo Público*, v. 1 – jan./jun. 1946 – Recife, Arquivo Público Estadual, 1946.

MOTT, Luiz. **Feira e Mercados**: pistas para pesquisa de campo. In: Sergio Ferretti (org.). *Reeducando o olhar: estudo sobre feiras e mercados*. – São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000, p. 13-34.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na história**: suas origens, transformações e perspectiva. 4. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NAGEL, Bernard; GONÇALVES, Daniel; RANGEL, Pedro; PEÇANHA, Thiago. **Bastidores de uma feira livre**. *Eclética*. Janeiro/Junho, 2007, p. 52 - 56. Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/13%20-%20os%20bastidores%20de%20uma%20feira%20livre.pdf> >.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha. **Um estudo sobre as formas de apropriação do espaço público urbano pelos comerciantes de rua na cidade do Recife**. Recife, 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2002.

_____. **Todo caminha dá na venda**: a influência do comércio de varejo nas transformações física do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antônio e São José. 1970-2006. Recife, 2008, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2008.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de.; AZEVEDO, Francisco Fransulado de. **Circuitos da economia urbana**: arranjos espaciais e dinâmica das feiras livres em Natal-RN. *Sociedade e Território*, Natal, v. 24, nº 1, p. 115 - 133, jan./jun. 2012.

RATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional**. 2. ed. - São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

RAU, Virgínia. **Feiras Medievais Portuguesas**: subsídios para o seu estudo. 2. ed. – Lisboa: Editora Presença, 1983.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Cidade desigual ou cidade partida?** Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Org.). *O FUTURO DAS METRÓPOLES: DESIGUALDADES E GOVERNABILIDADE*. 1ªed. Rio de Janeiro: Revan Ltda, 2000a, v. 0, p. 63-98.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Faces ativas do urbano**: mutações em um contexto de imobilismo. In: Ana Clara Torres Ribeiro (org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. CLASCO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais). – Buenos Aires, 2000b.

ROLNIK, Raquel. **Política urbana no Brasil** - esperança em meio ao caos?. *Revista da ANTP*, São Paulo, 2003.

RUCQUOI, Adeline. **História medieval da Península Ibérica**. – Portugal: Ed. Estampa, 1995.

SÁ, Márcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Cultura e renovação urbana**: a cidade-mercadoria no espaço global. In: Evelyn Furquim, Werneck Lima, Miria Roseira Maleque (orgs.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. 2.ed. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 25-41.

_____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. / Fernanda Sánchez. – 2. ed. – Chapecó, SC: Argos, 2010.

SANTOS, Eloslavia Teixeira dos.; MACHADO, Lucas Carneiro; CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **Feiras Livres em Uberlândia (MG)**: uma abordagem histórica, espacial e cultural. *Revista Geografica de America Central* (online), v. 2, p. 1-13, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI / Milton Santos, María Laura Silveira. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. - 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008c.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. - 6. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

_____. **Pensando o espaço do homem.** - 5. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

_____. **Espaço e Método:** 5. ed. - - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012c.

SANTOS, José Erimar dos. **Feiras Livres:** (re)apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, p. 39-56, 2013.

SATO, Leny. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre.** *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

_____. **Feira livre:** organização, trabalho e sociabilidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SEIXAS, João. **A cidade na encruzilhada:** repensar a cidade e a sua política. Edições Afrontamento, 2014.

_____. **Os Mega Eventos na Cidade:** imagética social, política econômica e governança urbana. In: *e-metropolis*, nº 02 – ano 1 – setembro de 2010.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Cristina. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método.** *Organizações Rurais e Agroindustriais*, Lavras, MG, 2005.

SOKOLWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia.** Edições Loyola, 2004.

SOMEKN, Nadia. **Projetos urbanos e estatuto da cidade:** limites e possibilidades. In: BRASIL. Ministério das Cidades. *Operações urbanas: anais do seminário Brasil - França* / Ministério das Cidades. – Brasília: Ministério das Cidades, 2009, p. 23-42.

SOUSA, Arinaldo Martins de. **A feira livre na COHAB:** contatos iniciais com a realidade da feira do produtor rural em São Luís. In: Sergio Ferretti (org.). *Reeducando o olhar: estudo sobre feiras e mercados.* – São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000, p. 67-96.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano.** 4.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria:** notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 75-103.

_____. **Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?** In: Andrew Jennings (org.). *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. 1.ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014, p. 71-77.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospedar Felipe. **Transformações da Feira de São Cristovão**: recriando o lugar do migrante. *Mercator* - número especial, 2010: dez. p. 81-90.

VARGAS, Heliana Comin. **Comércio e Cidade**: uma relação de origem. 2000 Disponível em: http://www.fau.usp.br/depprojeto/labcom/produtos/2000_vargas_comerciocidadere/acaorigem.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **O lugar do comércio e serviços na arquitetura e urbanismo**. São Carlos, n. 9 [online], 2013. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus09/?sec=4&item=3&lang=pt>> . Acesso em: 15 dez. 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. – São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

APÊNDICES



FONTE: ROGÉRIO CAVALCANTI, 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO



ROTEIRO DE ENTREVISTA | FEIRANTES DE CASA AMARELA

- QUANTO TEMPO ATUA NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA?
- VOCÊ TEM ALGUM REGISTRO OU PERMISSÃO PARA ATUAR NESTA FEIRA? VOCÊS PAGAM ALGUMA QUANTIA PELA UTILIZAÇÃO DO PÁTIO DE FEIRA?
- AS BANCAS UTILIZADAS POR VOCÊ SÃO PRÓPRIAS OU ALUGADAS? A PREFEITURA É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DELAS?
- DE ONDE VÊM OS PRODUTOS COMERCIALIZADOS EM SUA BANCA?
- QUAIS AS INFRAESTRUTURAS (BANHEIRO, ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS, LOCAL DE DESEMBARQUE DAS MERCADORIAS ETC.) A PREFEITURA DISPONIBILIZA PARA VOCÊ NA FEIRA?
- QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS POR VOCÊ NO PÁTIO DA FEIRA?
- COMO OCORRE A FISCALIZAÇÃO AQUI NA FEIRA PELA PREFEITURA?
- OS FEIRANTES SÃO OUVIDOS OU PARTICIPAM DAS AÇÕES DA PREFEITURA?
- EXISTE OUTRA FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS FEIRANTES NAS AÇÕES DA PREFEITURA?
- EXISTE ALGUM SINDICATO QUE REPRESENTA OS FEIRANTES?
- QUAL O DESTINO DO LIXO DA FEIRA?
- O QUE SIGNIFICA A FEIRA DE CASA AMARELA PARA VOCÊ?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO



ROTEIRO DE ENTREVISTA | GESTORES PÚBLICOS DA COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE (CSURB/PCR)

- QUANTO TEMPO ATUA NA CSURB? TODOS ESSES ANOS FORAM DIRETAMENTE NAS GESTÃO DAS FEIRAS LIVRES DO RECIFE?
- EXISTE ALGUM CÓDIGO DE POSTURA PARA AS FEIRAS LIVRES NO RECIFE?
- EXISTEM DADOS DE EVOLUÇÃO DAS FEIRAS NA CIDADE (MAPAS, ILUSTRAÇÕES, FOTOGRAFIAS, CADASTROS ETC.)?
- A CSURB EMITE ALGUM REGISTRO OU PERMISSÃO PARA OS FEIRANTES ATUAREM NAS FEIRAS LIVRES? COMO É REALIZADO? OS FEIRANTES PAGAM ALGUMA QUANTIA PARA EXERCEREM SUAS ATIVIDADES?
- COMO OCORRE A FISCALIZAÇÃO, A HIGIENIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DAS BANCAS NA FEIRA DE CASA AMARELA? QUAL O DESTINO DO LIXO PRODUZIDO NA FEIRA LIVRE DE CASA AMARELA?
- QUE TIPOS DE PROBLEMAS SÃO RELATADOS A VOCÊS PELOS FEIRANTES?
- QUAIS AS INFRAESTRUTURAS (BANHEIRO, ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS, LOCAL DE DESEMBARQUE DAS MERCADORIAS ETC.) A PREFEITURA DISPONIBILIZA PARA OS FEIRANTES DE CASA AMARELA?
- EXISTE ALGUMA AÇÃO DE MELHORIA PREVISTA PELA PREFEITURA NO PÁTIO DA FEIRA DE CASA AMARELA? OS FEIRANTES FORAM CONSULTADOS? QUAIS OS INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO A CSURB UTILIZAM PARA CONSULTAR OS FEIRANTES?
- COMO ACONTECE A PARTICIPAÇÃO DOS FEIRANTES DE CASA AMARELA NAS AÇÕES DO PÁTIO? OS FEIRANTES SÃO OUVIDOS OU PARTICIPAM DAS AÇÕES DA PREFEITURA?
- EXISTE OUTRA FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS FEIRANTES NAS AÇÕES DA PREFEITURA?